



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V – JOÃO PESSOA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**JORDY LAMARKE SÁ TORRES**

**IMPERIALISMO E HEGEMONIA NO PÓS-GUERRA FRIA: um estudo de caso a partir da política externa dos EUA durante a Administração Bush (2001-2008)**

**JOÃO PESSOA  
2018**

**JORDY LAMARKE SÁ TORRES**

**IMPERIALISMO E HEGEMONIA NO PÓS-GUERRA FRIA: um estudo de caso a partir da política externa dos EUA durante a Administração Bush (2001-2008)**

Monografia apresentada ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

**Área de concentração:** Relações Internacionais.

**Orientadora:** Prof. Dra. Cristina Pacheco.

**JOÃO PESSOA**  
**2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

T693i Torres, Jordy Lamarke Sá.  
Imperialismo e hegemonia no pós-guerra fria [manuscrito] : um estudo de caso a partir da política externa dos EUA durante a administração Bush (2001-2008) / Jordy Lamarke As Torres. - 2018.  
93 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2018.

"Orientação : Profa. Dra. Cristina Carvalho Pacheco ,  
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Imperialismo. 2. Estados Unidos. 3. Governo Bush. 4.  
Hegemonia americana.

21. ed. CDD 327.73

JORDY LAMARKE SÁ TORRES

IMPERIALISMO E HEGEMONIA NO PÓS-GUERRA FRIA: um estudo de caso a partir da política externa dos EUA durante a Administração Bush (2001-2008)

Monografia apresentada ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Relações Internacionais.

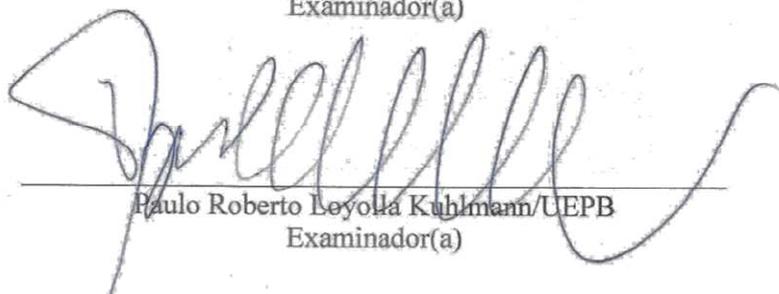
Aprovado(a) em 21 / 06 / 2013.



Cristina Carvalho Pacheco/UEPB  
Orientador(a)



Fábio Rodrigo Ferreira Nobre/UEPB  
Examinador(a)



Paulo Roberto Loyola Kuhlmann/UEPB  
Examinador(a)

Pela persistência que supera obstáculos inimagináveis,  
Pelo carinho disseminado a todo mundo ao seu redor,  
Pelo exemplo que inspira a melhorar como pessoa,  
Pela vontade de viver com felicidade e bom humor,  
Pelo amor que ultrapassa fronteiras e limites,  
À minha mãe Matildes Edilamar dedico.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer primeiramente a mim mesmo, pelos desafios superados, pelo crescimento obtido, pelos aprendizados conquistados, pelo sentimento de satisfação alcançado, pelo autoconhecimento adquirido, pela árdua jornada finalizada, e principalmente porque sem a minha pessoa este trabalho não seria possível.

Gostaria de agradecer ainda a minha professora orientadora Cristina Pacheco, pois sem ela, esta monografia também não poderia ter sido produzida. Muito obrigado por acreditar no meu trabalho e por acreditar que ele valia a pena ser escrito. Agradeço também pelas valiosas orientações e ensinamentos, que servirão não somente para a minha carreira acadêmica, mas também para a minha vida.

Gostaria de agradecer também ao corpo docente da UEPB e à minha turma de curso, que na verdade foram muitas, mas duas dessas marcaram preciosamente a minha experiência na UEPB. Gostaria de agradecer à turma de 2012.1 por ter iniciado esta jornada comigo, e à turma de 2014.1 por tê-la terminado. Em especial agradeço aos meus colegas de curso Carolina Clemens, Millena Alves, Mayane Melo, Ana Clara Rodrigues, Diego Rocha, Renato Xavier, Suanderson Borges, Mariana Turco, Bárbara Gomes, Matheus Cirne, Mércia Araújo, Clemida Noberto, Ícaro Ferreira, Marko Batista, Rebecca Maia, Andressa Lessmeister, Yona Medvedeff, Rachel Melo, Mayara Araújo, Márcia Morais, Monique Medeiros, Rayssa Mendes, Lisandra Caroline, Luan Nascimento, Patrícia Rodrigues, Edith Larissa, Arllyn Mello, Viviane Lopes, Andresa Carrilho, Amanda Arruda, Telma de Freitas, Amanda Dantas, Ruth Hayne, Raquel Katllyn, Suerda Gabriela, Laura de Pieri, Raphaela de Melo, Késsio Lemos, Luisa Lúcio, Raabe Catarine, Filipe Ferreira, Paulo César, Marcela Vasconcellos, Valfrido Sales, Cassy Oliveira, Luziana Lourencio, Mayara Clemente e Mariana Barreto, que de alguma forma tornaram única a minha jornada na universidade.

## RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar a manutenção do imperialismo e da hegemonia dos Estados Unidos durante os mandatos presidenciais de George W. Bush, considerando os aspectos ideológicos, políticos, econômicos, e militares. Para tal, o trabalho será orientado pelas seguintes perguntas: Como os Estados Unidos conseguiram sustentar o seu império durante esse período? Quais foram os desafios enfrentados? Que impactos foram causados na comunidade internacional? A composição da análise compreende ainda dois períodos históricos sequenciais: (i) o primeiro (2001-2004), e (ii) o segundo mandato presidencial (2005-2008) de George W. Bush. A abordagem teórica utilizada procura assimilar os conceitos de hegemonia e imperialismo, para explicar sobre os acontecimentos que proporcionaram a manutenção da supremacia do Império Estadunidense. Sendo assim, o estudo parte das teorias de imperialismo e hegemonia, defendidas por correntes *mainstream* das Relações Internacionais, para ponderar sobre o seu objeto. A metodologia empregada caracteriza-se por ser qualitativa, mediante métodos hipotéticos dedutivos explanatórios, adotando um viés explicativo e exploratório, na análise dos conceitos e teorias, e descritivo, na associação das variáveis. Para ser executada, a investigação recorre, sobretudo, às pesquisas explicativas e bibliográficas, aos procedimentos de análise de documentos e discursos presidenciais, às consultas de periódicos informativos, bem como às coletas de dados e índices estatísticos, para a validação das hipóteses. Apesar de ter se iniciado apenas no pós-Primeira Guerra Mundial, o império hegemônico dos Estados Unidos da América tem se sustentado por muito tempo, e de diversas formas. Além da sua importância interna, possui também uma grande importância para a comunidade internacional, pois detém a capacidade de afetar todas as relações mundiais, devendo ser, portanto, amplamente estudada e compreendida.

**Palavras-Chave:** Imperialismo. Hegemonia. Estados Unidos. Bush.

## **ABSTRACT**

The present research aims at analyzing the maintenance of US imperialism and hegemony during the presidential mandates of George W. Bush, considering its historical, ideological, political, economic, and military aspects. The work will be guided by the following questions: How did the United States manage to sustain its empire during this period? What were the challenges it faced? What impacts have been caused in the international community? The composition of the analysis also includes two sequential historical periods: (i) the first (2001-2004), and (ii) the second presidential term (2005-2008) of George W. Bush. The theoretical approach used seeks to assimilate the concepts of hegemony and imperialism, to explain the events that provided the maintenance of the supremacy of the American Empire. Thus, the study starts from the theories of imperialism and hegemony, defended by mainstream currents of International Relations, to ponder its object. The methodology used is characterized by being qualitative, by using hypothetical explanatory deductive methods, and adopting an explanatory and exploratory bias, in the analysis of concepts and theories, and a descriptive one, in the association of variables. In order to be executed, the research is mainly based on explanatory and bibliographic research, document and presidential speeches analysis procedures, informative newspaper consultations, as well as collections of statistical data and indexes for the validation of hypotheses. Although it began only after World War I, the hegemonic empire of the United States of America has been sustained for a long time, and in several ways. Besides its internal importance, it is also of great importance to the international community, since it has the capacity to affect all world relations and must therefore be widely studied and understood.

**Keywords:** Imperialism. Hegemony. U.S. Bush.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	8
<b>1.</b>	<b>CAPÍTULO 1: A HEGEMONIA E O IMPERIALISMO .....</b>	9
1.1.	CONTEXTO ACADÊMICO.....	10
1.2.	A HEGEMONIA DE ANTONIO GRAMSCI .....	11
1.3.	O IMPERIALISMO DE JOHN HOBSON E VLADIMIR LENINE .....	14
1.4.	O IMPERIALISMO HEGEMÔNICO E O NOVO IMPERIALISMO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA .....	23
<b>2.</b>	<b>CAPÍTULO 2: A POLÍTICA EXTERNA DE GEORGE W. BUSH .....</b>	27
2.1.	A DOCTRINA BUSH .....	27
2.2.	A GUERRA AO TERROR .....	32
2.3.	O UNILATERALISMO E O EXCEPCIONALISMO ESTADUNIDENSE .....	44
<b>3.</b>	<b>CAPÍTULO 3: O IMPERIALISMO E A HEGEMONIA ESTADUNIDENSE DE GEORGE W. BUSH .....</b>	49
3.1.	O NOVO IMPERIALISMO DE MANN, A PARTIR DE GRAMSCI, HOBSON E LENINE .....	49
3.2.	O MILITARISMO .....	52
3.3.	O FATOR ECONÔMICO .....	61
3.4.	A CONJUNTURA POLÍTICA .....	72
3.5.	O PODER IDEOLÓGICO .....	78
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	84
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	87

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva analisar a manutenção do imperialismo e da hegemonia dos Estados Unidos durante os mandatos presidenciais de George W. Bush, considerando os aspectos ideológicos, políticos, econômicos, e militares. Para tal, o trabalho será orientado pelas seguintes perguntas: Como os Estados Unidos conseguiram sustentar o seu império durante esse período? Quais foram os desafios enfrentados? Que impactos foram causados na comunidade internacional? A composição da análise compreende ainda dois períodos históricos seguidos: (i) o primeiro (2001-2004), e (ii) o segundo mandato presidencial (2005-2008) de George W. Bush.

A abordagem teórica utilizada procura assimilar os conceitos de hegemonia e imperialismo, para explanar sobre os acontecimentos que proporcionaram a manutenção da supremacia do Império Estadunidense. Sendo assim, o estudo parte das teorias de imperialismo e hegemonia, defendidas pelas correntes *mainstream* das Relações Internacionais, para ponderar sobre o seu objeto.

O primeiro capítulo é focado no estudo dos termos hegemonia e imperialismo, a partir de Gramsci, Hobson e Lenine, e sua aplicação em relação aos Estados Unidos. A seção seguinte prioriza a análise da “Doutrina Bush” e da “Guerra ao Terror”, assim como suas consequências na política externa estadunidense. O último capítulo busca avaliar o imperialismo hegemônico de George W. Bush, com base em Mann, e a partir dos prognósticos realizados nas seções anteriores.

A metodologia empregada caracteriza-se por ser qualitativa, mediante métodos hipotéticos dedutivos explanatórios, adotando um viés explicativo e exploratório, na análise dos conceitos e teorias, e descritivo, na associação das variáveis. Para ser executada, a investigação recorre, sobretudo, às pesquisas explicativas e bibliográficas, procedimentos de análise de documentos e discursos presidenciais, às consultas de periódicos informativos, bem como a coleta de dados e índices estatísticos para a validação das hipóteses.

Apesar de ter se iniciado apenas no pós-Primeira Guerra Mundial, o império hegemônico dos Estados Unidos da América tem se sustentado por muito tempo, e de diversas formas. Além da sua importância interna, possui também uma grande importância para a comunidade internacional, pois detém a capacidade de afetar todas as relações mundiais, devendo ser, portanto, amplamente estudada e compreendida.

## 1. CAPÍTULO 1: A HEGEMONIA E O IMPERIALISMO

O estudo das políticas adotadas pelo governo de George W. Bush depende da análise prévia de dois importantes conceitos, a hegemonia e o imperialismo. Tal análise será feita neste primeiro capítulo, e buscará responder os seguintes questionamentos: O que é hegemonia e imperialismo? Como esses dois conceitos se relacionam? Os Estados Unidos podem ser classificados como um ator hegemônico ou imperialista, ou ambos? Como funcionam o imperialismo e a hegemonia estadunidenses?

A metodologia utilizada nesta seção caracteriza-se por ser primordialmente qualitativa; e adota um viés explicativo e exploratório, na análise dos conceitos e teorias, e descritivo, na associação das variáveis conceituais e teóricas. Para ser executada, a investigação recorre, sobretudo, às pesquisas bibliográficas.

A discussão aqui será permeada principalmente pelas contribuições teóricas de Antonio Gramsci, em relação à hegemonia, e de John Hobson e Vladimir Lenine, em relação ao imperialismo. Em menor proporção, serão examinados também alguns pressupostos conceituais de Hannah Arendt, Rosa Luxemburgo, István Mészáros e Michael Mann, sobre o imperialismo, e Paul Marlor Sweezy e Nikolai Bukharin, a respeito do militarismo, ideologia que se relaciona profundamente com as práticas imperialistas.

A revisão bibliográfica concentrar-se-á nas obras “*Gramsci e a Teoria Crítica das Relações Internacionais*” de Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos<sup>1</sup>, “*O imperialismo: os teóricos precursores e o debate contemporâneo*” de Paulo Sérgio Souza Ferreira<sup>2</sup>, e “*Globalização e Hegemonia nas Relações Internacionais: O caso da Via Campesina por uma perspectiva gramsciana*” de Adriane de S. Camargo<sup>3</sup>. Outros trabalhos como “*Origens do totalitarismo*” de Hannah Arendt, “*Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*” de Luiz Alberto Moniz Bandeira<sup>4</sup> e “*O império da incoerência*” de Michael Mann<sup>5</sup> serão explorados aqui, mas com menos ênfase.

---

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP).

<sup>2</sup> Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre e Doutor em História Econômica da Universidade de São Paulo (USP).

<sup>3</sup> Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Mestra em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP). Doutoranda em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).

<sup>4</sup> Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas (FBCJ). Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP).

<sup>5</sup> Bacharel em História Moderna e Administração Social e Pública pela Universidade de Oxford. Doutor em Filosofia e Sociologia pela Universidade de Oxford. Professor de Sociologia na Universidade da Califórnia.

## 1.1. CONTEXTO ACADÊMICO

O término da Guerra Fria proporcionou um novo cenário acadêmico em que diversas abordagens teóricas surgiram com o propósito de explicar o fim do sistema bipolar<sup>6</sup>, dentre elas, a Teoria Crítica, que neste cenário, ganhou relevância em relação às demais. Isso se deu em razão das teorias predominantes da época, o neorrealismo e o neoliberalismo, não terem oferecido instrumentos teóricos suficientes para analisar os acontecimentos desse período, como a decaída da URSS que, de forma unilateral, renunciou o seu poder hegemônico, deixando de ser considerada uma superpotência<sup>7</sup>.

Durante esse mesmo intervalo temporal, a ampliação da influência dos atores não-estatais, no âmbito das relações internacionais, também se tornou objeto de estudo das principais investigações acadêmicas, pois esses novos atores passaram a estimular as atividades transnacionais, antes dominadas apenas pelos Estados. Com mudanças como essa, as teorias começaram a incorporar perspectivas além das estabelecidas pelas potências hegemônicas do século XX, originando assim o que foi denominado de Debate Interparadigmático<sup>8</sup>.

Neste debate, houve nas Relações Internacionais “a abertura da área para diferentes abordagens sobre os mais diversos objetos de estudos que [...] não era comum analisá-los”<sup>9</sup>. A Teoria Crítica marcou esse período, pois foi responsável por questionar a suposta cientificidade das teorias convencionais, ou *mainstream*, das Relações Internacionais, que se baseava: (i) no emprego de métodos positivistas, (ii) no estabelecimento de uma hipotética neutralidade do pesquisador, (iii) na separação do sujeito do objeto e (iv) na atribuição de uma racionalidade aos atores envolvidos.

Assim como a Teoria Crítica, os conceitos de Antonio Gramsci também podem ser aplicados às Relações Internacionais como instrumentos de críticas, no nível da metodologia e epistemologia:

[...] a releitura de Gramsci se dá a partir de um novo contexto, por meio da tradução, aplicação, e atualização de seus conceitos fundamentais para uma ordem capitalista internacional em processo de integração, exatamente a mesma dinâmica que explica a ascensão de novos atores, processos e arenas em condições jamais compreendidas por Gramsci na elaboração de seus conceitos originais. A riqueza, portanto, de Gramsci e de seus intérpretes, está em permitir novas reflexões acerca de uma ordem global, e das condições para a construção de uma hegemonia constituída por novos atores, processos e arenas (CAMARGO, 2013, p. 33).

<sup>6</sup> HERZ, 1997, apud CAMARGO, 2013, p. 30.

<sup>7</sup> CAMARGO, 2013, p. 30.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 31.

Embora a maioria de suas análises fosse focada na política doméstica, especificamente da Itália, Gramsci também se preocupou em compreender as relações entre o plano nacional e o internacional, na qual esse último reage ao primeiro de forma passiva e ativa<sup>10</sup>. Segundo o autor italiano, a atuação internacional de um Estado ocorre através do reflexo da sua sociedade civil e hegemonia.

## 1.2. A HEGEMONIA DE ANTONIO GRAMSCI

Um dos autores mais proeminentes no estudo da hegemonia foi Antonio Gramsci, um teórico e filósofo italiano que se dispôs a analisar o capitalismo<sup>11</sup>, desenvolvendo o seu próprio conceito de hegemonia:

[...] diferentemente das teorias tradicionais da disciplina de Relações Internacionais, que abordam a questão da hegemonia como dominação econômica e militar de um Estado sobre os demais, a hegemonia de Gramsci [...] é estabelecida ou por meio da construção de um bloco histórico amparado nacionalmente no consentimento dos demais grupos sociais, ou através da expansão um modo de produção hegemônico de alcance mundial. O bloco histórico hegemônico internacional se constituiria com a reprodução de relações de produção, organizadas a partir de uma mesma dinâmica macroeconômica que incorporaria a maior parte de países e regiões do mundo (CAMARGO, 2013, p. 21-22).

Gramsci argumenta que a hegemonia pode se estabelecer pelo exercício do poder mediante o consentimento, que ocorre quando há o compartilhamento de interesses entre os grupos sociais que se beneficiam da hegemonia e os demais grupos. Isso pode acontecer de duas formas: (i) de forma dirigente, quando se trata de grupos aliados, e (ii) de forma dominante, quando se trata de grupos subordinados. De acordo com o autor, a hegemonia ainda pode utilizar instrumentos de coerção quando o consentimento não for aplicável<sup>12</sup>.

Como a hegemonia é constituída pelo exercício do poder de uma parcela da sociedade sobre os demais, logo ela se consolida na esfera da sociedade civil, outro conceito desenvolvido por Gramsci, que corresponde ao “conjunto de organismos responsáveis pela elaboração de ideologias, e que forma os ‘aparelhos privados de hegemonia’, tais como o sistema escolar, os meios de comunicação social, os partidos políticos”<sup>13</sup>.

A partir da teoria de Karl Marx sobre o Estado, Gramsci aborda a sociedade civil em seu sentido ampliado, considerando-a uma das fundamentais bases constituintes do próprio Estado. Marx dissociava a economia da política, e a estrutura da superestrutura, uma vez que

<sup>10</sup> CAMARGO, 2013, p. 33.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>12</sup> GRAMSCI, 2000, apud CAMARGO, 2013, p. 24.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 24-25.

as considerava dois domínios distintos. Para o autor alemão, a estrutura funciona como a esfera “no qual a sociedade civil se constitui como arena onde se processa a luta de classes, determinada em relação ao processo produtivo”<sup>14</sup>, enquanto a superestrutura, por sua vez, representa o plano em que a sociedade política almeja a manutenção do capitalismo, mediante instrumentos de coerção. De forma discordante, Gramsci pressupunha que a sociedade civil pertencia à superestrutura, e fazia parte também da constituição do Estado, em conjunto com a sociedade política. A sociedade civil, segundo o autor italiano, servia mais do que apenas uma “arena onde ocorre a luta de classes”<sup>15</sup>; ela se estabelece do mesmo modo como um “espaço político onde se processa a hegemonia”<sup>16</sup>.

Gramsci entende o orgânico como aquilo que é estrutural, ou relativamente permanente, oposto ao que seria conjuntural. [...] Gramsci compreende que as mudanças na ordem mundial, observadas como alterações estratégico-militares, podem ser delineadas para transformações fundamentais nas relações sociais. [...] Ainda que o Estado permaneça como um ator fundamental nas relações internacionais, *Iocus* de conflitos entre grupos sociais diversos e, nesse sentido, o espaço onde se constrói a hegemonia, o Estado é também compreendido em seu sentido “ampliado”. Ou seja, o Estado é considerado a partir da inclusão de sua base social, da sociedade civil como componente constituinte do Estado, rompendo-se, assim, com a perspectiva reduzida do Estado, este entendido como constituído somente a partir da sociedade política, responsável pelo aparelho burocrático estatal. [...] Destarte, ter o Estado como ator fundamental das relações internacionais é compreender que o Estado ampliado atua nessas relações, ou seja, que a sociedade política e a sociedade civil atuam internacionalmente (CAMARGO, 2013, p. 33-34).

Quando a sociedade política utiliza da força, dos instrumentos de coerção, para sustentar a sua hegemonia, o consenso pode se romper, proporcionando assim a perda da legitimidade do grupo que detém o poder hegemônico. Sem legitimidade, podem surgir movimentos contra-hegemônicos, pautados pela contestação da dominação por outros grupos sociais<sup>17</sup>, que buscam, muitas vezes, ocupar a posição hegemônica.

Como a hegemonia é mais eficiente quando estabelecida por meio do consenso, se evidencia, no âmbito da sociedade civil, a busca desse consenso por diversos grupos que ambicionam se tornar hegemônicos. Todavia, esse consenso só pode ser alcançado mediante a disseminação e a universalização das ideias, valores e princípios que regem a hegemonia<sup>18</sup>. O conceito da hegemonia não atua apenas no âmbito econômico e político da sociedade, mas, inclusive, sobre as ideologias e as formas de aquisição de conhecimento das pessoas<sup>19</sup>, sendo

---

<sup>14</sup> CAMARGO, 2013, p. 25.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>17</sup> PORTELLI, 1977, apud CAMARGO, 2013, p. 25-26.

<sup>18</sup> SEMERARO, 1999, apud CAMARGO, 2013, p. 26.

<sup>19</sup> GRUPPI, 1978, p. 3, apud CAMARGO, 2013, p. 26.

a sociedade civil, portanto, o ambiente propício no qual essas manifestações ideológicas ocorrem<sup>20</sup>.

Quando a sociedade civil começa a ter consciência de que, na verdade, é ela quem detém o poder de transformação da realidade, a hegemonia vigente passa a ser contestada<sup>21</sup>, graças à compreensão de que a subordinação e a subjugação vivenciadas pelos grupos subalternos são condições necessárias para os grupos dominantes exercerem o seu poder.

O poder que sustenta a hegemonia é derivado do bloco histórico, sendo esse a configuração que a estrutura e a superestrutura assumem em um específico período histórico<sup>22</sup>. A relação entre a estrutura e a superestrutura forma “uma totalidade que possui em seu interior diversas temporalidades”<sup>23</sup>, sendo essa relação dialética beneficiária do estabelecimento e fortificação do Estado, composto pela sociedade política e sociedade civil<sup>24</sup>. O Estado se ampara no consenso, disposto pela união dos interesses de distintos grupos sociais, influenciados pela ideologia hegemônica<sup>25</sup>. Uma nova ordem hegemônica só pode surgir quando ocorre uma crise orgânica que consiga romper esse consenso que sustenta todo o bloco histórico, ocasionando assim um colapso na hegemonia da classe dirigente,

[...] que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas [...], ou porque as amplas massas [...] passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução (GRAMSCI, 2000, p. 60, apud CAMARGO, 2013, p. 27).

Essa crise acontece mediante a percepção geral de que os interesses dos demais grupos, que fazem parte da sociedade civil, não são mais contemplados pela classe dirigente, promovendo assim a fragmentação da dominação desses grupos<sup>26</sup>. A partir disso, pode emergir movimentos de contra-hegemonia, que exigiria transformações nas estruturas e superestruturas, sendo essas responsáveis por prover uma nova configuração de bloco histórico, o que causaria, dessa forma, a instituição de uma nova ideologia, responsável por resgatar o consenso, necessário para sustentar uma nova ordem hegemônica.

Tal como a hegemonia anterior, a nova hegemonia assumirá a posição de grupo dirigente e exercerá o poder com o consentimento dos demais grupos sociais, principalmente dos grupos aliados e, quando julgar necessário, poderá se utilizar de mecanismos de coerção, já que assumirá o domínio da sociedade política e de sua materialidade. Assim, a “contra-hegemonia” terá de propor uma ordem alternativa em que pesem os interesses de distintos grupos da sociedade civil, de forma que,

<sup>20</sup> SEMERARO, 1999; MORTON, 2007, apud CAMARGO, 2013, p. 26.

<sup>21</sup> PORTELLI, 1977; MORTON, 2007, apud CAMARGO, 2013, p. 26.

<sup>22</sup> GRAMSCI, 2000, apud CAMARGO, 2013, p. 27.

<sup>23</sup> BIANCHI, 2008, p. 175, apud CAMARGO, 2013, p. 27.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>25</sup> MORTON, 2007, apud CAMARGO, 2013, p. 27.

<sup>26</sup> PORTELLI, 1977, apud CAMARGO, 2013, p. 27-28.

conciliando-os, ela possa ter legitimidade para substituir a ordem vigente e assumir a direção da ordem alternativa em processo de consolidação. Para tanto, a “contra-hegemonia” deverá estar preparada para lidar com os problemas encarados pela hegemonia que foi contestada, e, desse modo, lidar com as dificuldades inerentes ao processo de fortalecimento de sua posição hegemônica (CAMARGO, 2013, p. 28).

Oferecer críticas à ordem hegemônica vigente não é o suficiente para que os grupos sociais que desejem ser hegemônicos possam de fato ocupar essa posição. É necessário apresentar propostas que aspirem um modelo de sociedade melhor, em conjunto com a desconstrução das bases hegemônicas<sup>27</sup>.

Assim, Gramsci, ao ampliar o conceito de Estado incluindo, em sua análise, a sociedade civil na esfera da superestrutura, compreende o papel desempenhado pela sociedade civil tanto no estabelecimento como na desconstrução da hegemonia por meio da emergência de uma “contra-hegemonia” (CAMARGO, 2013, p. 28).

A amplitude dos conceitos de Gramsci também permite que quem esteja analisando suas reflexões possa incluir novos atores, processos ou locais, com a finalidade de adaptá-las às diversas possibilidades de circunstâncias<sup>28</sup>.

**Quadro 1 – A Hegemonia de Antonio Gramsci**

<b>O Estado é constituído pela:</b>		
Sociedade política	e	Sociedade civil
<b>A hegemonia ocorre por meio de:</b>		
Um bloco histórico nacional	ou	Um bloco histórico internacional
Construção de um bloco histórico amparado nacionalmente no consentimento dos demais grupos sociais.		Expansão mundial do modo de produção hegemônico: reprodução das relações de produção da hegemonia, organizadas a partir de uma mesma dinâmica macroeconômica que incorpora a maior parte de países e regiões do mundo.
<b>E se consolida na esfera da sociedade civil, que corresponde a:</b>		
Um conjunto de organismos responsáveis pela elaboração de ideologias, e que forma os aparelhos privados de hegemonia.	e	Um espaço político onde se processa a hegemonia.

**Fonte:** Elaboração nossa.

**Extraído de:** CAMARGO, 2013.

### 1.3. O IMPERIALISMO DE JOHN HOBSON E VLADIMIR LENINE

De acordo com Hannah Arendt, o imperialismo surgiu no século XIX como um produto do colonialismo, porém possuía diferenças, pois se constituía, sobretudo, como uma política de expansão e dominação de uma nação sobre outra(s)<sup>29</sup>, seja no âmbito territorial,

<sup>27</sup> SEMERARO, 1999, apud CAMARGO, 2013, p. 28.

<sup>28</sup> CAMARGO, 2013, p. 33.

<sup>29</sup> ARENDT, 2012, p. 122.

cultural ou econômico. A expansão é “o objetivo permanente e supremo da política [...] do imperialismo”<sup>30</sup>.

Esse fenômeno do imperialismo começou a ser estudado e elaborado a partir da teoria econômica desenvolvida por Karl Marx, que trata da concentração e da centralização de capitais. Para Marx, o surgimento de monopólios ocorre em uma específica fase de desenvolvimento do capitalismo, em decorrência principalmente da acumulação de capitais<sup>31</sup>. Segundo o economista brasileiro Ferreira, Marx, em sua obra “*O Capital*”, estabelece da seguinte forma os pressupostos do capitalismo:

O capitalismo tem como objetivo a produção de mais-valia. Ele se baseia na expropriação do trabalho assalariado. Para que a produção capitalista prossiga sem interrupções é necessário que duas condições sejam satisfeitas, quais sejam: a concentração do capital, dos meios de produção, dos meios de subsistência nas mãos da classe capitalista; a existência de uma força de trabalho assalariada, que esteja privada de todas as condições de realização de seu trabalho. Isso é assegurado pela própria renovação do processo de produção material, ou seja, o próprio mecanismo da produção capitalista assegura as condições objetivas para que a produção transcorra sem interrupções. Ou seja, as relações de produção estabelecidas entre capitalistas e trabalhadores assalariados são renovadas periodicamente (FERREIRA, 2013, p. 16).

A partir dos estudos de Marx, John A. Hobson, em sua obra “*Estudio Del Imperialismo*”, desenvolveu a sua teoria, se tornando um dos pioneiros na análise do imperialismo<sup>32</sup>. Hobson compreendia o imperialismo com base principalmente em seus aspectos econômicos, pois para ele, o advento desse fenômeno teria ocorrido devido ao desenvolvimento do capitalismo moderno, resultado da expansão colonial do fim do século XIX e do início do século XX<sup>33</sup>.

Hobson entendia que o imperialismo era uma espécie de enfermidade ou desajuste provocado na economia capitalista que poderia ser solucionado. Analisando o caso da Inglaterra, que era a principal potência econômica da época, ele chegou à conclusão de que a expansão colonial era um prejuízo para a nação como um todo demonstrando assim que o imperialismo não era uma necessidade vital para o sistema capitalista e que poderia ser evitado. [...] Para esse autor, a causa do imperialismo é a superprodução de capital que se verifica nos países centrais do capitalismo, os quais não encontram aplicação em seus próprios mercados. O excesso de capital que se forma nesses países encontra a sua aplicação nos investimentos feitos em países estrangeiros, através da exportação de capitais (FERREIRA, 2013, p. 25).

Hobson argumenta que a formação do excesso de capital ocorre em razão da má distribuição de renda, caracterizando assim o subconsumo das massas, que, segundo o autor, é a base econômica do imperialismo. As causas desse subconsumo são oriundas da

---

<sup>30</sup> ARENDT, 2012, p. 155.

<sup>31</sup> MARX, 1985, apud FERREIRA, 2013, p. 15.

<sup>32</sup> FERREIRA, 2013, p. 24.

<sup>33</sup> HOBSON, 1983, apud FERREIRA, 2013, p. 24.

desestruturação presente nas economias capitalistas, portanto, a única forma de corrigir esses desajustes seria mediante reformas estruturais nas próprias economias de natureza capitalista<sup>34</sup>.

Apesar de valorizar o aspecto econômico, Hobson não se restringe a analisar o imperialismo apenas sob essa perspectiva. Ele aponta diversos outros elementos como importantes para a configuração das políticas imperialistas, “como o patriotismo, ‘a busca de aventuras’, o espírito militar, a ambição política e a filantropia”<sup>35</sup>. Esses elementos secundários são primordiais, como mecanismos, para o imperialismo conseguir atingir as suas ambições econômicas<sup>36</sup>.

Como determina Hobson, embora o imperialismo seja maléfico para a sociedade no geral, a sua existência se justifica nos interesses de determinados grupos sociais que são favorecidos pelas políticas imperialistas. O autor:

[...] destaca que existem certos grupos de interesses que se beneficiam diretamente com a expansão colonial. Eles são os responsáveis pela execução da política imperialista e exercem grande influência na vida política do país. Entre eles podemos destacar: as forças armadas, as empresas navais, os exportadores, os fabricantes de canhões, fuzis, munições, aviões, alimentos para as forças armadas, os grupos financeiros, os funcionários públicos dos países metropolitanos que trabalham na administração das colônias, entre outros (FERREIRA, 2013, p. 26-27).

Os grupos que se beneficiam do imperialismo utilizam o Estado como instrumento para alcançar os seus próprios interesses, usando como auxílio outros dois mecanismos: o aumento dos gastos públicos e a dívida pública.

O grande aumento dos gastos públicos na fase imperialista é uma das principais fontes de ganhos dos grupos financeiros e industriais. Em detrimento da coletividade, o erário público é utilizado para financiar as campanhas militares no exterior. Por outro lado, esses gastos servem para abrir novos campos de investimentos para o seu capital, estabelecer contratos vantajosos com os mercados estrangeiros, etc. Preferencialmente, por meio dos impostos indiretos, esses grupos conseguem fazer com que os custos dessa política recaiam sobre as classes trabalhadoras. Em suma, o emprego lucrativo de capitais no exterior requer um grande aumento dos gastos públicos para o financiamento das atividades militares. Porém, para que esse financiamento resulte em grandes benefícios aos grupos imperialistas os custos dessa política não pode recair sobre os ombros das classes sociais diretamente interessadas em sua execução, o que só é possível mediante a adoção de um sistema de tributação indireta em que os impostos recaiam, sobretudo, sobre os produtos de consumo popular que não são passíveis de substituição por bens substitutos. A dívida pública é outra fonte de financiamento importantíssima dos gastos militares. A criação da dívida pública atende os seguintes objetivos: atender as necessidades emergenciais de gastos não previstos no orçamento público e que não podem ser cobertos pelos impostos indiretos; a sua criação é uma forma de escapar dos impostos sobre a renda e a propriedade que seriam necessários caso ela não existisse; é uma das formas lucrativas de investir o capital acumulado, que em caso contrário continuaria ocioso; [...] ela permite que os países credores se

<sup>34</sup> HOBSON, 1983, apud FERREIRA, 2013, p. 26.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 26.

intrometam nos assuntos internos dos países devedores fazendo valer a força de seus interesses comerciais e financeiros; pode facilitar o apoio político dos países devedores em conjunturas críticas, etc. (FERREIRA, 2013, p. 27).

Com a finalidade de combater e solucionar a deformidade que é o imperialismo, Hobson propõe a adoção de duas medidas: (i) o desenvolvimento de uma democracia através do estabelecimento de um governo livre e que preze pelos princípios democráticos e (ii) o melhoramento das distribuições de renda da sociedade, com o intuito de aumentar o grau de consumo das massas<sup>37</sup>.

**Quadro 2 – O Imperialismo de John Hobson**

<b>Características do Imperialismo</b>	
<b>1</b>	É causado pela superprodução de capital, originado pela má distribuição de renda e o subconsumo das massas, que constituem a base econômica do imperialismo.
<b>2</b>	Esse excesso de capital é exportado e aplicado como investimentos em países estrangeiros
<b>3</b>	Apresenta intenso patriotismo e espírito militar.
<b>4</b>	Determinados grupos sociais são responsáveis pela execução das políticas imperialistas, se beneficiando delas.
<b>5</b>	Possui dois mecanismos de manutenção: o aumento dos gastos públicos e a dívida pública.
<b>Aumento dos Gastos Públicos</b>	
Sustenta-se mediante um sistema de tributação indireto e é usado para financiar campanhas militares no exterior e estabelecer contratos vantajosos com os mercados estrangeiros.	
<b>Dívida Pública</b>	
Permite que os países credores se intrometam nos assuntos internos dos países devedores, fazendo valer seus interesses comerciais e financeiros, podendo facilitar o apoio político dos países devedores.	

**Fonte:** Elaboração nossa.

**Extraído de:** FERREIRA, 2013.

Vladimir Ilitch Lenine foi outro autor que desenvolveu uma teoria sobre o imperialismo, constituída principalmente pela concepção de que o imperialismo funcionava como o “estágio superior do capitalismo”<sup>38</sup> e um “período de transição”<sup>39</sup>. Tal tese inferia que na fase monopolista do capital as contradições do capitalismo se intensificavam ao máximo, exigindo do proletariado a necessidade de se estabelecer um processo revolucionário. Essas incoerências do modo de produção capitalista se expressavam, sobretudo, por meio dos conflitos bélicos do século XX, como as duas grandes guerras mundiais, a Guerra Fria e a Revolução Cubana, pois tornavam visível a fragilidade desse sistema, que supostamente pretendia ser pacífico<sup>40</sup>.

Lenine ainda apontou outras seis razões que o levava a acreditar que na fase imperialista as contradições do capitalismo se exacerbaram:

- 1) o domínio e estrangulamento das empresas não cartelizadas pelo grande capital;
- 2) o aumento das contradições entre o capital e o trabalho assalariado;
- 3) a introdução de certo grau de parasitismo na economia capitalista;
- 4) a exploração de uma maioria de países devedores por parte de uma minoria de países credores, que vivem dos rendimentos provenientes do exterior;
- 5) o aumento das rivalidades dos

<sup>37</sup> HOBSON, 1981, apud FERREIRA, 2013, p. 27-28.

<sup>38</sup> LENINE, 2005, apud FERREIRA, 2013, p. 53.

<sup>39</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 53.

Estados imperialistas entre si; 6) o recrudescimento do colonialismo precisamente na época de desenvolvimento do capital financeiro internacional, ou seja, entre a década de 1870 e o início do século XX (FERREIRA, 2013, p. 54).

Disso, o autor russo pode concluir que no imperialismo houve uma transformação na política colonial das grandes potências, pois essa deixou de ser caracterizada pela exploração dos territórios ainda não ocupados e passou a ser identificada pela exploração das regiões já divididas pelos países colonizadores. Isso, de certa forma, proporcionou mais tensão nas relações econômicas dos atores internacionais, uma vez que, por esses estarem inseridos em um sistema pautado na concorrência, o sistema capitalista, a rivalidade entre os países imperialistas é incentivada, logo a posse das colônias converteu-se em um elemento essencial para o bom funcionamento dos negócios estatais. Os assuntos econômicos, então, passaram a ser solucionados através da utilização de recursos bélicos, em última instância, tornando a guerra em um “componente vital na concorrência desenvolvida pelos monopólios capitalistas no mercado mundial, que teve como ponto culminante a eclosão da Primeira Guerra Mundial”<sup>41</sup>.

O imperialismo possui em sua estrutura econômica os monopólios, representados pelos cartéis e trustes<sup>42</sup>, cujas transações ocorrem no mercado internacional. No âmbito interno, em virtude dos benefícios que as empresas monopolistas possuem, em relação às empresas que não são, ocorre um aumento no custo de vida, o que dificulta as circunstâncias de existência do proletariado. No âmbito externo, tais empresas são responsáveis pela exportação de capitais, que por sua vez acaba desenvolvendo um parasitismo econômico nos Estados imperialistas, que origina um ambiente marcado pela divisão plena entre o setor produtivo e a categoria de rentistas da sociedade, que passa a ter a sua renda vinculada aos juros oriundos dos investimentos empreendidos no exterior<sup>43</sup>. Lenine constata que:

Daí o incremento extraordinário da classe ou, melhor dizendo, da camada de *rentiers*, ou seja, de indivíduos que vivem do “corte de cupons”, que não participam em nada em nenhuma empresa, e cuja profissão é a ociosidade. A exportação de capitais, uma das bases econômicas mais essenciais do imperialismo, acentua ainda mais este divórcio completo entre o setor de *rentiers* e a produção, imprime uma marca de parasitismo a todo país, que vive da exploração do trabalho de uns quantos países e colônias do ultramar (LENINE, 2005, p. 102, apud FERREIRA, 2013, p. 55).

Além de apontar a rivalidade entre os Estados imperialistas como uma das causas que originam conflitos, o estudo sobre o imperialismo de Lenine também ressalta que os movimentos de libertação nacional das colônias, originados pela oposição das populações

<sup>41</sup> LENINE, 2005, apud FERREIRA, p. 54.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 55.

oprimidas contra a exploração dos colonizadores, é também um fomentador de conflitos<sup>44</sup>. Por isso que o autor utiliza da expressão “*O imperialismo: fase superior do capitalismo*” para nomear um dos seus livros, pois ele considera a época do imperialismo como um período em que as intensas incoerências do capitalismo oferecem como possibilidade a transformação da sociedade por meio de um processo revolucionário, e não como a fase final do modo de produção capitalista<sup>45</sup>.

É conhecido até que ponto o capitalismo monopolista intensificou todas as contradições do capitalismo. Basta indicar a carestia da vida e a opressão dos cartéis. Esta intensificação das contradições é a força motriz mais poderosa do período histórico de transição iniciado com a vitória definitiva do capital financeiro mundial (LENINE, 2005, p. 126, apud FERREIRA, 2013, p. 56).

De certa forma, Lenine considerava o capitalismo imperialista como um “período de transição para o socialismo”<sup>46</sup>, uma vez que os monopólios contribuíam para a eliminação parcial da natureza anárquica da produção capitalista, enquanto estimulavam a socialização da produção<sup>47</sup>.

Os trustes eliminam parcialmente o caráter anárquico da produção capitalista ao organizar cientificamente a produção por meio do estudo detalhado da demanda, pelo controle e abastecimento das fontes de matérias-primas às unidades produtivas localizadas em pontos muito distantes, pelo transporte e distribuição dos produtos aos mercados localizados em regiões muito distantes, etc. Em suma, Lenine buscava compreender que novo tipo de relações sociais de produção as sociedades anônimas continham (FERREIRA, 2013, p. 57).

As contradições do capitalismo imperialista também são representadas pelo grande desenvolvimento da indústria bélica, causada pela rivalidade entre os Estados imperialistas, principalmente. Durante a etapa imperialista do modo de produção capitalista, os países passaram a investir mais em seus exércitos e arsenais bélicos, o que propiciou uma maior incidência de conflitos armados, como a Primeira Guerra Mundial, cuja análise foi essencial para o estudo de Vladimir Lenine<sup>48</sup>.

**Quadro 3 – O Imperialismo de Vladimir Lenine**

<b>Características do Imperialismo</b>	
<b>1</b>	É o estágio superior do capitalismo.
<b>2</b>	É um período de transição para o socialismo mediante um processo revolucionário.
<b>3</b>	Incentiva um aumento na rivalidade entre os países imperialistas.
<b>4</b>	Proporciona um grande desenvolvimento da indústria bélica.
<b>5</b>	Apresenta uma incidência maior dos conflitos bélicos.
<b>6</b>	Possibilita a exploração de regiões já divididas pelos países colonizadores.
<b>7</b>	É um momento em que as contradições capitalistas se intensificam ao máximo, em decorrência de seis razões.
<b>Seis Razões</b>	

<sup>44</sup> LENINE, 2005, apud FERREIRA, 2013, p. 55.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 55-56.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 57-58.

O domínio e o estrangulamento das empresas não cartelizadas pelo grande capital.	O aumento das contradições entre o capital e o trabalho assalariado.
A introdução de certo grau de parasitismo na economia capitalista.	A exploração de uma maioria de países devedores por parte de uma minoria de países credores, que vivem de rendimentos provenientes do exterior.
O aumento das rivalidades dos Estados imperialistas entre si.	O recrudescimento do colonialismo.
<b>8</b>	Proporciona o surgimento de monopólios (cartéis e trustes), que ocasionam determinadas consequências nos âmbitos interno e externo do Estado imperialista.
<b>Âmbito Interno</b>	<b>Âmbito Externo</b>
Promove o aumento do custo de vida, dificultando assim a existência do proletariado.	Promove a exportação de capitais, o parasitismo econômico nos Estados imperialistas e um ambiente dividido plenamente entre o setor produtivo e os rentistas (cuja renda é vinculada aos juros oriundos dos investimentos empreendidos no exterior).

**Fonte:** Elaboração nossa.  
**Extraído de:** FERREIRA, 2013.

Antes mesmo do imperialismo surgir, o militarismo já possuía uma influência considerável para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, pois foi responsável pela “descoberta e exploração do Novo Mundo por parte das potências marítimas europeias”<sup>49</sup>, uma vez que contribuía para “o saque e a pilhagem colonial e o domínio dos povos que habitavam originariamente as terras recém descobertas”<sup>50</sup>.

A supremacia militar dos países que estavam na dianteira do processo de acumulação de capitais na Europa num período de gênese do modo de produção capitalista foi a condição necessária para o estabelecimento de novas rotas comerciais, para a integração forçada das novas regiões ao âmbito do mercado mundial capitalista, para a destruição dos modos de produção pré-capitalistas nas colônias, para a formação do mercado de trabalho, etc. Esse período corresponde à chamada *acumulação primitiva de capitais* (FERREIRA, 2013, p. 58).

Durante o progresso do capitalismo, o militarismo exerceu diferentes atribuições, como Paul Marlor Sweezy reitera, em “*Teoria do Desenvolvimento Capitalista*”. O autor coloca que no início do modo de produção capitalista, o militarismo atuava em conjunto com o nacionalismo com a finalidade de satisfazer as pretensões da recém-formada categoria de mercadores, que objetivava “a unificação econômica e a liberdade individual nos territórios dominados pelo separatismo e o obscurantismo da sociedade feudal”<sup>51</sup>. Com o advento do imperialismo, o militarismo deixou de ocupar tal função e passou a ser um “instrumento de luta travada entre os grupos capitalistas no mercado mundial”<sup>52</sup>. O autor ainda ressalta que:

A elevação do militarismo a uma posição de importância permanente e sempre crescente, em todas as nações imperialistas, tem consequências econômicas de grande alcance. Em primeiro lugar, estimula o desenvolvimento de um grupo especialmente favorecido de monopolistas nas indústrias que, como a do aço e a da

<sup>49</sup> LENINE, 2005, apud FERREIRA, 2013, p. 58.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>51</sup> SWEEZY, 1983, apud FERREIRA, 2013, p. 58.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 59.

construção naval, são mais importantes para a produção de armamentos. Os magnatas de munições têm um interesse direto na expansão máxima da produção militar; [...] São, portanto, esses elementos da classe capitalista que lideram as exigências de uma política externa agressiva. Em segundo lugar, os gastos militares têm uma função econômica idêntica aos gastos de consumo, e daí a expansão dos exércitos e armadas constituir uma forma contrabalançadora cada vez mais importante da tendência ao subconsumo. Do ponto de vista do funcionamento da economia como um todo, portanto, torna-se cada vez mais perigoso limitar a grandeza dos gastos militares. Finalmente, na medida em que a produção de armamento utiliza força de trabalho e meios de produção para os quais de outra forma não haveria demanda, o militarismo realmente proporciona à classe capitalista como um todo maiores oportunidades de investimento lucrativo de capital. Por todas essas razões, e bastante à parte das necessidades engendradas pela rivalidade imperialista, o militarismo tende a desenvolver uma dinâmica expansionista própria (SWEEZY, 1983, p. 236-237, apud FERREIRA, 2013, p. 59)

Sweezy constata que a evolução do nacionalismo e do militarismo está entrelaçada com a do imperialismo, pois o patriotismo e as rivalidades nacionais dependem do suporte da opinião pública nos Estados imperialistas, com a finalidade de garantir com que as campanhas militares realizadas no exterior sejam eficazes, e das classes trabalhadoras, que são responsáveis pelo fornecimento de contingentes para os exércitos<sup>53</sup>.

Outro autor que se preocupou em analisar as condições do militarismo foi Nikolai Bukharin. De acordo com o teórico russo, as instituições monopolistas só poderiam conseguir obter sucesso dentro da competição internacional por meio de dois fatores: (i) a aceleração do desenvolvimento da concentração e centralização dos capitais financeiros nacionais e (ii) a fortificação do poder estatal de cada país, que é avaliada mediante a força de seus exércitos. Diante disso, Bukharin conclui que a militarização da sociedade transformou-se em um componente essencial para o desenvolvimento das estruturas econômicas de cada Estado, conduzidas pelos monopólios, e apresentou como consequência a inclusão das despesas militares no orçamento público das nações em um nível mais elevado, em comparação ao de antes<sup>54</sup>. O autor ainda pondera que:

A sociedade capitalista é inconcebível sem armamentos, da mesma forma que não pode ser concebida sem guerras. E assim como não são os preços baixos que engendram a concorrência, mas ao contrário, é a concorrência que determina o aviltamento dos preços, tampouco é a existência dos exércitos a causa essencial e a força motriz das guerras (embora, na realidade, as guerras sejam impossíveis sem exércitos) – mas, muito ao contrário, é a inelutabilidade dos conflitos econômicos que condiciona a existência de exércitos. Eis porque, nos dias de hoje, quando os conflitos econômicos atingem os mais altos níveis de tensão, assistimos à corrida armamentista. O domínio do capital financeiro pressupõe o imperialismo e o militarismo (BUKHARIN, 1984, p. 120, apud FERREIRA, 2013, p. 60).

Com base em tal análise, Ferreira argumenta que a rivalidade entre os países imperialistas não é causada pelo desenvolvimento do militarismo, mas sim pelo

<sup>53</sup> SWEEZY, 1983, apud FERREIRA, 2013, p. 59.

<sup>54</sup> BUKHARIN, 1984, apud FERREIRA, 2013, p. 60.

“desenvolvimento do capital monopolista e o acirramento da concorrência entre os trustes no mercado interno e externo que se constitui na força motriz no desenvolvimento dos exércitos e da economia armamentista”<sup>55</sup>.

Rosa Luxemburgo proporcionou constatações semelhantes às de Bukharin e de Sweezy, em relação às funções do militarismo no período imperialista, todavia ela também introduziu novas, como a concepção de que “a economia armamentista constitui-se em um locus privilegiado da acumulação capitalista”<sup>56</sup>. Tal acumulação relaciona-se com a realização da mais-valia, que se forma a partir do consumo das sociedades pré-capitalistas, e não do consumo das classes burguesas<sup>57</sup>. O estudo de Luxemburgo inicia-se pela análise do consumo do governo e a sua influência na economia, que permite observar que:

O sustento da máquina estatal e dos exércitos é feito por meio da introdução de um sistema de tributação indireta. Rosa Luxemburgo analisa dois casos e os seus possíveis efeitos: 1) quando o montante arrecadado em impostos é empregado para a manutenção dos funcionários públicos e do exército; 2) quando o total arrecadado pelo Estado é aplicado na produção armamentista. No primeiro caso, Luxemburgo observa que o sistema de tributação indireta não afeta as condições de reprodução do capital social total em seu estudo dos esquemas de reprodução de Karl Marx, ou seja, da análise das relações desenvolvidas entre o departamento dos meios de produção e o departamento dos meios de subsistência, que são os dois grandes setores da produção social. O consumo governamental é realizado sem alterar as condições de reprodução do capital total, pois a demanda social total nos dois departamentos não se modifica. O mesmo montante em meios de produção e meios de subsistência é consumido como anteriormente, pois o consumo governamental é realizado depois da troca efetuada entre o capital e o trabalho assalariado. [...] Contrariamente ao que é formulado na literatura econômica, a produção de material bélico não representa somente uma mudança na forma material da produção social, ou seja, o capital que antes era investido na produção de meios de subsistência agora é investido na produção armamentista (FERREIRA, 2013, p. 61-62).

Para Luxemburgo, o militarismo na fase imperialista é propício para a realização da mais-valia capitalizada<sup>58</sup>, pois mediante essa tributação indireta, o Estado torna-se apto a subtrair dos usuários não-capitalistas o suficiente para a produção e consumação da mais-valia. Dessa forma, surge uma nova constituição de mercado baseada na demanda governamental, agora focada na indústria bélica<sup>59</sup>.

Por fim, Ferreira constata que o capital monopolista se desenvolve a partir de um processo de concentração e de centralização de capitais em diversos países e regiões do mundo em torno do monopólio, “e cada passo dado em sua evolução tende a unificar cada vez

---

<sup>55</sup> FERREIRA, 2013, p. 66.

<sup>56</sup> LUXEMBURGO, 1984, apud FERREIRA, 2013, p. 60.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 60-61.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 64.

<sup>59</sup> FERREIRA, 2013, p. 65.

mais o ciclo do capital em escala internacional. O resultado é a integração monopolista dos diferentes elementos constitutivos da economia mundial no movimento global do capital”<sup>60</sup>.

Para que tal integração aconteça, é necessária a supressão de todos os obstáculos ao movimento do capital em direção ao monopólio, ao mesmo tempo em que se tenta criar um Estado transnacional que transcenda todas as fronteiras nacionais. Todavia, esse desenvolvimento do capital monopolista provoca conflitos entre os diversos grupos financeiros nacionais e estimula a rivalidade entre os Estados-nações imperialistas, que buscam, por meio das guerras imperialistas, “prevalecer sobre os demais na tentativa de formação de um governo internacional do capital”<sup>61</sup>. Durante o processo de consolidação do seu imperialismo, os Estados Unidos se envolveram em conflitos assim.

#### **1.4. O IMPERIALISMO HEGEMÔNICO E O NOVO IMPERIALISMO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

Os Estados Unidos da América (EUA) detêm um histórico tanto como ator imperialista quanto hegemônico, que remonta ao período pós-Primeira Guerra Mundial. Foi nessa época que a hegemonia estadunidense começava a se consolidar no mundo, ao mesmo tempo em que possibilitava a ascensão das suas pretensões imperialistas<sup>62</sup>. Outros países imperialistas, como a Grã-Bretanha e a França, deixaram de possuir condições de concorrer igualmente contra os Estados Unidos, devido “às consequências socioeconômicas da reconstrução desses países após a Segunda Guerra Mundial, em que os EUA foram os grandes beneficiários e financiadores, através do Plano Marshall”<sup>63</sup>.

De certa forma, o imperialismo norte-americano só consegue obter êxito quando a sua hegemonia está bem consolidada<sup>64</sup>, por isso que ambos os conceitos estão constantemente vinculados quando se analisa a história recente das políticas do país, daí a necessidade, portanto, da abordagem do termo “imperialismo hegemônico dos Estados Unidos” deste trabalho.

Inclusive, István Mészáros divide a dominação imperialista em três fases:

1. *O primeiro imperialismo colonial moderno construtor de impérios*, criado pela expansão de alguns países europeus em algumas partes facilmente penetráveis do mundo;
2. *Imperialismo “redistributivista” antagonisticamente contestado pelas principais potências em favor de suas empresas quase-monopolistas*, chamado por

---

<sup>60</sup> FERREIRA, 2013, p. 92.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 90.

<sup>64</sup> MANN, 2006, p. 24.

Lênin de “estágio supremo do capitalismo”, que envolvia um pequeno número de contendores, e alguns pequenos sobreviventes do passado, agarrados aos restos da antiga riqueza que chegou ao fim logo após o final da Segunda Guerra Mundial; e 3. *Imperialismo global hegemônico*, em que os Estados Unidos são a força dominante [...] com sua fingida igualdade democrática, que se tornou bem pronunciada com a eclosão da crise estrutural do sistema do capital – apesar de ter se consolidado pouco depois do final da Segunda Guerra Mundial – que trouxe o imperativo de constituir uma estrutura de comando abrangente do capital sob um “governo global” presidido pelo país globalmente dominante (MÉSZÁROS, 2003, p. 72, apud FERREIRA, 2013, p. 93-94).

Após a Guerra Fria, a ordem mundial tornou-se unipolar, passando essa a ser comandada pelo governo estadunidense<sup>65</sup>. De acordo com Luiz Carlos Bresser-Pereira, os EUA passaram então a comandar o restante do mundo pelo exemplo e pela supremacia de seu poder econômico, buscando assumir um papel de “Hegemon”, ou seja, de líder. Tal liderança também passou a conduzir a missão imperial estadunidense de estabelecer a ordem liberal e democrática no mundo, visando garantir a paz mundial segundo seus próprios parâmetros: a “*pax americana*”<sup>66</sup>. De certa forma, o imperialismo dos Estados Unidos pós-Guerra Fria consolidava-se mediante sua hegemonia global, assumindo, portanto um papel de ator tanto imperialista quanto hegemônico.

Com o intuito de manter essa sua preponderância global, e garantir os interesses do seu capital financeiro e de suas empresas transnacionais, os Estados Unidos passaram a desenvolver estratégias em quatro áreas: (i) militar, (ii) econômica, (iii) política e (iv) ideológica; mesmo que, muitas vezes, tais estratégias possam interferir na soberania de outros Estados-nações<sup>67</sup>. Em relação a tais vertentes, o sociólogo estadunidense Michael Mann, ainda durante o primeiro mandato de Bush, afirmava que “o Império Americano vai se transformar num gigante militar, num palpiteiro econômico, num esquizofrênico político e num fantasma ideológico”<sup>68</sup>.

As políticas do âmbito militar objetivam evitar que surja no mundo outra potência militar, como os Estados Unidos, e por isso a atuação de tais políticas se desdobra no desmantelamento dos programas nucleares de outros Estados e nas intervenções militares no Oriente Médio, principalmente em países que possuem vastos recursos petrolíferos<sup>69</sup>.

No âmbito econômico, os Estados Unidos procuram estimular acordos bilaterais e multilaterais que possibilitem a constituição de um ambiente econômico imune de impedimentos à livre circulação de seus bens e serviços. Para as outras nações, a diretriz

---

<sup>65</sup> FERREIRA, 2013, p. 87.

<sup>66</sup> BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 263.

<sup>67</sup> FERREIRA, 2013, p. 88.

<sup>68</sup> MANN, 2006, p. 26.

<sup>69</sup> FERREIRA, 2013, p. 88.

norte-americana baseia-se na defesa do livre comércio e da abertura comercial e fiscal de suas economias, todavia, para o regime interno, a diretriz fundamenta-se no protecionismo econômico contra produtos comercializados por empresas de outros países<sup>70</sup>.

A estratégia política foca no apoio estadunidense aos regimes e governos políticos que sejam favoráveis aos seus interesses, e na invalidação daqueles atores que não o são. Tal estratégia se consolida por meio do uso dos meios de comunicação para a realização de propagandas, a favor ou contra determinados regimes, do estabelecimento de barreiras econômicas contra algum país e do financiamento de movimentos de oposição contra governos específicos que sejam inconvenientes aos propósitos estadunidenses<sup>71</sup>.

Na área ideológica, ocorre a divulgação para o mundo dos valores inerentes à cultura e à ética da sociedade norte-americana, como os conceitos de democracia, liberdade e direitos humanos. Em muitas ocasiões, tais valores são utilizados para justificar algumas intervenções militares dos Estados Unidos, uma vez que essas seriam “necessárias para a construção de sociedades livres e democráticas nos países estrangeiros bem como para o ensino aos povos estrangeiros das formas de organização das sociedades mais avançadas”<sup>72</sup>.

O suporte de organizações internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), a OMC (Organização Mundial do Comércio) e o Banco Mundial, é de fundamental importância para que essas quatro estratégias consigam obter o efeito almejado: a dominação mundial dos Estados Unidos<sup>73</sup>.

A criação do FMI e do Banco Mundial se deu no ano de 1944 nos acordos de Bretton Woods elaborados nos EUA, ainda no quadro da reconstrução de uma nova ordem mundial no período pós-guerra sob a liderança estadunidense. A OMC (Organização Mundial do Comércio) é uma continuação do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) e foi criada no ano de 1995 para cuidar de todas as questões relacionadas ao comércio mundial de mercadorias. As três instituições têm se revelado poderosos instrumentos na manutenção da hegemonia norte-americana. O FMI foi criado no período pós-guerra para cuidar das questões relativas à estabilidade monetária mundial e da retomada dos fluxos de comércio entre os países. [...] Por meio de suas ações, têm imposto a uma série de países a aplicação das medidas ortodoxas de ajuste estrutural promovendo a abertura das economias nacionais, a recessão econômica, o desemprego, a contenção dos gastos públicos, o arrocho salarial e a maior dependência das economias subdesenvolvidas em relação ao centro do capitalismo. [...] o Banco Mundial foi criado no mesmo período para promover o desenvolvimento econômico em vários países. Sua criação está relacionada com a tentativa de conter o avanço comunista no Ocidente no período pós-guerra por meio do apoio as políticas desenvolvimentistas na periferia e no centro do sistema capitalista e as políticas de combate à pobreza no Terceiro Mundo (FERREIRA, 2013, p. 89).

---

<sup>70</sup> FERREIRA, 2013, p. 88.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 88.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 89.

Objetivando servir como ferramentas para a manutenção do imperialismo hegemônico estadunidense, tais organizações globais estimulam o desenvolvimento de uma dependência dos países do Terceiro Mundo com os Estados Unidos, mediante, principalmente, a concessão de empréstimos<sup>74</sup>.

Em “*O império da incoerência*”, Mann classifica o império estadunidense como um “império militarista”, em razão da natureza da expansão do seu poder, e introduz termos como “novo imperialismo” para designar as políticas elaboradas por George W. Bush<sup>75</sup>. Tais políticas serão discutidas detalhadamente no próximo capítulo, levando em consideração os eventos que mais marcaram os Estados Unidos durante os termos presidenciais de Bush, como a “Guerra ao Terror”.

---

<sup>74</sup> FERREIRA, 2013, p. 90.

<sup>75</sup> MANN, 2006, p. 7.

## 2. CAPÍTULO 2: A POLÍTICA EXTERNA DE GEORGE W. BUSH

O segundo capítulo pretende analisar o histórico político do governo de George W. Bush<sup>76</sup>, compreendendo o período de 2001 até 2008. Tal exame se dará a partir das seguintes indagações: Quais são os pressupostos da “Doutrina Bush”? Como se desenvolveu a política externa dos Estados Unidos durante os termos presidenciais de Bush? Como a “Guerra ao Terror” afetou tal política?

Assim como a anterior, nesta seção será aplicada uma metodologia também qualitativa, assumindo um aspecto exploratório e descritivo no diagnóstico dos acontecimentos históricos aqui incluídos. Esta parte da pesquisa empregará análises explicativas e bibliográficas, utilizando especificamente procedimentos de análise de documentos e discursos presidenciais.

A literatura deste capítulo aborda com mais ênfase as obras “*Understanding the Bush Doctrine*” de Robert Jervis<sup>77</sup>, “*American foreign policy after 9/11*” de Caroline Kennedy-Pipe<sup>78</sup>, “*Bush, 11 September and the conflicting strategies of the ‘War on Terrorism’*” de David H. Dunn<sup>79</sup> e “*The Bush Doctrine*” de Walter LaFeber<sup>80</sup>.

### 2.1. A DOCTRINA BUSH

No pós-Segunda Guerra Mundial, a maioria dos presidentes dos Estados Unidos da América passou a deter uma doutrina, que se refere a um conjunto de princípios que sustentam um determinado sistema, nomeada a partir de seus respectivos nomes, e com o presidente George W. Bush não foi diferente. A Doutrina Bush caracterizou-se por fomentar o sistema político do presidente Bush, que focava na disseminação da Guerra ao Terror no

---

<sup>76</sup> Quadragésimo-Terceiro Presidente dos Estados Unidos da América. Teve dois mandatos: o primeiro iniciou-se em 2001 e durou até 2004, e o segundo compreendeu o período de 2005 até 2008.

<sup>77</sup> Bacharel pela Faculdade de Oberlin. Mestre e Doutor pela Universidade da Califórnia. Professor Adlai E. Stevenson de Assuntos Internacionais da Universidade da Columbia. Membro da Associação Americana para o Avanço da Ciência e da Academia Americana de Artes e Ciências.

<sup>77</sup> Bacharel pela Faculdade de Oberlin. Mestre e Doutor pela Universidade da Califórnia. Professor Adlai E. Stevenson de Assuntos Internacionais da Universidade da Columbia. Membro da Associação Americana para o Avanço da Ciência e da Academia Americana de Artes e Ciências.

<sup>78</sup> Professora de Estudos de Guerra e Diretora do Centro de Estudos de Segurança da Universidade de Hull.

<sup>79</sup> Bacharel em Teoria e Instituições Políticas pela Universidade de Liverpool. Mestre em Estudos Internacionais pela Universidade de Southampton. Doutor em Estudos de Guerra pela Faculdade de Kings London.

<sup>80</sup> Bacharel pela Faculdade de Hanover. Mestre pela Universidade de Stanford. Doutor pela Universidade de Wisconsin. Professor Emérito Andrew H. Tisch e James S. Tisch de História e Membro do Conselho Presidencial Stephen H. Weiss da Universidade de Cornell.

âmbito internacional. Tal doutrina passou a ser propagada pela Casa Branca logo após os ataques terroristas do “11 de setembro”<sup>81</sup>, sendo constituída principalmente pelas políticas adotadas pelo segundo presidente Bush, o “Bush Filho”, durante os seus dois mandatos presidenciais.

Toda doutrina presidencial estadunidense possui determinados propósitos a serem conquistados, e o objetivo principal da Doutrina Bush se resumia na luta contra o terrorismo, substituindo assim a busca por petróleo como a principal prioridade do governo<sup>82</sup>. A caça aos terroristas não se limitava somente aos indivíduos que se enquadravam no conceito de terrorista, mas abarcava também todos os Estados que cooperassem com os mesmos. Isso se tornou notável quando, em seu discurso na noite em que ocorreu a tragédia do 11 de setembro, o presidente Bush declarou que “não faremos distinção entre os terroristas que cometeram esses atos e aqueles que os abrigam”<sup>83</sup>.

Apesar de almejar combater diretamente o terrorismo, os Estados Unidos enfrentou dificuldades na conceptualização do termo. Em sua estratégia de segurança nacional, definiam o terrorismo como sendo “violência premeditada e politicamente motivada contra inocentes perpetrada por grupos subnacionais ou agentes clandestinos”<sup>84</sup>. Já para o seu Departamento de Defesa, tal violência deveria ainda ter a finalidade de “provocar medo, coagir governos ou intimidar a sociedade”<sup>85</sup>. Para o FBI, o Gabinete Federal de Investigação dos EUA<sup>86</sup>, os alvos de ataques terroristas poderiam ser também as propriedades, e não somente as pessoas<sup>87</sup>.

Conforme a análise de Robert Jervis, a Doutrina Bush se sustentava mediante quatro pilares: (i) a crença de que o regime doméstico de um Estado era fundamental na definição de sua política externa, o que ia de encontro aos paradigmas realistas; (ii) a percepção de que grandes ameaças poderiam ser derrotadas apenas por políticas novas e vigorosas, como a guerra preventiva; (iii) a vontade de agir unilateralmente, quando necessário; e (iv) a noção de que para existir paz e estabilidade internacional, os Estados Unidos deveriam reivindicar sua supremacia no mundo político<sup>88</sup>.

#### Quadro 4 – Doutrina Bush, por Robert Jervis

Pilares da Doutrina Bush	
1	Crença de que o regime doméstico de um Estado era fundamental na definição de sua política externa.
2	Percepção de que grandes ameaças poderiam ser derrotadas apenas por políticas novas e vigorosas,

<sup>81</sup> LAFEBER, 2002, p. 543.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 547.

<sup>83</sup> BUSH, 2001, apud LAFEBER, 2002, p. 543, tradução nossa.

<sup>84</sup> ALVAREZ, 2013.

<sup>85</sup> Ibidem, 2013.

<sup>86</sup> No original, *Federal Bureau of Investigation (FBI)*.

<sup>87</sup> ALVAREZ, 2013.

<sup>88</sup> JERVIS, 2003, p. 365.

	como a guerra preventiva.
3	Vontade de agir unilateralmente, quando necessário.
4	Noção de que para existir paz e estabilidade internacional, os Estados Unidos deveriam reivindicar sua supremacia no mundo político.

**Fonte:** Elaboração nossa.  
**Extraído de:** JERVIS, 2003.

Ainda para Jervis, tal doutrina era produzida por fatores estruturais e pessoais, que funcionavam como uma reação normal a uma situação atípica, o terrorismo, e a uma política “que provavelmente trará luto para o mundo e para os Estados Unidos”<sup>89</sup>, a política de Bush.

Nos primeiros meses de 2001, a administração de Bush tentou abarcar algumas das prioridades que o presidente Bill Clinton<sup>90</sup> estabeleceu em seu governo, nos anos 90, todavia, segundo o historiador estadunidense Walter LaFeber, essa mesma administração demonstrou menos interesse em cooperar internacionalmente que a do Clinton. Apesar de possuir pouco conhecimento e experiência em política externa, Bush criticava fortemente as políticas intervencionistas de Clinton, seu antecessor, uma vez que aquele valorizava mais a política doméstica que a internacional<sup>91</sup>.

Por serem realistas que valorizavam a mensuração de poder, os altos funcionários da Casa Branca e do Pentágono durante o governo Bush recomendavam determinadas medidas, no âmbito das relações internacionais, ao governo dos Estados Unidos, tais como: (i) ter prudência em relação à China; (ii) ignorar a Rússia, o Afeganistão e a África Oriental; e (iii) subordinar o Paquistão à Índia<sup>92</sup>.

De acordo com Caroline Kennedy-Pipe, a política internacional de Bush pós-11 de setembro teve como foco: (i) uma agenda neoconservadora; (ii) uma ênfase nos recursos petrolíferos; e (iii) um anseio em remover ditadores e espalhar a democracia pelo mundo. Os ataques terroristas de 2001 foram os principais responsáveis por essa mudança na política externa estadunidense, assim como também moldaram, em certa medida, o sistema internacional<sup>93</sup>. Kennedy-Pipe aponta que os antecessores dessa nova política remontam ainda ao legado deixado pela Guerra Fria: como a Guerra do Golfo, a Nova Ordem Mundial – conceito geopolítico amplamente disseminado durante o governo do primeiro presidente Bush, o “Bush Pai” –, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e a Organização Mundial do Comércio (OMC)<sup>94</sup>.

<sup>89</sup> JERVIS, 2003, p. 366.

<sup>90</sup> Quadragésimo-Segundo Presidente dos Estados Unidos da América. Teve dois mandatos: o primeiro iniciou-se em 1993 e durou até 1996, e o segundo compreendeu o período de 1997 até 2000.

<sup>91</sup> KENNEDY-PIPE, 2012, p. 378.

<sup>92</sup> LAFEBER, 2002, p. 546.

<sup>93</sup> KENNEDY-PIPE, 2012, p. 377.

<sup>94</sup> Ibidem, p. 378.

A equipe presidencial de Bush era composta majoritariamente por indivíduos que se identificavam com o neoconservadorismo, corrente política que valorizava o patriotismo e o idealismo, assim como a moral cristã. De acordo com essa vertente, além de ser patriota, a política externa dos Estados Unidos deveria ser conduzida de acordo com a moral cristã. Os posicionamentos de Bush eram, inclusive, os mesmos que os desses neoconservadores em relação a temas como aborto, pesquisa com células-tronco e casamento entre homossexuais<sup>95</sup>.

As principais preocupações do governo Bush, antes dos ataques às Torres Gêmeas, concentravam-se nas relações com Coreia do Norte, China, Rússia e os aliados europeus. Tais relações eram pautadas pela estratégia política inicial de Bush: como balancear amigos e inimigos com a proteção dos interesses estadunidenses. Todavia, o 11 de setembro mudou tudo no mundo político<sup>96</sup>. Mesmo com a administração Bush tendo inicialmente limitado o envolvimento internacional dos Estados Unidos, os eventos catastróficos de 2001 estimularam uma reorganização dos compromissos globais do país<sup>97</sup>. Na mesma linha de Kennedy-Pipe, LaFeber reforça o 11 de setembro como momento de mudança drástica na política externa dos Estados Unidos, cujas prioridades se modificaram e se voltaram para a ênfase na Guerra ao Terror.

A declarada Guerra ao Terror tornou-se central na política internacional dos Estados Unidos e, portanto, diversas medidas foram promovidas por Bush, como (i) o estabelecimento da “Estratégia de Segurança Nacional”<sup>98</sup> de 2002, que articulava uma estratégia de guerra preventiva como forma de defesa; (ii) a implementação de propagandas contra Saddam Hussein, baseadas em uma retórica que tentava conectá-lo à Al-Qaeda e a fabricação de armas de destruição em massa, para que assim a invasão do Iraque pudesse ser legitimada; (iii) a formação do “Departamento de Segurança Interna”<sup>99</sup>, que pressupunha uma relação maior entre o direito e a segurança nacional; (iv) a criação das “prisões secretas”<sup>100</sup> em países de Terceiro Mundo, como Guantánamo em Cuba, que serviam como localidades para as operações ilícitas da CIA, como a prática de rendição extraordinária, além do uso de tortura e métodos questionáveis de obtenção de confissões; (v) a concepção do “Ato Patriota”<sup>101</sup>, que fora uma lei que servia para legitimar e proporcionar ferramentas apropriadas para a obstrução

---

<sup>95</sup> KENNEDY-PIPE, 2012, p. 379.

<sup>96</sup> Ibidem, p. 379.

<sup>97</sup> DUNN, 2005, p. 15.

<sup>98</sup> No original, *National Security Strategy*.

<sup>99</sup> No original, *Department of Homeland Security*.

<sup>100</sup> No original, *Black Sites*.

<sup>101</sup> No original, *Patriot Act*.

de atos terroristas<sup>102</sup>; e (vi) a utilização da guerra como um instrumento político, colocada em prática por meio da invasão do Iraque, em 2003<sup>103</sup>.

**Quadro 5 – Medidas de Bush, por Caroline Kennedy-Pipe**

Medidas de Bush	
1	Guerra ao Terror como foco da política externa dos Estados Unidos.
2	Estabelecimento da Estratégia de Segurança Nacional de 2002.
3	Implementação de propagandas contra Saddam Hussein.
4	Formação do Departamento de Segurança Interna.
5	Criação das prisões secretas, como Guantánamo.
6	Concepção do Ato Patriota.
7	Utilização da guerra como um instrumento político.

**Fonte:** Elaboração nossa.

**Extraído de:** KENNEDY-PIPE, 2012.

Kennedy-Pipe sugere que três molduras abrangentes podem ser utilizadas para explicar essa nova política externa dos Estados Unidos: (i) a mudança ideológica da política norte-americana e os agentes que interpretavam essa ideologia; (ii) o impacto de antigas decisões políticas do país, tomadas durante a Guerra Fria e depois; e (iii) a nova presunção sobre a utilidade do uso da força e da guerra, e especificamente a ideia de que os EUA podem enfrentar sozinhos o terrorismo<sup>104</sup>.

A mudança ideológica mencionada pela autora se refere ao neoconservadorismo, que durante o governo Bush ascendeu enormemente. O discurso ideológico de Bush fazia diversas menções ao fundamentalismo islâmico, alvo a ser combatido pelos Estados Unidos, que seria conduzido pelas forças da democracia e da moral cristã, em uma espécie de cruzada<sup>105</sup>.

O resultado final almejado pela Doutrina Bush é a destruição de grupos terroristas que possam ameaçar os Estados Unidos, seja qual for a localização de tais grupos. Dessa forma, possuir alianças com outros países é útil na medida em que ajuda o governo estadunidense a conseguir obter tal feito. Todavia, os alvos mudam constantemente, as células da Al Qaeda se enraizaram em cerca de sessenta países<sup>106</sup>, e os aliados devem evitar manter uma interdependência muito forte, uma vez que não compartilharão sempre dos mesmos interesses,

<sup>102</sup> O Ato Patriota permitia que os órgãos de segurança dos Estados Unidos utilizassem todos os mecanismos disponíveis para investigar as práticas, tentativas ou suspeitas de crimes considerados terroristas, adotando uma espécie de vigilância eletrônica. Os agentes governamentais passaram a ter total liberdade para usar grampos durante as investigações, além de adquirir acesso a registros bancários e de negócios, com o propósito de identificar sujeitos que estivessem envolvidos em operações terroristas. Por possuir um caráter imediato, a lei também possibilitou que as investigações dispensassem a necessidade de mandatos, aumentou as penas para aqueles que se envolvessem com o terrorismo e passou a enquadrar como criminoso todos aqueles que abrigassem pessoas que tivessem cometido, ou estivessem prestes a cometer, algum ato terrorista.

<sup>103</sup> KENNEDY-PIPE, 2012, p. 380.

<sup>104</sup> Ibidem, p. 381.

<sup>105</sup> Ibidem, p. 382.

<sup>106</sup> Tais como Filipinas, Indonésia, Tanzânia, Quênia, Somália, Uganda, Líbia, Nigéria, Mali, Maurítânia, Marrocos, Iêmen, Iraque, Síria, Paquistão, Afeganistão, Bélgica, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Espanha, Itália e Península Arábica.

a França e a Rússia, por exemplo, não seriam entusiastas de um ataque ao Iraque. Diante de tal cenário, surgiu um unilateralismo norte-americano inigualável, de acordo com LaFeber<sup>107</sup>.

## 2.2. A GUERRA AO TERROR

Profundamente conectada à Doutrina Bush, a intitulada Guerra ao Terror caracterizou-se por ser uma resposta militar dos Estados Unidos aos ataques terroristas ocorridos dia 11 de setembro de 2001. David H. Dunn identificou três estratégias inseridas nessa resposta: (i) o “contraterrorismo”, estratégia focada nos próprios terroristas, envolvendo técnicas tradicionais de contraterrorismo que conduziu a guerra no Afeganistão; (ii) a “prevenção e preeminência”, focada na conceptualização da ameaça terrorista e das formas de se lidar com essa, desenvolvida pela cúpula política de Washington; e (iii) a “estratégia avançada para a democratização do Oriente Médio”, que busca identificar as causas e as soluções a longo prazo da Guerra ao Terror<sup>108</sup>. Essas três estratégias são sequenciais em sua evolução e aplicação, mas ao mesmo tempo são distintas e causam tensão entre si, dificultando a tarefa estadunidense de conseguir lidar com o terrorismo<sup>109</sup>.

**Quadro 6 – Estratégias da Guerra ao Terror, por David Dunn**

Estratégias da Guerra ao Terror	
1	Contraterrorismo
2	Prevenção e Preeminência
3	Democratização do Oriente Médio

**Fonte:** Elaboração nossa.

**Extraído de:** DUNN, 2005.

Kennedy-Pipe ressalta que, após o 11 de setembro, a primeira grande decisão do governo Bush se resumia ao que fazer para responder aos ataques. Era claro que a Al-Qaeda era a responsável pelo ocorrido, todavia tal organização não constituía um Estado, mas sim um movimento transnacional, ou subnacional, então isso dificultava uma abordagem direta. Como essa possuía uma relação próxima com o governo estatal do Afeganistão, o Talibã<sup>110</sup>, pois além de providenciar treinamento e quartéis para os terroristas, o governo afegão era declaradamente simpático à causa, o Afeganistão se tornou o primeiro alvo dos Estados

<sup>107</sup> LAFEBER, 2002, p. 549.

<sup>108</sup> DUNN, 2005, p. 11.

<sup>109</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>110</sup> O Talibã é uma organização considerada terrorista que atua no Afeganistão e no Paquistão desde 1994. O grupo surgiu no Afeganistão logo após a saída das tropas soviéticas da região, que deu origem a uma série de conflitos civis entre facções que almejavam exercer o controle do Estado afegão. Sua origem deu-se a partir de tribos que ocupavam a fronteira do Afeganistão com o Paquistão. A partir de 1997, a organização conseguiu o controle do Afeganistão, sendo apoiada por parte significativa da população, pois conseguiu proporcionar relativa estabilidade no território. Todavia, perdeu tal controle após a invasão estadunidense de 2001, passando a atuar na clandestinidade.

Unidos. Era perceptível que Bush deveria remover o Talibã do poder para eliminar a infraestrutura da Al-Qaeda no Afeganistão. Portanto, a invasão ao país ocorreu ainda em 2001, tendo respaldo positivo da comunidade internacional<sup>111</sup>.

As operações militares norte-americanas se concentraram primeiramente em um ataque aéreo, e depois começaram a investir tropas por terra. A invasão foi amplamente bem sucedida a curto prazo, pois o Talibã foi removido do poder e a infraestrutura da Al-Qaeda foi destruída, entretanto não foi bem sucedida em capturar ou matar o líder da organização terrorista, que conseguiu escapar. Paralelo a tais operações, ocorreu a criação da prisão de Guantánamo, o estabelecimento do Ato Patriota, os crescentes relatos de uso de tortura e de rendição extraordinária pelos Estados Unidos, e a controversa decisão de invadir o Iraque<sup>112</sup>.

Segundo Dunn, a identificação da natureza da ameaça terrorista enfrentada pelos Estados Unidos demonstrou ser fundamental para compreender as políticas desenvolvidas pela administração de Bush em relação à Guerra ao Terror. Três questões foram formuladas com a finalidade de identificar a natureza do inimigo e do 11 de setembro, sendo essas apresentadas por Bush em uma sessão do Congresso Nacional no dia 20 de setembro de 2001<sup>113</sup>. Tais questionamentos eram os seguintes: (i) “Quem atacou nosso país? Quem é o inimigo?”; (ii) “Por que eles nos odeiam? Qual é a motivação deles? Por que eles fizeram isso?”; e (iii) “Como nós vamos lutar e ganhar essa guerra? Como devemos responder?”. As respostas a essas questões são incorporadas, de forma diferente e evolutiva, por cada uma das três estratégias mencionadas anteriormente<sup>114</sup>.

As respostas integradas pela primeira estratégia da Guerra ao Terror, o contraterrorismo, já apareceram no discurso de Bush, proferido no dia 20 de setembro de 2001, que introduziu as três questões referidas no parágrafo anterior. Isso se articulou da seguinte maneira: (i) o inimigo da primeira pergunta é identificado no trecho “Nosso inimigo é uma rede radical de terroristas, e cada governo que a apoia”<sup>115</sup>, ou seja, o inimigo são os terroristas e os governos que os apoiam; (ii) em relação à segunda questão, a conclusão chegada por Bush foi a de que eles são odiados porque são livres, são atacados porque o inimigo é maligno e o seu objetivo é destruir os Estados Unidos, como se pode perceber no segmento “Eles odeiam nossas liberdades – nossa liberdade de religião, nossa liberdade de expressão, nossa liberdade de votar [...] Esses terroristas matam não apenas para acabar com

---

<sup>111</sup> KENNEDY-PIPE, 2012, p. 384.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 385.

<sup>113</sup> DUNN, 2005, p. 12.

<sup>114</sup> *Ibidem*, p. 12-13.

<sup>115</sup> BUSH, 2001, apud DUNN, 2005, p. 13, tradução nossa.

vidas, mas para destruir um estilo de vida”<sup>116</sup>; (iii) a forma de resposta aos ataques seria “trazer nossos inimigos à Justiça ou levar a justiça aos nossos inimigos”<sup>117</sup>, que só seria possível mediante a utilização de todos os recursos ao alcance do governo norte-americano, de “todos os meios de diplomacia, todos os mecanismos de aplicação da lei, toda influência econômica e toda arma de guerra necessária para a desorganização e derrota da rede global de terror”<sup>118</sup>. Na prática, o contragolpe estadunidense aos ataques da Al-Qaeda constituiu-se por uma combinação de uma Justiça Criminal com uma resposta militar<sup>119</sup>.

Enquanto os terroristas eram considerados criminosos niilistas em sua motivação, Bush queria uma resposta que fosse além do tratamento de seus atos como crimes comuns. Ele queria responder com o arsenal completo da segurança nacional dos Estados Unidos. Ele queria responder como se os ataques fossem atos de guerra (DUNN, 2005, p. 14, tradução nossa).

Para os Estados Unidos, tornou-se vital capturar e eliminar todos os integrantes dessa rede internacional de terroristas. Todavia, o foco de tal jornada foi colocado, a priori, sobre Estados e regimes específicos, o que facilitava o trabalho dos militares e das relações públicas do país. Conforme explicita LaFeber, tal ênfase se dava em relação ao Talibã, Paquistão, Rússia, China e África<sup>120</sup>. Para Dunn, essa abordagem também significou uma mudança nas relações com determinados Estados-chave, mas tal mudança era mais notável com a Rússia, China e Paquistão. Logo, antigos rivais dos norte-americanos transformaram-se em novos aliados na Guerra ao Terror, e vice-versa<sup>121</sup>.

O Talibã, anteriormente considerado um parceiro de oleoduto dos norte-americanos, passou a ser visto como um grande inimigo após o grupo ter se recusado a entregar Osama Bin Laden<sup>122</sup>. O Paquistão outrora já fora alvo de diversas sanções econômicas e condenações diplomáticas por parte dos Estados Unidos, especialmente após a explosão de um dispositivo nuclear em 1998, e também por ser visto como um aliado do regime do Talibã no Afeganistão. Todavia, após os atentados de 2001, o governo estadunidense deu um ultimato ao país: ou o Paquistão cooperava com os norte-americanos na Guerra ao Terror ou seria considerado um Estado hostil. O governo paquistanês acabou optando por tornar-se um aliado dos Estados Unidos, atuando principalmente na guerra de Bush contra o Talibã no Afeganistão<sup>123</sup>.

<sup>116</sup> BUSH, 2001, apud DUNN, 2005, p. 13, tradução nossa.

<sup>117</sup> Ibidem, p. 13, tradução nossa.

<sup>118</sup> Ibidem, p. 14, tradução nossa.

<sup>119</sup> DUNN, 2005, p. 17.

<sup>120</sup> LAFEBER, 2002, p. 547.

<sup>121</sup> DUNN, 2005, p. 15.

<sup>122</sup> LAFEBER, 2002, p. 547.

<sup>123</sup> DUNN, 2005, p. 15.

Previamente condenada pelos conflitos sangrentos promovidos na Chechênia e considerada fraca e irrelevante pelos funcionários da administração do presidente Bush, a Rússia também se transformou em um parceiro do governo estadunidense após os ataques terroristas. O então presidente russo Vladimir Putin foi o primeiro Chefe de Estado a oferecer o seu suporte ao líder norte-americano, que prontamente aceitou em razão do combate russo contra grupos islâmicos na Chechênia<sup>124</sup>.

A luta contra o terrorismo na Ásia Central e na Ásia do Sul acabou tornando-se propício à busca estadunidense por recursos petrolíferos, assim como rotas de oleoduto para exportação desses mesmos recursos<sup>125</sup>. Mesmo com as relações com a China tendo piorado no início do primeiro mandato de Bush, após os eventos do dia 11 de setembro:

Os líderes chineses garantiram a Bush seu apoio, diminuíram a tensão sobre a explosiva questão de Taiwan, e fizeram pouco caso quando as forças dos EUA começaram a estabelecer bases na Ásia Central. [...] A influência militar e econômica norte-americana reduziu os interesses chineses na região. Os cuidadosos planos de Pequim para construir uma rede de transporte que ligaria o sul da Ásia à China (e depois à Ferrovia Transiberiana Russa) começaram a enfraquecer à medida que crescia a presença militar e econômica dos Estados Unidos no sul da Ásia (LAFEBER, 2002, p. 548, tradução nossa).

A África, que regularmente estava em último na lista de prioridades diplomáticas da cúpula de Washington, passou a ser considerada uma área-foco, uma vez que as autoridades dos Estados Unidos temiam que os membros da Al-Qaeda, recentemente expulsos do Afeganistão, pudessem buscar refúgio nessa região, em decorrência do caos político e econômico constantes no continente<sup>126</sup>. O governo estadunidense começou também a empregar mais esforços na conquista do apoio dos Estados árabes, especialmente no Golfo Pérsico e no norte da África, para sua luta contra o terrorismo e para a estruturação de sua campanha militar contra o Iraque. Dessa forma, tal governo conseguiu se aproximar de países como Tunísia e Argélia, mas se distanciou de outros como Síria e Irã, ambos detentores de conhecimento e influência regional que poderiam ser benéficos aos planos norte-americanos na Guerra ao Terror. Entretanto, o suporte iraniano a grupos terroristas palestinos constituíram um obstáculo que impediu a ocorrência de tal aproximação<sup>127</sup>.

A relação da administração de Bush com o Oriente Médio também foi repleta de controvérsias, sobretudo, em relação à questão entre Israel e Palestina. Apesar de serem aliados históricos de Israel, os Estados Unidos anunciaram seu apoio à criação do Estado independente da Palestina com o intuito de estimular um processo de paz na região, desde que

---

<sup>124</sup> LAFEBER, 2002, p. 547.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 547.

<sup>126</sup> LAFEBER, 2002, p. 547.

<sup>127</sup> DUNN, 2005, p. 16.

essa nova liderança palestina não estivesse compromissada com o terror. Mesmo assim, a cúpula de Washington assumiu uma posição relutante em condenar Israel em sua jornada própria na Guerra ao Terror, na qual havia a promoção de incursões militares israelenses nos territórios palestinos e de uma política de assassinato da liderança de organizações terroristas islâmicas<sup>128</sup>.

As relações com outros países ainda foram afetadas pelas mudanças políticas promovidas pelos Estados Unidos pós-11 de setembro, como Arábia Saudita, Filipinas, México, Israel e Palestina. Entretanto, outras permanecerem quase inalteradas, como a relação entre Estados Unidos e Canadá: o primeiro continuou a ignorar o segundo, de acordo com LaFeber<sup>129</sup>.

Apesar disso, como Dunn salienta, a Guerra ao Terror apresentou determinadas inconsistências. A identificação de terrorismo como o inimigo representou a falha da administração em distinguir táticas de objetivos. A declaração estadunidense de guerra contra todos os terroristas complicou a sua tarefa de lidar com a Al-Qaeda, uma vez que tal ação multiplicou o número de inimigos e limitou o número de aliados dos Estados Unidos. A descrença de Washington em relação aos considerados “Estados párias” instaurou a concepção de que trabalhar ao lado de tais Estados para derrotar o terrorismo seria algo inapelável e impraticável<sup>130</sup>.

A primeira abordagem, o contraterrorismo, resultou na guerra no Afeganistão e a destituição do regime do Talibã, que ocorreu graças ao suporte da inteligência russa, à participação de uma coalização de aliados e ao uso de facções de guerra civil no próprio território afegão<sup>131</sup>.

Essa operação, conduzida pelas Forças Especiais dos Estados Unidos e o poder aéreo, trabalhando em conjunto, e com a Aliança do Norte do Afeganistão, fornecendo as forças em terra, resultou na rápida queda do regime talibã em Cabul com baixas norte-americanas insignificantes. No entanto, não forneceu a base para a apreensão de fugitivos da Al-Qaeda e do Talibã no país ou para o estabelecimento de uma ordem interna estável no Afeganistão (DUNN, 2005, p. 17, tradução nossa).

Dunn considera a estratégia do contraterrorismo simples, porém falha em não considerar um contexto político mais amplo. Todavia, os Estados Unidos obtiveram relativo sucesso com a aplicação de tal abordagem: eles conseguiram interditar as operações financeiras da Al-Qaeda e perturbar seus planos de intervenções terroristas. Pode-se atribuir também algum êxito à guerra no Afeganistão, pois mesmo com Osama Bin Laden tendo

---

<sup>128</sup> DUNN, 2005, p. 16.

<sup>129</sup> LAFEBER, 2002, p. 547.

<sup>130</sup> DUNN, 2005, p. 17.

<sup>131</sup> Ibidem, p. 17.

escapado e conseguido se manter fora do alcance do poder estadunidense durante todo o governo Bush, os campos de treinamento da Al-Qaeda foram desativados e o regime do Talibã foi retirado do poder no território afegão<sup>132</sup>.

A experiência no Afeganistão começou a mudar as percepções do que seria possível, uma vez que tal operação proporcionou oportunidades de reconstruir o país como um Estado não-falho e um aliado regional dos Estados Unidos. Dessa forma, o Afeganistão tornou-se para o mundo um padrão atrativo de mudança de regime<sup>133</sup>.

Antes de ocorrer, ninguém havia previsto uma ameaça como o 11 de setembro, por isso que, segundo Dunn, o Vice-Presidente Dick Cheney<sup>134</sup> transformou-se em um examinador dos piores cenários possíveis, passando a considerar o inimaginável, representado por questionamentos como “e se os inimigos dos Estados Unidos se unirem?”, ou “e se as nações párias fornecessem recursos à Al-Qaeda para um ataque similar ao atentado terrorista de 2001?”, ou até mesmo “e se, além de se unirem e financiarem grupos terroristas, tais inimigos tiverem em seu arsenal armas de destruição em massa?”. O que se sabia, até então, era de que um inimigo que já havia vendido armas de destruição em massa atacara os Estados Unidos, e isso poderia ocorrer novamente, de forma ainda mais destrutiva<sup>135</sup>.

No desenvolvimento de uma segunda estratégia contra o terrorismo, novas respostas às questões de Bush não iriam substituir as antigas, mas sim expandir o seu escopo. As respostas evoluíram assim: (1) “Quem é o inimigo?” A definição de inimigo foi ampliada: o inimigo tornou-se não somente todos os terroristas e os governos e regimes que os apoiam, mas também os tiranos que detêm armas de destruição em massa e seus regimes párias. (2) “Por que eles nos odeiam?” A resposta a essa questão também foi expandida: os terroristas nos atacaram porque eles são malignos, mas também por causa da natureza de seus regimes, e porque os Estados Unidos são um impedimento para suas ambições. (3) “Como responder?": sim, o inimigo precisa ser caçado e eliminado, mas isso não é suficiente. Regimes que acolhem terroristas necessitam ser mudados, assim como os Estados que podem apoiá-los (DUNN, 2005, p. 19, tradução nossa).

Em janeiro de 2002, na primeira articulação pública desse novo posicionamento, o governo Bush identificou três “regimes párias”, que foram descritos pelo presidente como “o ‘eixo do mal’ que está articulando-se para ameaçar a paz do mundo”<sup>136</sup>: Irã, Iraque e Coréia do Norte. Dunn explicita que todos os três países possuíam um histórico de envolvimento com programas de construção de armas de destruição em massa, incluso armas nucleares e mísseis balísticos de longo alcance, além de apoio ao terrorismo.

---

<sup>132</sup> DUNN, 2005, p. 18.

<sup>133</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>134</sup> Quadragésimo-Sexto Vice-Presidente dos Estados Unidos da América. Teve dois mandatos: o primeiro iniciou-se em 2001 e durou até 2004, e o segundo compreendeu o período de 2005 até 2008.

<sup>135</sup> DUNN, 2005, p. 18-19.

<sup>136</sup> BUSH, 2002, apud DUNN, 2005, p. 19, tradução nossa.

No discurso de 2002, Bush intimou essas três nações a desistirem de tais atividades, sob pena de enfrentar sérias consequências, uma vez que a tolerância norte-americana em relação a Estados hostis diminuiu drasticamente. A administração de Bush estimou que os Estados Unidos não poderiam mais oferecer aos seus inimigos o benefício da dúvida, tendo, portanto, o foco principal das políticas estadunidenses se tornado a eliminação de ameaças à sua segurança<sup>137</sup>, como pode ser constatado pela declaração do presidente: “Nós não vamos esperar que os autores de assassinatos em massa consigam obter armas de destruição. Nós agimos agora porque nós precisamos eliminar essa ameaça de nosso tempo e para salvar gerações futuras”<sup>138</sup>. O Secretário de Defesa da época, Paul Wolfowitz, concordou com o posicionamento do presidente, argumentando que “qualquer um que acreditar que nós podemos esperar até ter certeza de que ataques são iminentes falhou em conectar os pontos que resultaram no 11 de setembro”<sup>139</sup>.

Esse novo cenário permitiu o surgimento da segunda estratégia da Guerra ao Terror, a prevenção e preeminência, substituindo as clássicas táticas estatais dos Estados Unidos de dissuasão e contenção. Geralmente configurada como uma promessa de retaliação massiva contra nações, a dissuasão não é aplicável contra redes terroristas, pois não possuem nações ou cidadãos para proteger. A contenção também se tornou algo impraticável nesse cenário<sup>140</sup>, uma vez que ditadores que possuem armas de destruição em massa podem fornecê-las aos seus aliados terroristas<sup>141</sup>.

Caio Gracco Pinheiro Dias conceitua a preempção e a prevenção como um ataque antecipado contra um agressor, todavia, existem diferenças entre tais conceitos e elas ocorrem no âmbito do tempo. Enquanto a preempção refere-se “a um ataque iminente, a prevenção se refere a ameaças mais distantes no futuro, ainda não determinadas, mas comumente derivadas de alterações previstas na relação de poder entre dois competidores”<sup>142</sup>. Logo, uma guerra preemptiva baseia-se na antecipação de um ataque contra uma ameaça iminente, enquanto que a guerra preventiva é direcionada contra ameaças não iminentes.

De forma semelhante à análise da segunda estratégia da Guerra ao Terror para Dunn, Jervis considera a conceituação da ameaça e a guerra preventiva como o segundo pilar da Doutrina Bush<sup>143</sup>. Todavia, tal política possuía três obstáculos a serem enfrentados<sup>144</sup>:

---

<sup>137</sup> DUNN, 2005, p. 19.

<sup>138</sup> BUSH, 2002, apud DUNN, 2005, p. 19-20, tradução nossa.

<sup>139</sup> WOLFOWITZ, 2002, apud DUNN, 2005, p. 20, tradução nossa.

<sup>140</sup> JERVIS, 2003, p. 369.

<sup>141</sup> DUNN, 2005, p. 20.

<sup>142</sup> PINHEIRO DIAS, p. 13-14.

<sup>143</sup> JERVIS, 2003, p. 369.

Em primeiro lugar, por definição, as informações relevantes são difíceis de obter porque surgem previsões sobre ameaças que residem em algum momento no futuro. [...] A Doutrina Bush sugere que o problema não é tão difícil, porque a política externa do Estado é moldada, se não determinada, pelo seu sistema político interno. [...] Segundo e relacionado, até mesmo informações sobre capacidades e comportamento passado podem ser difíceis de encontrar, como mostra o caso do Iraque. Os laços de Saddam com os terroristas eram obscuros e continuam sujeitos a debate, e [...] parece que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha não só exageraram publicamente, mas também superestimaram privadamente a extensão de seu programa de armas de destruição em massa. Terceiro, a menos que todos os desafiantes sejam dissuadidos pelo exercício da doutrina no Iraque, a guerra preventiva terá que ser repetida à medida que outras ameaças atingirem um limiar similar (JERVIS, 2003, p. 371, tradução nossa).

O documento que estabelecia a estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos de 2002 previa que mesmo que a maioria dos juristas internacionais só admitisse a legitimidade da prevenção quando houvesse uma ameaça iminente, o governo estadunidense deveria adotar como conceito de ameaça iminente as capacidades e os objetivos dos seus adversários<sup>145</sup>, tornando assim legítima qualquer ação preventiva que possa ser tomada.

Além disso, tal documento ainda instituía que a preeminência militar estadunidense era necessária para o estabelecimento e manutenção da segurança nacional, o que tornava perceptível as intenções hegemônicas do governo Bush em usar o poderio militar do país contra todos seus rivais, além de desencorajar esses de sequer tentar competir contra os Estados Unidos nesse âmbito<sup>146</sup>. Existia uma vontade de “usar a hegemonia militar estadunidense não simplesmente de forma agressiva e unilateral, mas de forma global”<sup>147</sup>.

Contrariando as previsões de Robert Keohane e Joseph Nye, que em “*Power and Interdependence*” concebiam uma visão de declínio da utilidade do uso da força militar, a política norte-americana pós-11 de setembro, na verdade, demonstrou que a utilidade da força militar ainda detinha uma grande importância<sup>148</sup>.

Em razão da possibilidade do Iraque possuir armas de destruição em massa que pudessem ser fornecidas a organizações terroristas, Washington atribuiu ao país um alto nível de periculosidade<sup>149</sup>, tornando a região no lugar onde a nova doutrina deveria ser aplicada<sup>150</sup>. Criou-se então a concepção de que o regime de Saddam Hussein possuía conexões com a Al-Qaeda, expressa em sete proposições-chave, de acordo com Dunn: (i) a Al-Qaeda ainda era um inimigo ativo que poderia estimular novos ataques; (ii) a Al-Qaeda buscava por armas de

---

<sup>144</sup> JERVIS, 2003, p. 370.

<sup>145</sup> DUNN, 2005, p. 20.

<sup>146</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>147</sup> RHODES, 2003, apud DUNN, 2005, p. 21, tradução nossa.

<sup>148</sup> KENNEDY-PIPE, 2012, p. 384.

<sup>149</sup> DUNN, 2005, p. 20.

<sup>150</sup> Ibidem, p. 21.

destruição em massa; (iii) o Iraque supostamente possuía armas de destruição em massa; (iv) o Iraque possuía contatos com a Al-Qaeda; (v) tais contatos criaram um ambiente de colaboração entre Iraque e Al-Qaeda; (vi) tal colaboração envolvia o fornecimento iraquiano de armas de destruição em massa para a Al-Qaeda; e (vii) essa combinação constituía uma ameaça imediata aos Estados Unidos<sup>151</sup>.

Tais suspeitas eram inflamadas ainda mais pelas declarações de Cheney, que alegava que o objetivo do Iraque era a dominação do Oriente Médio, por meio do controle de boa parte dos recursos energéticos do mundo. Tal alegação sustentava-se ainda no histórico do país, que já lançou mísseis balísticos contra a Arábia Saudita, Kuwait, Israel e Irã<sup>152</sup>. Entretanto, somente se todas as suposições fossem verdadeiras, atos preventivos contra o Iraque seriam legitimados pelo Direito Internacional, mas apenas as proposições 1, 2 e 4 demonstraram ser verdadeiras posteriormente. Mesmo sem certeza, os Estados Unidos prosseguiram com uma intervenção militar no Iraque, uma vez que diante da natureza hostil que o país passou a ter, se tornou desejável e necessário uma mudança de regime na região<sup>153</sup>. Sobre isso, Dunn reitera que:

A construção da ameaça do Iraque como a personificação da doutrina da prevenção fornece uma variedade de perspectivas interessantes sobre a segunda estratégia da “Guerra ao Terror”. Não menos importante foi o fato de que o Iraque se tornou alvo de escolha de Washington não porque era forte, mas porque era fraco. Além de que o Iraque não era uma ameaça imediata, mas sim imediatamente vulnerável, sendo essa, portanto, a razão pela qual o governo Bush visava o país. Doze anos de sanções e nenhuma modernização militar durante o período que se seguiu à dizimação do exército iraquiano em 1991 significaram que a guerra, quando veio, era garantida como unilateral. O único equalizador de força possível que os iraquianos possuíam era o recurso a munições químicas ou biológicas (DUNN, 2005, p. 23, tradução nossa).

Segundo Kennedy-Pipe, o ataque estadunidense ao Iraque não possuía qualquer ligação com o 11 de setembro, portanto a legitimação do conflito, proposta pelo governo estadunidense, recaía no argumento de que Saddam Hussein possuía armas de destruição em massa, apesar de não existir evidências que corroborassem tal acusação. Por isso que o ataque foi extremamente condenado por outras nações e até pela própria população norte-americana. Muitos comentaristas inclusive faziam diversas comparações desse conflito com a Guerra do Vietnã<sup>154</sup>. Jervis julga tal invasão como a própria manifestação da Doutrina Bush<sup>155</sup>.

Dunn ainda salienta que, como uma abordagem estratégica, a prevenção e preeminência eram evidentemente inconsistentes. Uma vez escolhidas como foco de luta a Al-

<sup>151</sup> DUNN, 2005, p. 21-22.

<sup>152</sup> CHENEY, 2004, apud DUNN, 2005, p. 22.

<sup>153</sup> DUNN, 2005, p. 22.

<sup>154</sup> KENNEDY-PIPE, 2012, p. 386.

<sup>155</sup> JERVIS, 2003, p. 365.

Qaeda e as armas de destruição em massa, o governo Bush ignorava outras fontes de conflitos, como uma possível conexão entre o terrorismo e: (i) o islamismo radical; (ii) o conflito Israel-Palestina; (iii) os movimentos de antiglobalização e antimodernidade; (iv) o crime organizado; (v) os antigos materiais nucleares soviéticos; ou (vi) com a proliferação de programas nucleares no Paquistão<sup>156</sup>.

A operação conhecida como “Operação Liberdade do Iraque”<sup>157</sup> foi colocada em prática entre março e maio de 2003, tendo conseguido obter uma rápida vitória, ocasionando o colapso e o desaparecimento do antigo regime iraquiano. Seu sucesso relativo levou os Estados Unidos a considerar a aplicação de ações militares em outros lugares, como Irã e Síria. Todavia, um dos obstáculos que impediu tal ocorrência foi a falta de provas de que o Iraque possuía armas de destruição em massa<sup>158</sup>.

A falta de qualquer evidência de armas nucleares, químicas ou biológicas, ou mesmo de qualquer programa em andamento para produzir tais armas, foi amplamente vista como um enfraquecimento do caso americano de guerra. [...] Enquanto os iraquianos poderiam ter ficado contentes em se livrar de Saddam Hussein, eles não ficaram impressionados com a incapacidade dos ocupantes americanos de fornecer segurança, amenidades civis e uma aparência de ordem. [...] A popularidade das forças de ocupação diminuiu continuamente à medida que o apoio aos insurgentes aumentou gradativamente. Como resultado, a continuada presença militar dos Estados Unidos no Iraque estava consumindo os recursos políticos, econômicos e militares dos EUA em grande escala (DUNN, 2005, p. 24, tradução nossa).

Kennedy-Pipe constata que os Estados Unidos não possuíam um plano coerente para o cenário pós-invasão ao Iraque. As consequências foram: (i) o estabelecimento da presença da Al-Qaeda no Iraque pela primeira vez; (ii) o crescente sentimento muçulmano contrário aos EUA; e (iii) a diminuição do suporte popular à ocupação<sup>159</sup>.

Enquanto pode ter causado um impacto positivo na Líbia, que renunciou seus programas de construção de armas de destruição em massa, sob pressão dos Estados Unidos, a estratégia de prevenção e preeminência não apresentou nenhum efeito sobre o Irã ou a Coreia do Norte. Ademais, a experiência com o Iraque passou a ser considerada mais como um demonstrativo dos limites do poder estadunidense do que de sua habilidade em moldar situações. A intervenção no Iraque, em conjunto com a no Afeganistão, expôs as falhas da segunda estratégia da Guerra ao Terror, tornando perceptível a impossibilidade do governo Bush de criar um ambiente funcional, seguro e ordenado nas regiões afetadas por suas campanhas militares. Além de terem sido operações custosas aos orçamentos públicos norte-americanos, elas apresentaram consequências indesejadas: encorajaram o fanatismo religioso

---

<sup>156</sup> DUNN, 2005, p. 23.

<sup>157</sup> No original, *Operation Iraqi Freedom*.

<sup>158</sup> DUNN, 2005, p. 24.

<sup>159</sup> KENNEDY-PIPE, 2012, p. 387-388.

e possibilitaram o recrutamento da Al-Qaeda em ambos os territórios, o iraquiano e o afegão<sup>160</sup>.

Como Bush afirmara em 2003, “Nós não podemos contar exclusivamente com o poder militar para garantir nossa segurança a longo prazo”<sup>161</sup>. Logo, surgiu a terceira estratégia basilar da Guerra ao Terror, constituída pela promoção da democracia pelo mundo. Tal tática poderia ser considerada também como uma forma implícita de reconhecimento das limitações das outras anteriores, segundo Dunn<sup>162</sup>. Diferentemente, para Jervis, a propagação da democracia, em conjunto com a propagação do liberalismo, constituía o primeiro pilar da Doutrina Bush<sup>163</sup>.

Por ser um produto da evolução e expansão das respostas àquelas perguntas formuladas por Bush, a terceira estratégia trouxe novas considerações a tais perguntas: (i) “Quem é o inimigo?” Terroristas, tiranos, pessoas sem liberdade e Estados cativos; (ii) “Por que eles nos odeiam?” Eles nos odeiam porque são malignos. Porém, eles só são malignos, pois não possuem liberdade, nem liberdade de expressão política; (iii) “Como responder?” Mediante o contraterrorismo, prevenção e mudança de regime, se necessário, e com a transformação política, social e econômica do Grande Oriente Médio<sup>164</sup>. Para Bush:

Enquanto o Oriente Médio permanecer como um lugar onde a liberdade não floresça, permanecerá como um lugar de estagnação, ressentimento e violência pronto para exportação. [...] Se o Oriente Médio se unir à revolução democrática que atingiu muitas partes do mundo, a vida de milhões nessa região será melhorada e a tendência do conflito e medo será encerrada em sua fonte. [...] governos democráticos não abrigam campos terroristas ou atacam seus vizinhos pacíficos (BUSH, 2003, apud DUNN, 2005, p. 27, tradução nossa).

O principal argumento da administração de Bush era de que espalhar a democracia pelo mundo se fazia necessário e seria eficaz. A democratização do Iraque não seria algo restrito à região, mas iria encorajar a democracia no resto do Oriente Médio. Ademais, mais democracia significaria maior estabilidade, relações pacíficas com os vizinhos, e menos terrorismo<sup>165</sup>.

Dunn avalia a terceira estratégia como pouco clara em termos de política. Como exemplo, cita a forma de gastos do Departamento de Estado da Iniciativa de Parceria com o Oriente Médio, responsável por colocar em prática a política de democratização da região. Entretanto, de noventa e cinco milhões de dólares do orçamento total, apenas três milhões

---

<sup>160</sup> DUNN, 2005, p. 25.

<sup>161</sup> BUSH, 2003, apud DUNN, 2005, p. 26, tradução nossa.

<sup>162</sup> DUNN, 2005, p. 26.

<sup>163</sup> JERVIS, 2003, p. 367.

<sup>164</sup> DUNN, 2005, p. 27.

<sup>165</sup> JERVIS, 2003, p. 367.

foram alocadas para o financiamento de grupos locais que promovessem democracia e sociedade civil, enquanto seis milhões foram gastos ajudando o Marrocos a abrir seus mercados para os Estados Unidos. Quase nada fora direcionado para organizações não governamentais que se opusessem aos governos da região<sup>166</sup>.

Outro impedimento à implementação dessa estratégia foi o fato do Oriente Médio não possuir um histórico de envolvimento com modelos democráticos ou políticas participativas, nem deter uma base econômica propícia a sustentar instituições funcionais liberais ou democráticas. O que em nada impede que os Estados Unidos mantenham seu interesse vital na continuidade do fluxo de petróleo barato que parte do Oriente Médio, uma vez que tal fluxo é responsável por satisfazer a demanda da economia mundial<sup>167</sup>.

De forma geral, a terceira estratégia não foi capaz de conter as falhas de suas antecessoras, uma vez que a credibilidade dos Estados Unidos ainda continuou em baixa devido às consequências das invasões do Iraque e do Afeganistão<sup>168</sup>. Segundo algumas pesquisas de opinião, apenas um por cento da população iraquiana acredita que a invasão ocorreu para estabelecer a democracia, enquanto que para quarenta e três por cento, o único motivo foi para roubar o petróleo do Iraque<sup>169</sup>. Além disso, o problema da maioria dos líderes árabes não é o entendimento do conceito de democracia, mas sim a falta de intenção em abdicar de seu poder<sup>170</sup>.

Dunn conclui que a primeira estratégia, o contraterrorismo, caracteriza-se por ser uma abordagem realista, sendo sua concepção atribuída à Assessora de Segurança Nacional Condoleezza Rice. A segunda, constituída pela prevenção e preeminência, é avaliada como hegemônica, podendo ser atribuída aos neoconservadores do Pentágono. A estratégia avançada para a democratização do Oriente Médio contém alguns elementos da segunda estratégia, mas também combina ideais de um imperialismo democrático, o desejo neoconservador de recriar o mundo à imagem dos Estados Unidos, e o conceito Wilsoniano de promoção diária dos valores e ideias estadunidenses por meio de sua política externa<sup>171</sup>. Já Jervis atribui ao presidente Bush um posicionamento liberal, principalmente sobre suas crenças relativas às fontes da política externa<sup>172</sup>.

---

<sup>166</sup> DUNN, 2005, p. 29.

<sup>167</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>168</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>169</sup> BURKEMAN, apud DUNN, 2005, p. 30.

<sup>170</sup> DUNN, 2005, p. 30.

<sup>171</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>172</sup> JERVIS, 2003, p. 367.

LaFeber classifica a política externa de Washington como imprevisível e muitas vezes devastadora, cuja única constante é a importância dada aos interesses domésticos e de segurança sobre os demais, algo que foi intensificado no período posterior aos ataques terroristas de 2001. Conforme sua análise, LaFeber afirma que a Doutrina Bush se utiliza da política internacional como uma forma de manifestação externa das prioridades internas da nação; e tal característica não se enquadra na teoria do realismo ou da habitual política de poder, uma vez que os Estados Unidos possuem uma margem tão grande de poder sobre qualquer possível adversário, que tais abordagens de equilíbrio de poder parecem inaplicáveis<sup>173</sup>.

A definição do governo Bush sobre o interesse nacional começou no âmbito doméstico e se desenvolveu de acordo com as necessidades domésticas. Não tinha nada a ver com o modelo antiquado de um estado realista monolítico, mas tudo a ver com debates internos sobre o que era necessário para a segurança da nação. Nesse sentido, a Doutrina Bush, como todas as doutrinas presidenciais, visava antecipar o debate interno (LAFEBER, 2002, p. 549, tradução nossa).

Os ataques do 11 de setembro não surgiram simplesmente do nada, ressalta Kennedy-Pipe, pois havia diversas questões que instigavam as atitudes de muçulmanos como Osama Bin Laden, como o conflito entre Palestina e Israel, por exemplo. Segundo a autora, a própria natureza histórica da política externa norte-americana é problemática, pois visa “criar antagonismos que podem e tem retornado para assombrar os EUA no âmbito doméstico e internacional”<sup>174</sup>.

### 2.3. O UNILATERALISMO E O EXCEPCIONALISMO ESTADUNIDENSE

A união do unilateralismo com o excepcionalismo, característico dos Estados Unidos, promoveu um crescimento histórico do alcance do poder norte-americano, ao mesmo tempo em que contribuiu para aumentar a confiança do próprio governo estadunidense no unilateralismo<sup>175</sup>.

O presidente Bush exemplificou tal unilateralismo quatro dias depois dos ataques terroristas: juntamente com seus principais assessores discutiu sobre qual seria a resposta militar ideal a ser tomada contra os responsáveis pelo 11 de setembro, todavia Bush advertiu aos seus conselheiros de que ele preferia lutar a Guerra ao Terror sozinho, ao invés de ter aliados definindo termos e condições para a sua política externa<sup>176</sup>, mesmo com a Grã-

<sup>173</sup> LAFEBER, 2002, p. 548.

<sup>174</sup> KENNEDY-PIPE, 2012, p. 383.

<sup>175</sup> LAFEBER, 2002, p. 549.

<sup>176</sup> Ibidem, p. 549-450.

Bretanha, a Austrália, o Canadá, o Japão, a Alemanha, a França e até mesmo a Rússia tendo oferecido suporte moral e militar<sup>177</sup>. Para ele, as estratégias dos Estados Unidos não estavam abertas para debate<sup>178</sup>. Para LaFeber:

Depois do 11 de Setembro, essa fórmula de excepcionalíssimo mais poder é igual ao unilateralismo assumiu novas dimensões. Isso foi feito por dois motivos. Primeiro, os ataques desafiaram a fé americana (e especialmente a fé da administração do Bush) de que os Estados Unidos estavam realmente separados do resto do mundo. De repente, os americanos mostraram-se tão vulneráveis quanto os cidadãos do Quênia, Israel, Rússia e Japão. Em segundo lugar, como resultado da revolução tecnológica que o Pentágono dominou melhor do que qualquer outro estabelecimento militar – e porque o Congresso apoiou o orçamento do Pentágono até o orçamento das forças armadas atingir 40% de todos os orçamentos militares do mundo – os funcionários dos Estados Unidos acreditavam que ter que trabalhar com menos militares apenas atrasaria o cronograma para atingir os objetivos norte-americanos [...] Mais do que qualquer outra agência governamental, o Pentágono passou dessas duas novas dimensões da necessidade de agir unilateralmente (LAFEBER, 2002, p. 549, tradução nossa).

O Departamento de Estado, representado principalmente pelo Secretário, Colin Powell, expressou reservas às novas políticas implementadas pelo governo Bush, uma vez que admitiu a preferência à cooperação diplomática em detrimento das estratégias militares unilaterais. Todavia, nem mesmo os esforços e o prestígio de Powell conseguiram conter o unilateralismo crescente nos pós-11 de setembro<sup>179</sup>.

Em seu discurso nove dias após os ataques terroristas de 2001, Bush buscava estabelecer uma relação entre o excepcionalismo americano e o compromisso do país com o mundo. Com isso, o presidente objetivava solucionar a problemática de como os Estados Unidos poderiam continuar excepcionais ao mesmo tempo em que tornavam o mundo semelhante a si. A resposta era simples: aquelas nações que compartilhassem dos mesmos valores que os norte-americanos poderiam se aliar aos mesmos<sup>180</sup>:

Esta não é, no entanto, apenas a luta da América. E o que está em jogo não é apenas a liberdade da América. Esta é a luta do mundo. Esta é a luta da civilização. Esta é a luta de todos que acreditam no progresso e no pluralismo, na tolerância e na liberdade. Pedimos a cada nação para se juntar a nós (BUSH, 2002, apud LAFEBER, 2002, p. 553, tradução nossa).

Após tais inovações na política estadunidense, uma série de críticas de nações aliadas começou a surgir. Diante da complexidade dos problemas internacionais enfrentados pelos governantes dos Estados Unidos, muitos esperavam que a Guerra no Afeganistão adquirisse uma diretriz multilateral, mas isso não foi o que ocorreu<sup>181</sup>.

---

<sup>177</sup> LAFEBER, 2002, p. 554.

<sup>178</sup> Ibidem, p. 553.

<sup>179</sup> Ibidem, p. 550.

<sup>180</sup> Ibidem, p. 553.

<sup>181</sup> Ibidem, p. 553-554.

A opinião pública possuía pouca influência sobre a política externa unilateral que começara a se desenvolver no país. Três outras características de tal política se tornaram mais evidentes, uma vez que constituíam a base do poder dos Estados Unidos: (i) as visões e capacidades de outras nações, principalmente aquelas consideradas aliadas; (ii) as visões e capacidades do poder militar norte-americano; e (iii) as visões e capacidades da presidência estadunidense<sup>182</sup>.

Ao longo do século XXI, os Estados Unidos necessitaram de aliados, mesmo que temporários, por três razões: (i) para serem capazes de usar bases próximas de regiões de conflito; (ii) para obterem forças convencionais que a população estadunidense não poderia ou não iria prover; e (iii) para mostrar aos americanos que eles não estariam se sacrificando sozinhos, pois havia outros que consideravam igualmente justa a sua causa. Essas três razões tiveram pouco importância nos pós-11 de setembro, uma vez que a tecnologia e os gastos dos EUA proporcionaram aos norte-americanos poder com capacidade de devastação global, incluindo aviões capazes de obliterar montanhas no Afeganistão, por exemplo. As tropas terrestres continuaram importantes, porém esse poder de fogo de alta tecnologia e a cooperação com forças locais reduziram a necessidade de aumentar o número de forças convencionais para lutar o tipo de guerra do novo século<sup>183</sup>.

No começo de 2002, a administração de Bush propôs um aumento de 48 bilhões de dólares no orçamento militar, que passaria a crescer 12% dentro de um ano. Esses 48 bilhões representavam 150% do gasto francês com forças armadas, e a França era a segunda maior potência militar da OTAN<sup>184</sup>.

Os oficiais de Washington dirigiram o seu comprometimento com o unilateralismo em outras formas: eles anunciaram em fevereiro de 2002 que os Estados Unidos estavam quebrando o juramento de longa data de não usar armas nucleares contra Estados não-nucleares. Com a ameaça nuclear russa diminuindo e o crescente medo dos terroristas usarem armas biológicas e químicas, os americanos não estavam dispostos a limitar sua resposta. Em janeiro de 2001, o Instituto Nacional de Política Pública declarou que “as armas nucleares dos Estados Unidos poderiam ser necessários” para impedir a utilização de armas de destruição em massa<sup>185</sup>. LaFeber reitera que:

O poder americano de fazer o trabalho unilateralista também foi reforçado por novas estratégias de base postas em prática após o 11 de setembro. As forças das Operações Especiais dos EUA realmente se mudaram para o Uzbequistão em 1999-

---

<sup>182</sup> LAFEBER, 2002, p. 554.

<sup>183</sup> Ibidem, p. 554-555.

<sup>184</sup> Ibidem, p. 555.

<sup>185</sup> Ibidem, p. 555.

2000. Eles foram ordenados a ajudar o regime autoritário uzbeque a combater seu próprio terrorismo islâmico que estava se espalhando pela região e também a proteger uma rota potencial de oleoduto e gasoduto da região do Mar Cáspio até o Oceano Índico. No início de 2002, as bases norte-americanas semipermanentes surgiram em toda a Ásia Central e do Sul, especialmente no Uzbequistão e no Paquistão. Autoridades russas e chinesas temiam que as bases pudessem ser duradouras. Por quase um século, "O Grande Jogo" para a Ásia Central foi jogado entre os impérios britânico e russo. No início do suposto Segundo Século Americano, os Estados Unidos haviam substituído tanto a China (como a Rússia) como o mais poderoso outsider que atuava nessa área crucial da Eurásia (LAFEBER, 2002, p. 556, tradução nossa).

Nenhum dos antigos ou dos novos aliados, como os britânicos e os russos respectivamente, eram necessários pelas forças dos Estados Unidos, que estavam construindo suas próprias redes bases nas regiões antes dominadas pela União Soviética (URSS)<sup>186</sup>. Mas os EUA queriam, e demandavam, algum apoio de outras nações. Em decorrência de o Pentágono não ter interesse em empregar esforços de longo prazo para a manutenção da paz, optou por deixar para os demais, como os europeus e australianos, tal responsabilidade. A cooperação se fazia necessária para quebrar redes terroristas pelo mundo e para bloquear o sistema de hawala, uma rede financeira descentralizada utilizada pela Al-Qaeda e outros grupos para sustentarem suas operações terroristas<sup>187</sup>.

A fraqueza dos supostos aliados dos EUA e o rápido crescimento das capacidades do poder militar estadunidense eram duas características do poder do unilateralismo americano. A terceira foi a autoridade presidencial que Bush construiu após os ataques. Ele explorou uma considerável quantidade de recursos. Com uma catástrofe dessas, o povo norte-americano de bom grado se reagrupou em torno de seu líder. A definição de Bush de ameaça deu a ele liberdade máxima de ação, para ele definir terrorismo como uma guerra em aberto que poderia durar anos e talvez décadas. As células da Al-Qaeda estavam em aproximadamente sessenta países. Mesmo que se em cinquenta tais grupos fossem desestruturados, a nação deveria permanecer em alerta, salienta LaFeber<sup>188</sup>, a partir da declaração de Bush no dia 20 de setembro de 2001: “Nossa guerra ao terror começa com a Al-Qaeda, mas não termina nela. Não terminará até que todos os grupos terroristas de alcance global sejam encontrados, parados e derrotados”<sup>189</sup>.

Todavia, um preço sempre deve ser pago para empreender batalhas assim, como os EUA constataram na Guerra Civil e na Guerra do Vietnã. Com o intuito de desviar a atenção dos cidadãos estadunidenses das consequências negativas da Guerra ao Terror, Bush os

---

<sup>186</sup> LAFEBER, 2002, p. 556.

<sup>187</sup> Ibidem, p. 556.

<sup>188</sup> Ibidem, p. 557.

<sup>189</sup> Ibidem, p. 557.

instruía a se distraírem com banalidades, algo que poderia proporcionar ainda uma aparência de economia sensível de flacidez:

Ele também, sem dúvida, esperava manter a nação tão contente, distraída e próspera quanto possível, enquanto ele travava uma guerra secreta, confusa e altamente dispendiosa, cujo fim não estava à vista. Críticos enquanto isso, questionaram duramente o exercício que Bush fez desses novos poderes ao expandir sua autoridade (por exemplo, possivelmente para atacar o Iraque), muito além da autorização de poder que o Congresso lhe forneceu para conduzir a guerra em 14 de setembro de 2001, uma vez que ele instituiu novos procedimentos de escutas telefônicas, estabeleceu tribunais militares – sem direitos normais de apelação – para julgar prisioneiros não cidadãos estadunidenses, ordenou prisões em massa de suspeitos imigrantes acusados de nenhum crime específico e cujos nomes não foram divulgados, e emitiu uma ordem presidencial, superando trinta anos de livre acesso, que ameaçavam restringir o acesso a papéis presidenciais por décadas (LAFEBER, 2002, p. 557, tradução nossa).

A revista *The Economist* acreditava que os ataques alteraram a balança no país entre segurança e liberdades civis, argumento que fora respaldado pela premissa de Alexander Hamilton: “para se sentirem mais seguras, as pessoas se tornam dispostas a correrem o risco de serem menos livres”<sup>190</sup>. Para que os EUA travassem a Guerra ao Terror e a vencessem, a maioria dos cidadãos estadunidenses tornou-se disposta a abdicar de seus próprios direitos, tanto que 89% da população norte-americana apoiava inicialmente a conduta de Bush em relação ao conflito<sup>191</sup>.

Para LaFeber, o unilateralismo norte-americano providenciou liberdade de atuação para a diplomacia e as operações militares; e tal unilateralismo foi resultado direto do excepcionalismo estadunidense. Esse excepcionalismo combinado com o imenso poder norte-americano proporcionou um cenário inédito em que uma nação conseguia ser tão poderosa que outras não poderiam equiparar-se, e tão hipócrita que não poderia equiparar-se consigo mesma, e mesmo com os horrores dos ataques terroristas de 2001, não foram produzidas restrições ou limites para o uso desse poder<sup>192</sup>.

Segundo Jervis, a forma como os Estados Unidos de Bush exercia a sua liderança e o uso de sua força, restrito aos seus interesses vitais, constituía um programa de longo alcance que se assemelhava a um império<sup>193</sup>. Tal assunto será discutido no terceiro capítulo, que ficará responsável por analisar como as políticas e as medidas estatais do governo Bush constituíram um anseio imperialista e hegemônico.

---

<sup>190</sup> NEW YORK TIMES, 2001, apud LAFEBER, 2002, p. 557, tradução nossa.

<sup>191</sup> MOORE, 2001.

<sup>192</sup> LAFEBER, 2002, p. 558.

<sup>193</sup> JERVIS, 2003, p. 365.

### **3. CAPÍTULO 3: O IMPERIALISMO E A HEGEMONIA ESTADUNIDENSE DE GEORGE W. BUSH**

Este último capítulo objetiva analisar e avaliar o imperialismo de George W. Bush, a partir dos prognósticos realizados nos capítulos anteriores. Buscar-se-á relacionar aqui as teorias de Gramsci, Hobson e Lenine, assim como as avaliações de Kennedy-Pipe, LaFeber, Dunn e Jervis com as práticas imperialistas de Bush.

As diretrizes do trabalho expressam-se mediante as proposições a seguir: Como o imperialismo de Bush se estruturou? Que condições históricas possibilitaram tal estruturação? Quais foram os desafios enfrentados? Como o mundo reagiu a tal imperialismo? Quais foram as consequências no cenário internacional? Como os autores abordados anteriormente relacionam-se com a análise proposta neste capítulo?

A metodologia desta seção será composta por métodos qualitativos e quantitativos, caracterizando-se por ser exploratória e descritiva. Além de coletar dados e índices estatísticos pertinentes à análise, o terceiro capítulo utilizará principalmente consultas a periódicos informativos e a publicações bibliográficas, focando na obra “*O império da incoerência*” de Michael Mann, com contribuições teóricas do próprio Mann, Kenneth Waltz, Joseph Nye, Martin Shaw, Emmanuel Todd, Robert Zoellick, Paul Kennedy, Michael Ignatieff e Charles Krauthammer.

#### **3.1. O NOVO IMPERIALISMO DE MANN, A PARTIR DE GRAMSCI, HOBSON E LENINE**

Um dos analistas dos Estados Unidos na época do presidente George W. Bush foi Michael Mann, que avaliou tal conjuntura sob a égide de um “novo imperialismo”, caracterizado por ser um imperialismo militarista, não benevolente, e capaz de minar a alicerce do próprio poder<sup>194</sup>. De forma semelhante às constatações de Jervis e LaFeber dispostas no capítulo anterior, Mann também reconhece a existência do unilateralismo estadunidense<sup>195</sup>.

Apesar de Mann utilizar a nomenclatura “novo imperialismo” para designar as práticas imperiais exercidas pelos Estados Unidos de Bush, os preceitos que o autor utiliza para justificar tal denominação, como o militarismo e o aumento da incidência de conflitos, já se

---

<sup>194</sup> MANN, 2006, p. 7.

<sup>195</sup> Ibidem, p. 12.

encontravam presentes nas teorias articuladas por Hobson e Lenine, e até Luxemburgo, como foi visto no primeiro capítulo desta pesquisa.

Em concordância com Kennedy-Pipe e Dunn, Mann considera que os seguintes três momentos foram decisivos para a ascensão do tipo de imperialismo executado por Bush: (i) o primeiro fora o sistema eleitoral estadunidense que utiliza o colégio eleitoral para a via presidencial, e permitiu a vitória de Bush, mesmo esse tendo recebido menos votos individuais que o seu rival democrata Al Gore<sup>196</sup>; (ii) o segundo fora a ocupação dos cargos governamentais por neoconservadores simpatizantes com o cristianismo e a direita israelense<sup>197</sup>; e, como mencionado, (iii) o terceiro fora o 11 de setembro<sup>198</sup>.

Tal imperialismo distingue-se em quatro tipos de poderes: (i) militar; (ii) político; (iii) econômico; e (iv) ideológico<sup>199</sup>. Ilustrando tais distinções de forma metafórica, o autor argumenta que “O Império Americano vai se transformar num gigante militar, num palpiteiro econômico, num esquizofrênico político e num fantasma ideológico”<sup>200</sup>. O resultado disso é claro: mesmo prezando pela estabilidade mundial, tal império ocasionará mais desordem do que ordem, com traços visíveis de violência<sup>201</sup>.

Nye e Keohane conceituam poder como a habilidade de um ator fazer com que outros tomem decisões que normalmente não tomariam, a um custo aceitável. Para os autores, o poder também pode ser concebido em termos de controle sobre os resultados pretendidos<sup>202</sup>. Logo, a abordagem de poder imperial feita por Mann relaciona-se com tal capacidade e controle que o imperialismo estadunidense de Bush possuía.

Para o sociólogo norte-americano, os Estados Unidos na era Bush possuíam mais poder que o Império Britânico jamais possuía<sup>203</sup>. Tal acúmulo de poder originou-se na Guerra Fria, segundo o historiador Paul Kennedy<sup>204</sup>. Charles Krauthammer constatou que esse novo Império Estadunidense estava adquirindo uma influência cultural, econômica, tecnológica e militar equivalente ao do antigo Império Romano<sup>205</sup>.

Joseph Nye compartilha desse posicionamento de Krauthammer, todavia pondera que a dominação estadunidense deveria ser constituída pelo consentimento das outras nações.

---

<sup>196</sup> MANN, 2006, p. 18.

<sup>197</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>198</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>199</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>200</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>201</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>202</sup> KEOHANE; NYE, 1989, p. 11, apud ESTRE, 2011, p. 9.

<sup>203</sup> MANN, 2006, p. 21.

<sup>204</sup> KENNEDY, 2002, apud MANN, 2006, p. 22.

<sup>205</sup> KRAUTHAMMER, 1990-91, apud MANN, 2006, p. 21.

Todavia, tal consentimento só poderia existir quando essas nações compartilharem dos valores propagados pelos Estados Unidos, que devem ser benevolentes, para ser eficaz<sup>206</sup>.

Como Gramsci<sup>207</sup>, Mann constata que a hegemonia norte-americana constituiu-se, em certa medida, do consentimento dos demais países. Tal hegemonia fora responsável também por garantir que o poder imperial dos EUA conduzisse o comportamento dos outros atores internacionais de acordo com seus interesses<sup>208</sup>. Sobre essa hegemonia, o sociólogo ainda explica que:

[...] a base da hegemonia é mais uma questão de aceitação prática das coisas “do jeito que estão”. Então as próprias ações cotidianas de todos ajudam a reproduzir o domínio sem muita reflexão. Por exemplo, o dólar norte-americano é a moeda das reservas do mundo, estável, segura, de modo que os estrangeiros costumam investir na economia dos EUA, subsidiando os consumidores americanos e, indiretamente, financiando as forças armadas dos Estados Unidos, sem nem ter muita consciência disso. [...] Em termos práticos, consentem, embora às vezes possam resmungar [...] para serem hegemônicos, os EUA têm de obedecer às regras que eles mesmos determinaram. Se o militarismo unilateral abandona as regras, o país se arrisca a perder a hegemonia (MANN, 2006, p. 24).

Mesmo tendo ameaçado, sancionado e invadido outros Estados, a intenção do imperialismo de Bush, entretanto, não era estabelecer um império territorial, mediante a subjugação de territórios estrangeiros, pois tal configuração exigiria demasiadamente dos recursos militares do país, mas sim garantir um império informal e indireto, segundo Mann<sup>209</sup>. As áreas focos de preocupação desse imperialismo eram: (i) os poucos países comunistas que ainda restam no cenário atual, como a Coreia do Norte; e (ii) o Oriente Médio, por razões mais do que já conhecidas.

Rússia, China, Vietnã e Cuba também poderiam ser enquadrados nessa zona de preocupação em relação ao comunismo, todavia as duas primeiras eram poderosas demais para que os Estados Unidos se arriscassem contra elas, enquanto que os poderes das duas segundas eram quase que irrelevantes, quando comparados ao poderio norte-americano. O Oriente Médio era definitivamente a região mais problemática para Washington, tanto pelo seu potencial de expansão por todo o mundo muçulmano – que compreende desde a Nigéria, passando pela África Ocidental e Indonésia, até o sudeste da Ásia<sup>210</sup> – quanto pela incidência regional de movimentos terroristas e Estados párias que configuravam uma ameaça ao Império Estadunidense<sup>211</sup>. Sobre isso, Mann argumenta que:

<sup>206</sup> NYE, 2002, apud MANN, 2006, p. 23.

<sup>207</sup> GRAMSCI, 2000, apud CAMARGO, 2013, p. 24.

<sup>208</sup> MANN, 2006, p. 24.

<sup>209</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>210</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>211</sup> Ibidem, p. 28.

Pode parecer um pouco esquisito que os novos imperialistas testem o seu pulso não com potências grandes, mas com um movimento terrorista internacional que não tem menos de mil integrantes e com Estados pequenos, pobres e impopulares do Sul com poucos recursos econômicos e forças armadas que não se aguentariam uma semana em campo aberto contra o poderio militar norte-americano. [...] Os novos imperialistas dizem que o fim só justifica os meios quando as guerras são curtas e relativamente fáceis, com poucas baixas. Não defendem a devastação muito maior que se seguiria a um ataque à China, ainda que a China possa ser tão “pária” quanto o Iraque (MANN, 2006, p. 28).

Os executores desse “novo” modelo de imperialismo superestimavam a força militar dos Estados Unidos, de acordo com Mann, uma vez que a manutenção do império desse país dependia também de: (i) seu poder econômico, que no período Bush encontrava-se fragilizado; (ii) seu poder político, negligenciado por ações como o fracasso do planejamento da invasão do Iraque; e (iii) seu poder ideológico, que fora enfraquecido pelas contradições das ações do governo norte-americano, que, na teoria, buscava a paz por meio do estabelecimento da democracia, mas na prática empregava diversas campanhas militares pelo mundo, resultando em mais conflitos e instabilidade<sup>212</sup>. O autor chega até a afirmar que o imperialismo contribuiu para a criação de mais, e não menos, terroristas e Estados párias<sup>213</sup>.

### 3.2. O MILITARISMO

Tanto Hobson quanto Lenine, em seus prognósticos sobre o imperialismo, já prenunciavam que, para um Estado ser imperial, ele precisa apresentar um nível avançado de militarismo e um grande desenvolvimento da indústria bélica, respectivamente. A indústria bélica estadunidense recebeu diversos investimentos do presidente Bush, entre 2001 e 2008. Esses investimentos, inclusive, foram subsidiados em grande parte pelo Grupo Carlyle, que investe em diversos tipos de empresas, sobretudo as militares. O Grupo Carlyle tornou-se o maior fornecedor de equipamentos, veículos e munições para o Departamento de Defesa de Bush<sup>214</sup>.

O militarismo avançou enormemente durante os governos de Bush. O presidente determinou que o orçamento militar aumentasse em 15%, entre 2002 e 2003, e em mais 8% até 2007, sendo aplicado a programas militares, como a reativação do “Programa de Defesa Estratégia”<sup>215</sup> de Ronald Reagan<sup>216</sup> e o contraterrorismo, por exemplo<sup>217</sup>. Em 2001, o

---

<sup>212</sup> MANN, 2006, p. 28.

<sup>213</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>214</sup> HANSEN, 2014.

<sup>215</sup> Conhecido popularmente como “Guerra nas Estrelas”.

<sup>216</sup> Quadragésimo Presidente dos Estados Unidos da América. Teve dois mandatos: o primeiro iniciou-se em 1981 e durou até 1984, e o segundo compreendeu o período de 1985 até 1988.

orçamento militar estadunidense representava 36% do total mundial, porcentagem seis vezes maior que o da Rússia, segunda colocada nesse ranking de despesas bélicas, e três vezes maior que o orçamento dos três países seguintes, França, Reino Unido e Japão. Em 2003, tal orçamento chegou a compor 40% do orçamento militar mundial, superando os gastos dos 24 países seguintes e sendo 25 vezes maior que os gastos de todos os regimes párias identificados por Bush<sup>218</sup>. Em média, entre 2002 e 2008, Bush investiu aproximadamente 635 bilhões de dólares por ano no setor militar, valor que supera os gastos militares combinados das 10 maiores potências militares seguintes, como a China, Arábia Saudita, Rússia, Grã-Bretanha, França, Japão, Índia, Alemanha e Coreia do Sul<sup>219</sup>. Diante disso, Mann afirma que o poderio militar norte-americano estabeleceu-se em um nível em que não possuía mais um rival equiparável no mundo<sup>220</sup>.

Mann reitera que a constituição de um império necessita de quatro recursos militares: (i) a defesa segura ou o desencorajamento de ataques; (ii) o poder ofensivo; (iii) a capacidade de conquistar territórios e povos; e (iv) a capacidade de pacificá-los depois<sup>221</sup>.

Desde o período da Guerra Fria, as armas nucleares passaram a ser utilizadas pelos países para desencorajar ataques. Embora possuísse quase a mesma quantidade de ogivas nucleares que a Rússia, aproximadamente nove mil em 2001, os Estados Unidos era a primeira potência nuclear do mundo, e continuou sendo ao término do segundo mandato de Bush, em 2008, possuindo cerca de 5.400 ogivas, enquanto a Rússia possuía 5.200, permanecendo em segundo<sup>222</sup>.

De certa forma, a posse de um arsenal nuclear desencoraja ataques de outros Estados, uma vez que um possível conflito nuclear seria desastroso para todos os envolvidos. Logo, para o governo norte-americano, não seria vantajoso atacar ou ser atacado por um ator internacional que possuísse tais tipos de armamentos, como a própria Rússia, ou a França, China, Grã-Bretanha e Coreia do Norte, por exemplo<sup>223</sup>. Por outro lado, a capacidade nuclear estadunidense deve ser considerada preocupante para o mundo, uma vez que não apresenta precedentes, nem equiparações:

O seu arsenal nuclear torna os EUA invulneráveis a ataques de qualquer inimigo racional que dependa de patrimônio fixo – ou seja, qualquer Estado não controlado por um louco nem alguém que se tornou temerário com a perspectiva iminente de morte e destruição. Este é o mais alto nível de defesa que qualquer outro Estado já

---

<sup>217</sup> MANN, 2006, p. 16.

<sup>218</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>219</sup> DAVIES, 2015. INFINITE UNKNOWN, 2015.

<sup>220</sup> MANN, 2006, p. 31.

<sup>221</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>222</sup> NORRIS, KRISTENSEN, 2008. KRISTENSEN, 2014.

<sup>223</sup> MANN, 2006, p. 32.

possuiu em toda a História. O resto do mundo deveria se preocupar mais com a defesa do que com os americanos, ainda mais depois que Bush abraçou o programa Guerra nas Estrelas, um sistema de defesa contra mísseis balísticos, e fez as suas ameaças de ataques nucleares preventivos (MANN, 2006, p. 32-33).

A menos que se desejasse estabelecer um império radioativo, Mann alega que o arsenal nuclear dos Estados Unidos não podia constituir uma ofensiva racional a outras nações, nem servir para pacificar determinadas regiões, devendo ser utilizado apenas como punição. Além disso, o poder ofensivo de um regime é avaliado a partir da quantidade de forças convencionais que possui, não com base na quantidade de forças nucleares.

O espírito militar e o patriotismo, tidos por Hobson como elementos constituintes do imperialismo, também foram analisados por Mann a partir de dados estatísticos. Em seu estudo, o sociólogo alega que os Estados Unidos de Bush detinha um número expressivo de forças convencionais, porém nada espantoso: em 2001, detinha cerca de 1,4 milhões de soldados<sup>224</sup>, constituindo cerca de 5% do total mundial. Isso é menos que os 2,2 milhões que possuía em 1980, e menos que os 2,5 milhões que o exército chinês possuía na mesma época. Apesar de ter tido um crescimento mínimo, esse número permaneceu quase o mesmo em 2008<sup>225</sup>. Todavia, para Mann, de certa forma, as forças convencionais do exército estadunidense acabam limitando a atuação norte-americana no mundo, uma vez que nem todos esses soldados poderão ser usados o tempo todo, a qualquer momento, ou em uma mesma missão militar<sup>226</sup>.

Mann argumenta que a supremacia militar dos Estados Unidos ocorre mediante sua mobilização global e seu poder de fogo, não por meio de suas armas nucleares ou poder efetivo. Na era Bush, somente esse país possuía alcance global, uma vez que passara a deter instalações militares em 132 países, segundo o Pentágono. Para o autor, a força militar estadunidense de Bush tornara-se uma das únicas que podia ser mobilizada no mundo inteiro, apesar de enfrentar uma fragilidade jurídica, uma vez que a soberania local deveria ser respeitada pelas bases militares de Washington<sup>227</sup>. Como exemplos históricos, têm-se:

O emir do Qatar tem de aprovar os movimentos de soldados americanos entrando e saindo. Os aviões de guerra americanos estacionados em território saudita não podem realizar ataques no estrangeiro a não ser em defesa própria. Na década de 1990, os sauditas permitiram que um centro de controle e comando norte-americano dirigisse a guerra aérea no Afeganistão e as patrulhas sobre o Iraque, mas em 2003 não deixaram que nenhum ataque contra o Iraque partisse do seu território. A Turquia abriu mão de uma propina entre 16 e 32 bilhões de dólares em 2003 quando se recusou a permitir que soldados ou aviões dos EUA usassem as suas bases para a guerra no Iraque. [...] Alguns aliados de longo prazo foram mais prestativos. A

---

<sup>224</sup> COLEMAN, 2015.

<sup>225</sup> Ibidem, 2015.

<sup>226</sup> MANN, 2006, p. 33.

<sup>227</sup> Ibidem, p. 34.

Alemanha concedeu o direito de usar as bases, embora se opusesse à invasão do Iraque (MANN, 2006, p. 35).

O sociólogo ainda observa que quanto menor e mais dependente era um país, maior seria sua disposição em cooperar com os Estados Unidos, quando tal vontade não podia ser comprada pelos mesmos<sup>228</sup>. Todavia, a presença dos militares norte-americanos nem sempre fora desejável pela sociedade local, pois, em muitos casos, tem provocado um ambiente menos seguro, como no Iraque<sup>229</sup>.

Ademais, a superioridade do poder de fogo estadunidense no governo Bush foi garantido devido às suas armas de tecnologia avançada, oriundas da Revolução em Assuntos Militares (RAM)<sup>230</sup>, que promoveu “uma grande mudança da natureza da guerra provocada pela aplicação inovadora de novas tecnologias”<sup>231</sup>, tais como as exemplificadas a seguir:

As armas foram usadas pela primeira vez na Guerra do Golfo de 1991 e tiveram sucesso moderado. Na campanha da Sérvia e do Kosovo, em 1999, as tropas norte-americanas conseguiram destruir a infraestrutura fixa de comunicação e transmissão de energia da Sérvia [...]. Mas quase não houve baixas norte-americanas. Foi apenas o começo. Desde então, novas armas “inteligentes” não pararam de surgir, saudadas com entusiasmo pelos meios de comunicação dos EUA. [...] Os generais americanos enxergam de cima com olhos de satélite que atravessam névoa, nuvens e escuridão. Podem então fazer chover mísseis do céu! Em todos os níveis – aviões, navios, artilharia, blindados e o soldado individual – a maioria dos inimigos pode ser destruída a distância antes mesmo que se aproxime o bastante para atirar (MANN, 2006, p. 38-39).

Diante dessa análise, Mann constatou que o militarismo dos Estados Unidos elevou o seu status perante o mundo: se tornaram o país com os maiores gastos militares, adquiriram uma ampla aptidão para impedir ataques de seus inimigos, passaram a possuir um poder ofensivo de alcance global, e também um nível de poder de fogo sujeito a risco mínimo para si mesmo<sup>232</sup>. Embora os estadunidenses tenham obtido tais conquistas, o estabelecimento da vitória em terra e a pacificação posterior das nações invadidas continuaram a compor desafios ao seu militarismo<sup>233</sup>.

Quando atores imperialistas intervêm em regiões sem possuir aliados locais, eles necessitam de tropas maiores do que as da invasão original para realizar a pacificação. Os Estados Unidos, por exemplo, possuíam aliados locais no Afeganistão, mas não no Iraque, e fora isso que determinou o relativo sucesso na invasão do primeiro e o fracasso na do

---

<sup>228</sup> MANN, 2006, p. 35.

<sup>229</sup> Ibidem, p. 36-37.

<sup>230</sup> No original, *Revolution in Military Affairs*.

<sup>231</sup> MANN, 2006, p. 37.

<sup>232</sup> Ibidem, p. 39.

<sup>233</sup> Ibidem, p. 40.

segundo<sup>234</sup>. Ter aliados locais é fundamental também para diminuir as baixas civis durante conflitos, e visando isso, as operações estadunidenses, desde a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, passaram a substituir seus ataques frontais por ofensivas guiadas pelo seu poder de fogo<sup>235</sup>.

Mesmo não podendo controlar totalmente seus aliados em terra, entre 2001 e 2002, os Estados Unidos dependeram enormemente das forças terrestres da Aliança do Norte<sup>236</sup>, para efetivar assim a invasão do Afeganistão. Com o Iraque, esperavam o mesmo, mas não conseguiram firmar parcerias locais<sup>237</sup>, o que resultou em diversos abates de soldados norte-americanos<sup>238</sup>. Mann julga as políticas estadunidenses no Afeganistão como rudimentares demais “para serem consideradas imperiais”<sup>239</sup>, devido principalmente ao fato dos Estados Unidos não terem almejado diretamente um controle territorial, não podendo, portanto, dominar as regiões que ocupavam da mesma forma que os impérios europeus faziam.

Apesar dos Estados Unidos serem a nação que mais possui e vende armas de destruição em massa<sup>240</sup> – sejam essas armas químicas, biológicas ou nucleares –, durante o governo Bush, a sua proliferação também constituía uma variável que enfraquecia a segurança norte-americana, especialmente quando tais armas são empregadas pelos Estados párias<sup>241</sup>. A posse de armas nucleares proporciona um aumento repentino no poderio militar defensivo de um país, por isso que é difícil romper sua proliferação. As armas químicas e biológicas seguem a mesma dinâmica, mas são mais baratas e fáceis de contrabandear<sup>242</sup>.

A disseminação de armamentos nucleares deixou de ocorrer com frequência pelos países tidos como desenvolvidos, como Japão, Alemanha, Itália, Espanha, Canadá e Austrália, que, inclusive, são os que mais possuem meios para obtê-los facilmente. Conforme analisa Mann, a razão disso é simples: tais nações não se sentiam mais ameaçadas por quase ninguém do mundo, pois todos se tornaram “amigos”, ou pelo menos a maioria das nações que compõem o eixo norte do mundo. O autor ainda pontua que a amizade internacional é a política mais eficaz contra a proliferação desse tipo de arma<sup>243</sup>.

---

<sup>234</sup> MANN, 2006, p. 41.

<sup>235</sup> Ibidem, p. 44.

<sup>236</sup> A Aliança do Norte foi uma aliança militar constituída por três grupos afegãos distintos (Tajik Jamiat-I-Islami, Uzbek Junbish-I-Milli-Yi Islami e Hazara Shia) que visava à deposição do regime do Talibã do Afeganistão.

<sup>237</sup> MANN, 2006, p. 45.

<sup>238</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>239</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>240</sup> Ibidem, p. 47.

<sup>241</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>242</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>243</sup> Ibidem, p. 51.

Por outro lado, os países menos desenvolvidos forneciam os ambientes mais propícios à proliferação de armas nucleares, uma vez que essas armas proporcionavam um efeito de dissuasão, a um custo pequeno, que protegia tais regimes de seus inimigos, como, em muitos casos, o imperialismo estadunidense<sup>244</sup>. A dissuasão de certa forma constituía a defesa<sup>245</sup>.

A lógica da dissuasão nuclear funciona da seguinte maneira: no momento em que um país consegue obter armas nucleares, os seus adversários regionais procuram obtê-las também, por se sentirem ameaçados. Uma vez estabelecido esse ambiente em que ambos os lados possuem tal tipo de arsenal, o lado mais fraco busca intimidar o lado mais forte com um golpe nuclear. É o caso da Coreia do Norte em relação aos Estados Unidos e à Coreia do Sul; e também a situação vivida pelo Irã, Iraque, Líbia e Síria contra Israel e Estados Unidos.

A Guerra Fria estabeleceu-se mediante uma dissuasão nuclear, pois foi um momento em que duas superpotências, EUA e URSS, optaram por não se atacar em um conflito direto, devido ao arsenal nuclear que o outro possuía<sup>246</sup>. Mann avalia que, como estratégia, a dissuasão até apresenta erros baixíssimos, mas um único erro é o suficiente para conseguir provocar grandes devastações pelo planeta<sup>247</sup>, e por isso ela foi eficaz durante a Guerra Fria. Kenneth Waltz, pioneiro da corrente neorrealista nas Relações Internacionais, inclusive, argumenta que quanto mais regimes nucleares existir, melhor, pois esses ajudam a manter a paz<sup>248</sup>.

Para proteger sua supremacia, os Estados Unidos poderiam agir sozinhos provocando a destruição dessas armas de destruição em massa. Todavia, Washington não demonstrou interesse em desarmar as potências nucleares já existentes, mas sim os candidatos a integrantes desse grupo<sup>249</sup>. Por meio da Redução Cooperativa de Ameaças (CTR)<sup>250</sup>, até julho de 2002, os estadunidenses haviam financiado a destruição de aproximadamente um quarto do antigo arsenal soviético, eliminando “5.970 ogivas nucleares, 1.269 mísseis nucleares balísticos e de longo alcance, 829 lançadores de mísseis, 97 bombardeiros de longa distância e 24 mísseis balísticos submarinos”<sup>251</sup>. Enquanto Bush gastou quase 100 bilhões de dólares para executar a invasão do Iraque, ele dispôs apenas 1 bilhão para promover essa destruição de armamentos. Ademais, ao mesmo tempo em que historicamente estimularam o desarmamento de seus rivais, os Estados Unidos beneficiaram os seus aliados em relação a isso, uma vez que

---

<sup>244</sup> MANN, 2006, p. 48.

<sup>245</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>246</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>247</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>248</sup> WALTZ, 1981, apud MANN, 2006, p. 52.

<sup>249</sup> MANN, 2006, p. 54.

<sup>250</sup> No original, *Cooperative Threat Reduction*.

<sup>251</sup> MANN, 2006, p. 55.

os governos estadunidenses, incluindo o de Bush, durante os últimos quarenta anos, ignoraram o arsenal nuclear e as suspeitas de armas de destruição em massa de Israel<sup>252</sup>, Índia e Paquistão<sup>253</sup>, por exemplo.

Por outro lado, os EUA não apresentaram a intenção em se desfazer de suas próprias armas de destruição em massa. Além de não terem ratificado o Tratado de Proibição Total de Testes (Nucleares) de 1996<sup>254</sup>, o que fez com que a Índia e outros países também não assinassem, fazendo com que o tratado não entrasse em vigor, os Estados Unidos mantiveram essa postura de rejeição na administração Bush, que boicotou a Quinta Conferência Anual de Revisão da Convenção de Armas Biológicas, rejeitando o protocolo produzido nesse evento<sup>255</sup>. Inclusive, conforme a Revisão de Postura de Defesa<sup>256</sup> de 2001 previa, as armas nucleares estadunidenses poderiam ser utilizadas também contra alvos capazes de suportar apenas ataques não nucleares<sup>257</sup>. Ou seja, além de se recusar a se submeter a inspeções de suas armas de destruição em massa, ou a um controle supraestatal nessa área, a cúpula de Washington poderia utilizar seus armamentos como bem quisesse<sup>258</sup>. O Tratado de Não-Proliferação Nuclear<sup>259</sup> ainda possibilitou que apenas os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, a Rússia e a China mantivessem os seus arsenais nucleares, enquanto os demais não<sup>260</sup>.

Para Mann, o unilateralismo estadunidense de Bush se expressou também em relação ao controle de armas de destruição em massa, uma vez que tal controle só foi imposto aos seus rivais. A constatação de que governo norte-americano fora o que mais comercializava essas armas devastadoras, contribuindo assim para a disseminação das mesmas pelo mundo<sup>261</sup>, reforça as contradições provocadas por seu posicionalmente unilateral: enquanto os Estados Unidos fomentam obstáculos para que seus adversários não tenham acesso a esse tipo de arsenal, se recusam a se desarmar e ainda estimulam essa proliferação entre os seus aliados, obtendo lucros a partir disso<sup>262</sup>.

---

<sup>252</sup> MANN, 2006, p. 56.

<sup>253</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>254</sup> No original, *Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty*.

<sup>255</sup> MANN, 2006, p. 57.

<sup>256</sup> No original, *Defense Posture Review*.

<sup>257</sup> MANN, 2006, p. 58.

<sup>258</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>259</sup> No original, *Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons*.

<sup>260</sup> MANN, 2006, p. 59.

<sup>261</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>262</sup> Ibidem, p. 58.

Apesar de operarem com menos tecnologia e de forma menos organizada, as práticas guerrilheiras também constituíram uma ameaça ao militarismo estadunidense de Bush<sup>263</sup>. As estratégias e armas de guerrilha<sup>264</sup> passaram a ser utilizadas pelos terroristas como uma forma de resistência às táticas ofensivas dos países avançados tecnologicamente, em termos armamentistas, como os Estados Unidos, principalmente<sup>265</sup>.

Um dos primeiros atentados terroristas dos tempos modernos aconteceu em 1983 e foi promovido pelo Hezbollah<sup>266</sup>. A tática empregada nesse ataque, o suicídio terrorista, acabou se popularizando pela rede mundial de terroristas, pois conseguiu ser eficaz em seu objetivo: causar mortes dos inimigos. Mann ressalta que, a princípio, os principais alvos dos ataques suicidas eram os militares, porém, com o tempo, os civis foram os substituindo como alvos, pois eram mais fáceis de matar<sup>267</sup>. Todavia, baixas civis são indesejáveis para os imperialistas, uma vez que dificultam a manutenção do próprio império<sup>268</sup>, por isso que, para os EUA de Bush, lidar com terroristas tornou-se algo mais complicado do que travar uma guerra tradicional.

Mesmo com um orçamento previsto entre 200 mil a 500 mil dólares<sup>269</sup>, os ataques terroristas de 2001 resultaram em cerca de três mil mortes de cidadãos estadunidenses. Isso é um número que excede em quase 43.000% a quantidade de civis mortos causados pela Segunda Guerra Mundial em solo norte-americano: houve apenas sete baixas. Nas guerras estadunidenses posteriores, como a da Coreia e a do Vietnã, não houve nenhuma morte em solo nacional<sup>270</sup>. O 11 de setembro atingiu um feito até então inédito na história norte-americana, o que justificava o medo que a maioria dos cidadãos e políticos estadunidenses começou a ter, que, como visto no capítulo anterior, originou a Guerra ao Terror. Diante desse novo cenário, Mann analisa que nem as defesas dos Estados Unidos continuaram imunes a ataques<sup>271</sup>, pois os atores considerados fracos começaram a usar armas e estratégias que apavoravam os fortes<sup>272</sup>:

O gigante militar é vulnerável aos ratinhos que correm sem ser vistos em volta dos seus pés, armados com as “armas dos fracos”. Talvez o gigante não consiga manter a ordem em sua própria pátria e muito menos em seu Império. Os terroristas não

---

<sup>263</sup> MANN, 2006, p. 61.

<sup>264</sup> A palavra “guerrilha” significa “guerra pequena” e foi inventada pelos rivais do Império Napoleônico.

<sup>265</sup> MANN, 2006, p. 63.

<sup>266</sup> O Hezbollah é uma organização militar e política do Líbano, composta majoritariamente por muçulmanos xiitas, e considerada terrorista pelos Estados Unidos.

<sup>267</sup> MANN, 2006, p. 64.

<sup>268</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>269</sup> LEE; PERL, 2002, apud MANN, 2006, p. 66.

<sup>270</sup> MANN, 2006, p. 65.

<sup>271</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>272</sup> Ibidem, p. 65.

formam exércitos, mas redes frouxas. Um inimigo tão amorfo pode provocar paranoia. Os terroristas parecem estar em todos os lugares e em lugar nenhum (MANN, 2006, p. 67).

Por fim, Mann sugere que esse novo tipo de guerra travada pelo imperialismo estadunidense, a Guerra ao Terror, não podia ser vencida apenas mediante recursos militares. É necessário também empregar recursos econômicos, políticos e ideológicos, uma vez que seria de fundamental importância impedir a formação dos terroristas, e não somente suas ações. Segundo o autor, “a luta fundamental é pelos corações e mentes da população civil de onde saem os terroristas”<sup>273</sup>, e mesmo com os Estados Unidos acreditando que poderiam usar da violência para transformar o mundo em um lugar melhor, a pacificação não surge da violência<sup>274</sup>.

De certa forma, Bush não venceu a Guerra ao Terror, pois os ataques terroristas continuaram acontecendo nos EUA e no mundo, mesmo que em uma proporção muito menor que o 11 de setembro. Após os atentados de setembro, em 2001, ainda ocorreu diversos outros ataques, como os ataques com carbúnculo que resultou em 5 mortes<sup>275</sup>.

**Tabela 1 – Terrorismo Global**

Relatórios	“Padrões do Terrorismo Global”				“Relatórios dos Países sobre Terrorismo”			
	Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ataques	348	199	190	–	11.000	14.338	14.499	11.770
Mortes	3.572	725	307	–	14.602	20.498	22.685	15.765
Mortes na América do Norte	3.235	0	0	–	–	–	–	–
Mortes de Cidadãos dos EUA	–	–	–	–	56	28	29	–

Fonte: Elaboração nossa.

Extraído de: UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE, 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009.

Como aponta os relatórios oficiais do Departamento de Estado dos Estados Unidos, as baixas de civis estadunidenses causadas por ataques terroristas diminuíram drasticamente ao longo do governo Bush. Entre 2001 e 2003, os ataques internacionais, e suas consequentes mortes, diminuíram. Todavia, entre 2003 e 2007, aumentaram, mas entre 2007 e 2008, voltaram a diminuir.

Segundo os relatórios anuais “Padrões do Terrorismo Global”<sup>276</sup>, em 2001, o terrorismo causou 3.572 mortes, com 3.235 só na América do Norte, em 348 ataques<sup>277</sup>. Em

<sup>273</sup> MANN, 2006, p. 67.

<sup>274</sup> Ibidem, p. 68.

<sup>275</sup> CNN LIBRARY, 2018.

<sup>276</sup> No original, *Patterns of Global Terrorism*.

<sup>277</sup> BBC BRASIL, 2003. UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE, 2002.

2002, o número de mortes foi menor: foram 725 pessoas mortas, com nenhuma na América do Norte, em 199 ataques<sup>278</sup>. Em 2003, foram 190 ataques que causaram 307 mortes no mundo, todavia sem baixas para os Estados Unidos<sup>279</sup>. Não há dados estatísticos sobre 2004.

Conforme os “Relatórios dos Países sobre Terrorismo”<sup>280</sup>, também do Departamento de Estado, no mundo, em 2005, houve 11.000 ataques terroristas que resultaram em 14.602 mortes, 56 dessas mortes foram de cidadãos estadunidenses, e 47 dessas ocorreram no Iraque<sup>281</sup>. Em 2006, foram 14.338 ataques, com 20.498 mortes, sendo 28 de cidadãos dos EUA<sup>282</sup>. Em 2007, ocorreram 14.499 ataques que causaram 22.685 mortes, sendo 19 de civis norte-americanos<sup>283</sup>. Em 2008, foram 11.770 ataques com 15.765 mortes<sup>284</sup>.

### 3.3. O FATOR ECONÔMICO

Nove dias após os ataques terroristas de 2001, Robert Zoellick declarou que os Estados Unidos eram “o motor econômico da liberdade, da oportunidade e do desenvolvimento” do mundo, e era esse fator econômico, em seus âmbitos interno e externo, que compunham a base do “poder forte”<sup>285</sup> e do “poder suave”<sup>286</sup> dos Estados Unidos, conforme afirma Zoellick<sup>287</sup>. Para Nye, o primeiro conceito trata-se da “capacidade de obrigar os outros a fazer o que queremos”<sup>288</sup>, e o segundo, “de convencer as pessoas a querer o que queremos, porque o que queremos tem virtudes”<sup>289</sup>. Tais disposições conceituais assemelham-se aos pressupostos de Gramsci, quando afirma que uma hegemonia pode-se basear no consentimento ou na coerção<sup>290</sup>, que, para o cientista político estadunidense, seriam equivalentes ao poder suave e ao forte, respectivamente. Nye considera que o imperialismo norte-americano deveria se basear mais no seu poder suave, e não no forte<sup>291</sup>. Utilizando uma dialética gramsciana, pode-se afirmar, então, que, de acordo com Zoellick, a hegemonia, no âmbito econômico, seria a responsável por sustentar o Império Estadunidense.

---

<sup>278</sup> UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE, 2003.

<sup>279</sup> Ibidem, 2004.

<sup>280</sup> No original, *Country Reports on Terrorism*.

<sup>281</sup> UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE, 2006.

<sup>282</sup> Ibidem, 2007.

<sup>283</sup> Ibidem, 2008.

<sup>284</sup> Ibidem, 2009.

<sup>285</sup> No original, *hard power*.

<sup>286</sup> No original, *soft power*.

<sup>287</sup> ZOELLICK, 2001, apud MANN, 2006, p. 71.

<sup>288</sup> NYE, 2002, apud MANN, 2006, p. 141.

<sup>289</sup> Ibidem, p. 141.

<sup>290</sup> CAMARGO, 2013, p. 24.

<sup>291</sup> NYE, 2002, apud MANN, 2006, p. 141.

A Segunda Guerra Mundial apresentou como consequências um enorme crescimento da economia norte-americana, que passou a representar metade da capacidade produtiva do mundo<sup>292</sup>. A área financeira foi a responsável por isso: mesmo tendo abandonado o padrão-ouro em 1973, o dólar passou a ser a principal moeda de reservas do cenário internacional, ao mesmo tempo em que as ações do *Wall Street* adquiriram um valor equivalente a dois terços do total de todos os mercados de ações do planeta<sup>293</sup>, caracterizando assim o que Peter Gowan denominou de “Regime do Dólar/*Wall Street*”<sup>294</sup>.

Por ser a unidade monetária mais segura, o dólar passou a ser utilizado na composição das reservas e poupanças de quase todas as nações do mundo, uma vez que oferecia juros baixos. A *Wall Street* passou a funcionar como um mecanismo intermediário em que o mundo empregava investimentos na economia dos Estados Unidos, possibilitando que os consumidores nacionais acumulassem grandes dívidas e que o governo financie seus grandes déficits orçamentários e comerciais<sup>295</sup>.

Isso significa que os países mais pobres subsidiam a economia dos EUA, muito mais do que jamais chegam a receber como auxílio americano ao desenvolvimento. Os Estados Unidos são a maior nação devedora, sinal não de fraqueza, mas de força, o que lhe dá um grau inigualável de liberdade financeira. O setor financeiro, que parece tão multinacional enquanto gira velozmente pelo mundo, usa na verdade um passaporte americano. Os investidores estrangeiros fornecem a maior parte do dinheiro que está por trás do poderio militar (MANN, 2006, p. 73)

A adesão dos demais países do mundo ao regime cambial do dólar representa uma das ferramentas da hegemonia teorizada por Gramsci, o consentimento<sup>296</sup>, e o poder brando de Nye<sup>297</sup>. A maioria das nações do mundo consentiu em utilizar o dólar como sua moeda cambial, pois isso possibilitaria benefícios econômicos. Além de terem fortalecido o poder econômico imperial, tais mudanças revigoraram também a projeção internacional da hegemonia estadunidense.

Como prognosticado por Hobson, o aumento dos gastos públicos compõe um mecanismo fundamental para a manutenção do imperialismo<sup>298</sup>, e durante a administração Bush, fora bastante utilizado. Conforme dados do Escritório de Gestão e Orçamento dos Estados Unidos, entre 2001 e 2008, os gastos públicos do país tiveram um crescimento de mais de 1 trilhão. Em 2001, tais despesas eram de aproximadamente 1,8 trilhões de dólares. Em 2002, tornaram-se 2 trilhões. Foram 2,1 trilhões em 2003. Em 2004, cerca de 2,3 trilhões.

---

<sup>292</sup> MANN, 2006, p. 71.

<sup>293</sup> Ibidem, p. 72.

<sup>294</sup> Ibidem, p. 73.

<sup>295</sup> Ibidem, p. 73.

<sup>296</sup> GRAMSCI, 2000, apud CAMARGO, 2013, p. 24.

<sup>297</sup> NYE, 2002, apud MANN, 2006, p. 141.

<sup>298</sup> FERREIRA, 2013, p. 27.

2,4 trilhões em 2005. No ano seguinte, em 2006, foram aumentados para 2,6 trilhões, e para 2,7 trilhões em 2007. Por fim, em 2008, foram quase 3 trilhões<sup>299</sup>.

No período compreendido de 2001 a 2008, os déficits públicos dos Estados Unidos também aumentaram. Em 2001, ainda não havia déficits e sim superávits, de aproximadamente 128 bilhões de dólares. Em 2002, os superávits tornaram-se déficits de cerca de 158 bilhões. Foram aumentados para quase 378 bilhões em 2003, e para 413 bilhões no ano seguinte, em 2004. A partir de 2005, os déficits começaram a diminuir, indo para 318 bilhões, depois 248 bilhões em 2006, e 160 bilhões em 2007. Todavia, voltaram a aumentar, chegando a cerca de 459 bilhões em 2008<sup>300</sup>.

Ainda de acordo com Hobson, o aumento dos gastos públicos só é possível mediante um sistema de tributação indireto, que fora utilizado pelo governo de Bush. Tal sistema possibilita que o império financie suas campanhas militares no exterior e estabeleça contratos vantajosos com os mercados estrangeiros<sup>301</sup>.

Nos EUA, as receitas tributárias públicas apresentaram oscilações entre 2001 a 2008. Em 2001, elas eram compostas por cerca de 1,9 trilhões de dólares. Em decorrência dos cortes de impostos determinados por Bush<sup>302</sup>, a partir de 2002, as receitas decresceram para 1,8 trilhões, e continuaram diminuindo em 2003, quando chegou a 1,7 trilhões. Em 2004, voltaram a crescer, indo para 1,88 trilhões. Esse crescimento foi mantido nos anos posteriores. Em 2005, as receitas chegaram a 2,1 trilhões, depois 2,4 trilhões em 2006, e 2,56 trilhões em 2007. Em 2008, entretanto, voltaram a diminuir, chegando a cerca de 2,52 trilhões<sup>303</sup>.

**Tabela 2 – Gastos Públicos, Déficits ou Superávits Orçamentários e Receitas Tributárias dos Estados Unidos da América**

Ano	<i>Em dólares</i>							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Gastos Públicos</b>	1,8 trilhão	2 trilhões	2,1 trilhões	2,3 trilhões	2,4 trilhões	2,6 trilhões	2,7 trilhões	3 trilhões
<b>Déficits ou Superávits Orçamentários</b>	+128 bilhões	-158 bilhões	-378 bilhões	-413 bilhões	-318 bilhões	-248 bilhões	-160 bilhões	-459 bilhões
<b>Receitas Tributárias</b>	1,9 trilhão	1,8 trilhão	1,7 trilhão	1,88 trilhão	2,1 trilhões	2,4 trilhões	2,56 trilhões	2,52 trilhões

Fonte: Elaboração nossa.

Extraído de: OFFICE OF MANAGEMENT AND BUDGET.

Em razão do aumento do déficit fiscal e do decréscimo da receita tributária, vivenciados pelo governo Bush, Mann julga que o poder econômico do império norte-

<sup>299</sup> DE RUGY, 2009, p. 2. OFFICE OF MANAGEMENT AND BUDGET.

<sup>300</sup> Ibidem, p. 2. Ibidem.

<sup>301</sup> FERREIRA, 2013, p. 27.

<sup>302</sup> HORTON, 2017.

<sup>303</sup> OFFICE OF MANAGEMENT AND BUDGET.

americano começou a adentrar uma fase de instabilidade. Aliado a isso, o autor argumenta que a partir dos anos 2000, o valor das ações e o fluxo de patrimônio para o mercado estadunidense começaram a decrescer, e o dólar iniciou um processo de desvalorização em relação ao euro e outras moedas internacionais<sup>304</sup>. Entre 2000 e 2008, o dólar desvalorizou 37% em relação ao euro, 31% contra o dólar canadense e 17% sobre a libra britânica<sup>305</sup>. Mesmo assim, os Estados Unidos continuaram sendo a maior economia mundial durante o governo Bush, de acordo com o Banco Mundial<sup>306</sup>.

As custosas despesas militares dos últimos anos dos Estados Unidos tampouco contribuíram para que a situação financeira do país melhorasse. 150 bilhões de dólares do orçamento público foram destinados ao setor militar, nos primeiros quinze meses da administração de Bush. Além de que, as operações militares no Afeganistão custaram por mês cerca de 6,5 bilhões de dólares aos cofres públicos, enquanto que a estimativa das despesas da guerra no Iraque era de 50 até 200 bilhões de dólares no total<sup>307</sup>. Mann analisa que:

O Iraque pode ser um segundo Vietnã em seu impacto sobre a economia norte-americana. O motor econômico não foi projetado para isso. Os mercados baseiam-se na confiança e os EUA não os controlam, pois assim é o capitalismo. Este é o primeiro sentido em que os EUA são apenas um palpiteiro enxerido. O país tem de tomar cuidado para não exaurir a confiança de investidores estrangeiros e produtores de petróleo (MANN, 2006, p. 74-75).

De acordo com as tabelas de índices estatísticos proporcionados pelo Escritório de Gestão e Orçamento dos Estados Unidos, as despesas no setor de defesa nacional cresceram entre 2001 e 2008. Em 2001, eram investidas 406 bilhões de dólares na área, que representava 2,9% do PIB dos Estados Unidos. Em 2008, no último ano do mandato de Bush, os investimentos militares eram de 614,9 bilhões de dólares, que representava 4,2% do PIB estadunidense<sup>308</sup>.

Apesar disso, para Mann, o funcionamento do motor econômico do império norte-americano era satisfatório para praticar três tipos de políticas econômicas imperiais: (i) a suspensão do fornecimento de recursos econômicos como forma de sanção, com a finalidade de garantir a obediência de inimigos reais e potenciais; (ii) a concessão de benefícios econômicos, como cotações preferenciais, empréstimos, auxílios e até equipamentos militares; e (iii) a política de abertura dos mercados mundiais mediante o neoliberalismo<sup>309</sup>.

---

<sup>304</sup> MANN, 2006, p. 74.

<sup>305</sup> LILLY, 2008, p. 2.

<sup>306</sup> THE WORLD BANK, 2018.

<sup>307</sup> MANN, 2006, p. 74.

<sup>308</sup> OFFICE OF MANAGEMENT AND BUDGET.

<sup>309</sup> MANN, 2006, p. 75.

O aumento da dívida pública, conforme os parâmetros estudados por Hobson, também é primordial para a manutenção do imperialismo<sup>310</sup>. Durante os dois mandatos presidenciais de Bush, a dívida pública só cresceu: representava 54% do PIB em 2001, 57% em 2002, 59% em 2003, 60% em 2004, aproximadamente 61% em 2005 e 2006, 62% em 2007, e 67% em 2008<sup>311</sup>.

O unilateralismo estadunidense constitui-se na prática ainda da imposição de sanções econômicas sobre outros países, com a finalidade de exercer domínio. Segundo Mann, tais sanções só são eficazes, em seu propósito, quando impostas sobre vizinhos regionais próximos, que não podem substituir os Estados Unidos por outro país. Cuba é um exemplo histórico disso<sup>312</sup>: devido às suas tendências comunistas, seu desenvolvimento econômico fora travado durante anos pelo regime norte-americano. Outro país da América Central, também considerado comunista, que recebeu um tratamento semelhante foi a Nicarágua. Por outro lado, as sanções econômicas no âmbito internacional só funcionam quando sustentadas por um multilateralismo. Os boicotes promovidos contra a África do Sul, a Sérvia e o Iraque só obtiveram sucesso, pois foram direcionados de acordo com resoluções da ONU<sup>313</sup>.

Os programas de auxílio e desenvolvimento de outras regiões, promovidos por Washington, também fomentam o seu imperialismo. Até 2003, os orçamentos de tais programas vinham decrescendo, todavia Bush anunciou aumentos constantes nos anos posteriores. Em 2005, o orçamento era de 18 bilhões de dólares, 50% a mais em relação a 2001. Todavia, esse valor só representou 0,2% do PIB total. Em 1960, os gastos com programas assim constituíam o dobro disso<sup>314</sup>. Entre os anos de 1948 e 1951, 2% do PIB estadunidense foram aplicados no Plano Marshall<sup>315</sup>, que visava à reconstrução da Europa devastada pela Segunda Guerra Mundial.

A ajuda norte-americana é apenas cerca de metade das suas vendas anuais de armas ao exterior, enquanto o orçamento militar de 2003 somado às dotações de segurança do Departamento de Estado totalizam espantosos 390 bilhões, 30 vezes o orçamento de auxílio daquele ano. [...] Pouco mais de um quarto do orçamento de auxílio vai para a ajuda militar e para programas de treinamento e outro quarto para a “ajuda de segurança”, o que significa fornecimento de armas norte-americanas (MANN, 2006, p. 77).

Em sua análise, Mann constata que o foco de tais auxílios não é atribuído aos países pobres, mas sim aos aliados estadunidenses. Segundo seus levantamentos, cerca de um terço

---

<sup>310</sup> FERREIRA, 2013, p. 27.

<sup>311</sup> OFFICE OF MANAGEMENT AND BUDGET.

<sup>312</sup> MANN, 2006, p. 75.

<sup>313</sup> Ibidem, p. 76.

<sup>314</sup> Ibidem, p. 76.

<sup>315</sup> Ibidem, p. 77.

dos fundos é destinado a Israel, um quinto ao Egito, como forma de suborno para que esse não ataque Israel, e uma pequena parte à Jordânia, com o mesmo propósito de impedir um conflito dessa região com Israel<sup>316</sup>. Recebem também contribuições: (i) os antigos países soviéticos, pois são estrategicamente fundamentais para conter a Rússia; (ii) outros aliados estratégicos no Oriente Médio<sup>317</sup>; (iii) nações que auxiliam os norte-americanos em seus conflitos, como “Paquistão, Iêmen, Djibuti, Indonésia, Qatar, Omã, Geórgia, Filipinas [...], Uzbequistão, Cazaquistão e Azerbaijão”<sup>318</sup>. Por outro lado, a África recebe aproximadamente apenas 10% do suporte econômico total que os Estados Unidos disponibilizam<sup>319</sup>.

Israel é o mais favorecido por tais políticas econômicas; diferentemente dos outros países que recebem ajuda, o regime israelense não necessita prestar contas detalhadamente, nem são obrigados a comprar mercadorias produzidas pelos estadunidenses. É também o que mais recebe ajuda militar. Em 2003, recebeu 2,2 bilhões de dólares. O Egito, por outro lado, recebeu apenas 1,3 bilhão, apesar de ter existido um bloqueio parcial desse valor em decorrência de violações de direitos humanos; enquanto a Jordânia ficou com 200 milhões, seguida da Colômbia, com 100 milhões<sup>320</sup>. Diante de tal cenário, Mann complementa, “Todos, menos Israel, têm de comprar exclusivamente armas norte-americanas; Israel só tem de gastar 75% da ajuda em armas dos EUA. [...] Israel pode ir diretamente aos fornecedores de armas americanos<sup>321</sup>”.

Mann aponta que os programas de auxílio de Bush dificilmente poderão alcançar o nível de um Plano Marshall, pois não são capazes de promover um desenvolvimento sustentável real em outros países, sobretudo nos que realmente necessitam, pois a tendência do imperialismo estadunidense é amparar apenas seus aliados estratégicos<sup>322</sup>.

Como discutido anteriormente, o livre mercado foi um componente fundamental para a manutenção do Império Estadunidense de Bush<sup>323</sup>. Os Estados Unidos partem do pressuposto de que o crescimento social e econômico de uma nação depende da implementação de políticas públicas que estimulem a liberalização de seus mercados, além da redução da responsabilidade estatal sobre os mesmos. Tal premissa constitui o que ficou conhecido como neoliberalismo, também chamado de Consenso de Washington<sup>324</sup>. A priori:

---

<sup>316</sup> MANN, 2006, p. 77.

<sup>317</sup> Ibidem, p. 78.

<sup>318</sup> Ibidem, p. 79.

<sup>319</sup> Ibidem, p. 78.

<sup>320</sup> Ibidem, p. 78.

<sup>321</sup> Ibidem, p. 79.

<sup>322</sup> Ibidem, p. 82.

<sup>323</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>324</sup> MANN, 2006, p. 82.

Um comércio internacional mais livre beneficiaria as principais exportações dos países pobres, que são os produtos agrícolas e as mercadorias industrializadas de baixa tecnologia, já que o baixo custo da mão-de-obra lhes dá uma vantagem na comparação com os países ricos. Seriam os primeiros a aproveitar a oportunidade do livre comércio agrícola com os EUA, assim como com os países ricos do norte. [...] Mas o livre comércio das indústrias de alta tecnologia tenderia a prejudicar os países do Sul, já que estes raramente são competitivos o bastante para sobreviver à concorrência aberta do norte (MANN, 2006, p. 83).

A abertura dos mercados estadunidenses ocorreu de forma gradual. Em 1985, os Estados Unidos estabeleceram seu primeiro acordo de tarifa zero, com Israel. Começaram a comercializar parcialmente com o Canadá em 1989. Em 1994, promoveram, em conjunto com os canadenses, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA)<sup>325</sup>, que incluiu o México. A partir de 2003, o Oriente Médio tornou-se uma região-foco para o estabelecimento do livre comércio. Em 2005, Washington buscou ampliar tais iniciativas a todo o continente americano<sup>326</sup>.

Sobre esse livre mercado estimulado pelos norte-americanos, Mann pondera: somente ocorre para benefício próprio. Os Estados Unidos possuem, em sua maioria, indústrias muito competitivas, e ao mesmo tempo projetam um protecionismo sobre as áreas comerciais em que os países subdesenvolvidos são especializados<sup>327</sup>. Logo, mesmo pressupondo o contrário, um comércio mais livre beneficia em maior parte os estadunidenses e não as nações em desenvolvimento:

Os fazendeiros norte-americanos recebem subsídios diretos e seguro barato se exportarem. Diversamente dos outros países ricos, os EUA não dão dinheiro aos países estrangeiros que sofrem de escassez de alimentos. Isso lhes permitiria comprar comida e assim estimular os seus próprios fazendeiros. Os EUA exportam-lhes o seu excedente de alimentos para “desenvolver mercados comerciais” para as mercadorias norte-americanas, à custa dos agricultores locais cuja produção não pode competir com a exportação americana subsidiada. [...] É claro que todos os países ricos protegem-se mais dos países pobres do que uns dos outros. Protegem a sua agricultura e a tecnologia industrial mais atrasada, como a dos têxteis, vestuário, calçados e, cada vez mais (conforme os países mais pobres ocupam estas áreas), aço e automóveis (MANN, 2006, p. 84-85).

Em 2002, Bush promoveu uma série de medidas que atuava de forma contrária à ideologia neoliberal que propagava: (i) aumentou os impostos sobre a importação do aço para 30%; (ii) elevou para 80% os subsídios do setor agrícola; (iii) isentou de tais tarifas países que não possuíam siderurgia; (iv) prometeu que as tarifas agrícolas entre os Estados Unidos e o México seriam eliminadas totalmente a partir de 2003, todavia os fazendeiros nacionais continuaram amparados pelo protecionismo estadunidense, mediante subsídios. Chefes de Estado da América Latina, inclusive, chegaram a criticar essas ações, como o presidente do

<sup>325</sup> No original, *North American Free Trade Agreement*.

<sup>326</sup> MANN, 2006, p. 83.

<sup>327</sup> *Ibidem*, p. 84.

México, Vicente Fox, e os presidentes do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, que alegava que isso impedia o livre-comércio de verdade, e Luiz Inácio Lula da Silva, que chegou a afirmar que a propagação do livre comércio era nada mais que a própria disseminação do imperialismo<sup>328</sup>.

Com o intuito de ilustrar esses malefícios causados pelas práticas neoliberais estadunidenses nos países pobres, Mann analisa a questão do mel. Apesar de não possuir uma grande importância para os Estados Unidos, o mel era primordial para a economia da Argentina, que já foi o maior exportador mundial desse produto<sup>329</sup>. Elevando as tarifas de importação do mel para 66%, os Estados Unidos fizeram com que a Argentina perdesse anualmente cerca de 50 milhões de dólares<sup>330</sup>.

Além de prejudicar os países mais pobres, a implementação de barreiras comerciais também afetava os próprios cidadãos estadunidenses, que precisavam lidar com os preços mais elevados de determinados produtos, como os oriundos da siderurgia e agricultura<sup>331</sup>.

Tentando reverter essa imagem que o mundo tinha dos Estados Unidos, de país que privilegiava somente os próprios interesses comerciais<sup>332</sup>, o presidente Bush divulgou que concederia mais dois bilhões de dólares, para as reservas norte-americanas de combate à AIDS na África e no Caribe, fazendo com que esses fundos passassem a ter um orçamento de três bilhões por ano, com uma previsão de duração para os próximos cinco anos. Entretanto, tal promessa não fora cumprida<sup>333</sup> e o suporte à causa fora ainda ameaçado pelas políticas empregadas pelo OMC sobre patentes e propriedade intelectual, que:

[...] protege principalmente os preços elevados dos remédios da indústria farmacêutica essenciais para manter vivo o povo dos países mais pobres. Os remédios contra a AIDS, que custam 10 mil dólares por ano por paciente, podem na verdade ser produzidos na Índia e no Brasil por 300 dólares, mas sob a pressão dos EUA a OMC declarou que estes remédios infringiam a lei de patentes. Esta era uma violação tão grande dos direitos humanos que o princípio de permitir aos países em desenvolvimento o acesso a versões baratas dos remédios ainda protegidos por *copyright* fora aprovado em conversações da OMC em 2001. Mas, em dezembro de 2002, os EUA derrubaram o acordo (MANN, 2006, p. 89).

O setor financeiro estadunidense foi um dos mais estimulados pelas práticas neoliberais, pois contava com o suporte do FMI, do Banco Mundial e outras instituições

---

<sup>328</sup> MANN, 2006, p. 85.

<sup>329</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>330</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>331</sup> Ibidem, p. 109.

<sup>332</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>333</sup> Ibidem, p. 88.

financeiras internacionais<sup>334</sup>, o que contribuiu ainda mais para a consolidação da hegemonia norte-americana no mundo.

Ainda que as nações, por serem soberanas, possam recusar o Consenso de Washington, quando contraem dívidas, isso se torna mais difícil. Objetivando estimular seu desenvolvimento econômico, os países do Sul começaram a se endividar a partir de 1970. Esses endividamentos foram crescendo ao longo dos anos seguintes, até que em 1979, com a elevação dos juros estadunidenses, tornaram-se quase que impagáveis, originando assim a crise da dívida dos países do Sul que perdurou durante toda a presidência de Bush<sup>335</sup>.

Segundo o *The Economist*, a maioria das economias da América Latina possuía enormes dívidas públicas. Por exemplo, em 2005, o Brasil possuía uma dívida de 507 bilhões de dólares, o México de 281 bilhões e a Argentina de 188 bilhões. Em 2006, as dívidas aumentaram e foram para 621 bilhões, 302 bilhões e 129 bilhões, respectivamente. Já em 2007, as dívidas desses três países foram de 637 bilhões, 309 bilhões e 137 bilhões de dólares, e em 2008, foram de 864 bilhões, 323 bilhões e 144 bilhões de dólares, respectivamente<sup>336</sup>.

Como disposto por Hobson, a sustentação do imperialismo depende também de um aumento das dívidas assim, que serve ainda para que os países credores, como os Estados Unidos, interfiram nos assuntos internos dos países devedores, como os países do Sul, fazendo valer seus interesses econômicos e políticos<sup>337</sup>. De forma semelhante, Lenine havia presumido que, como as contradições do capitalismo atingem o seu ápice no imperialismo, seria nessa fase que existiria um parasitismo na economia capitalista mundial e a exploração dos países devedores, geralmente as regiões com históricos de colonização, pelos países credores<sup>338</sup>. Os desdobramentos econômicos do imperialismo de Bush já eram previstos tanto por Hobson quanto por Lenine.

Mann reitera que as principais instituições financeiras do mundo são controladas praticamente pelo Tesouro dos Estados Unidos. Quando uma nação não consegue empréstimo com esse último, as organizações tendem a se recusar a conceder também. Dessa forma, Washington possui a capacidade de impor suas regras às renegociações de dívidas, mediante os chamados programas de ajuste estrutural, cuja finalidade principal é o pagamento das dívidas, não o desenvolvimento econômico<sup>339</sup>. Aos países endividados, geralmente é imposto um programa neoliberal “que inclui austeridade fiscal (corte dos gastos do governo e aumento

---

<sup>334</sup> MANN, 2006, p. 89.

<sup>335</sup> Ibidem, p. 90.

<sup>336</sup> THE ECONOMIST, 2016.

<sup>337</sup> FERREIRA, 2013, p. 27.

<sup>338</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>339</sup> MANN, 2006, p. 90.

dos impostos), juros altos, estabilização da moeda, privatização de empresas estatais e liberalização do comércio, do mercado de capitais e do mercado de trabalho”<sup>340</sup>. Ou seja, dessa forma, o controle sobre a economia é transferido do Estado para o mercado<sup>341</sup>.

As sanções econômicas, o endividamento dos países pobres, a propagação do neoliberalismo e o controle econômico exercido mediante as organizações internacionais também constituem instrumentos para a manutenção da hegemonia<sup>342</sup>, e, por conseguinte, do imperialismo estadunidense. Quando a hegemonia não pode ser estabelecida mediante o consentimento, ela é estabelecida por meio da coerção, que é o que justamente tais instrumentos proporcionam. Isso garante também a reprodução das relações produtivas estadunidenses no resto do mundo, as relações neoliberais, o que sustenta sua hegemonia internacional<sup>343</sup>.

Nos anos de 2001 a 2008, cresceu o orçamento público direcionado ao Escritório de Assuntos Internacionais, responsável por estabelecer parcerias com outras nações nas áreas de meio ambiente, ciência e tecnologia, recursos naturais, cultura e assuntos indígenas<sup>344</sup>. Em 2001, o orçamento era de 22 bilhões de dólares, enquanto que, em 2008, fora de 37 bilhões<sup>345</sup>.

Apesar de conseguir ter proporcionado aos países em desenvolvimento uma integração na economia internacional, uma redução dos déficits orçamentários e a eliminação da hiperinflação, o neoliberalismo não provocou o crescimento esperado<sup>346</sup>. Muito pelo contrário, acirrou ainda mais as desigualdades e os conflitos de classes existentes no mundo<sup>347</sup>, proporcionando também, segundo Mann, um ambiente mais propício para o terrorismo<sup>348</sup>. O autor aponta que:

Os programas de ajuste estrutural aumentam o desemprego e ampliam a distância entre ricos e pobres nos países mais pobres. A América Latina é a região mais endividada do mundo e, assim, sofreu mais com o neoliberalismo. [...] A abertura das contas de capital tendeu a aumentar o investimento e, assim, na verdade reduziu levemente a desigualdade, embora tenha feito também com que estrangeiros possuíssem uma parte maior dos recursos nacionais. Mas, em termos gerais, o neoliberalismo aumentou as desigualdades. Os programas também têm um viés pró-capital e contrário à mão-de-obra. Atacam o poder dos sindicatos e os programas de assistência social e calam-se quanto a reformas que poderiam fortalecer os direitos dos trabalhadores (MANN, 2006, p. 91).

---

<sup>340</sup> Ibidem, p. 90.

<sup>341</sup> Ibidem, p. 90.

<sup>342</sup> GRAMSCI, 2000, apud CAMARGO, 2013, p. 24.

<sup>343</sup> Ibidem, p. 21-22.

<sup>344</sup> UNITED STATES DEPARTMENT OF THE INTERIOR.

<sup>345</sup> OFFICE OF MANAGEMENT AND BUDGET.

<sup>346</sup> MANN, 2006, p. 90-91.

<sup>347</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>348</sup> Ibidem, p. 108.

As desigualdades apontadas por Mann relacionam-se com a má distribuição de renda e o subconsumo das massas, que, de acordo com Hobson, compõem a causa principal da formação de excesso de capital, que, na fase imperialista, é exportada para o exterior, constituindo assim a base econômica do próprio imperialismo<sup>349</sup>.

O governo Bush exerceu uma pressão sobre governos estrangeiros com o intuito de beneficiar determinados grupos estadunidenses. O prognóstico de Hobson já pressupunha práticas assim, uma vez que como apenas determinados grupos sociais são responsáveis pela execução do imperialismo, que no caso analisado seriam os políticos por trás da administração Bush, somente esses se aproveitariam de tais políticas<sup>350</sup>. Como exemplo, o sociólogo estadunidense analisa o contrato entre uma empresa dos Estados Unidos e a Índia sobre a usina elétrica de Dabhol, que foi facilitada mediante propinas<sup>351</sup>. Tal empresa fora uma contribuinte da campanha eleitoral de Bush, e mesmo tendo praticado atividades criminosas, o presidente continuou a apoiá-la<sup>352</sup>.

Mann constata que, com exceção da Grã-Bretanha, nenhuma nação conseguiu crescer economicamente por meio do neoliberalismo, nem mesmo os Estados Unidos. Esses últimos somente conseguiram progredir, pois se configuraram como um Estado regulador; estabeleceram estruturas que promoveram negociações entre os mecanismos de bem-estar social e as classes; concederam subsídios às suas indústrias e exportações; e tributaram importações, para posteriormente iniciarem um processo de liberalização<sup>353</sup>.

Diante desse cenário, Mann argumenta que essa projeção neoliberal no mundo constitui o principal alicerce do imperialismo econômico estadunidense, que promove a exploração dos pobres pelos ricos, e do resto do mundo por Washington<sup>354</sup>. Entretanto, mesmo que o neoliberalismo provoque o endividamento de países, para o autor, os Estados Unidos não podem impor-lhes reformas, pois devem respeitar suas soberanias. Por isso, que o autor denomina os estadunidenses como “palpiteiros econômicos”, pois podem sugerir, pressionar e até subornar para que outras nações adotem medidas neoliberais<sup>355</sup>, mas “não podem controlar diretamente nem os investidores nem as economias estrangeiras”<sup>356</sup>.

A Argentina, por exemplo, optou por vincular a sua moeda ao dólar, renunciando assim sua soberania financeira, pois passou a adotar uma unidade monetária cujo câmbio era

---

<sup>349</sup> FERREIRA, 2013, p. 25-26.

<sup>350</sup> Ibidem, p. 26-27

<sup>351</sup> MANN, 2006, p. 95.

<sup>352</sup> Ibidem, p. 96.

<sup>353</sup> Ibidem, p. 99.

<sup>354</sup> Ibidem, p. 100.

<sup>355</sup> Ibidem, p. 101.

<sup>356</sup> Ibidem, p. 105.

estabelecido dentro do regime estadunidense, sem qualquer relação com suas circunstâncias econômicas nacionais<sup>357</sup>, todavia isso apresentou consequências nocivas para a Argentina:

As exportações argentinas então ficaram caras demais. A queda do preço mundial dos produtos agrícolas e a desaceleração econômica mundial tornavam tudo ainda pior. Menos exportações significavam menos moeda estrangeira para pagar as dívidas em dólar. Faltou dinheiro ao governo para equilibrar o orçamento. Sem dúvida, a corrupção e a ineficiência também vinham aumentando os gastos públicos (MANN, 2006, p. 102).

Como resultado da atuação do neoliberalismo na América Latina, houve a ascensão do populismo, que fez com que políticos de esquerda chegassem ao poder na Venezuela, Equador, Bolívia, Brasil e Argentina. Defendendo uma abordagem política de centro-esquerda, Nestor Kirchner foi eleito presidente na Argentina e Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil<sup>358</sup>. Conforme Mann dispõe, isso demonstra que a força econômica imperial dos Estados Unidos não é absoluta, e mesmo tentando subornar e pressionar para conseguir obter apoio para a invasão no Iraque da maioria dos membros do Conselho de Segurança da ONU, por exemplo, países como Chile, México, Paquistão, Guiné, Angola e Camarões votaram contra<sup>359</sup>.

### 3.4. A CONJUNTURA POLÍTICA

Nenhum inimigo fora capaz de enfrentar sozinho o Império Estadunidense de Bush, ao mesmo tempo em que esse também não seria capaz de lidar sozinho contra todos os Estados-nações do mundo. O desafio poderia surgir de um arranjo coletivo multilateral, ou dos países alvos da interferência dos Estados Unidos. Tal dualidade era o que constituía a esquizofrenia da política norte-americana, segundo Mann<sup>360</sup>, sendo essa influenciada por duas ideologias interconectadas, o nacionalismo e o anti-imperialismo, que oferecem resistência ao próprio imperialismo estadunidense<sup>361</sup>.

As soberanias das nações supostamente são iguais, e por isso que é possível o multilateralismo, pois tais nações podem firmar tratados e acordos que possibilitam a cooperação internacional. Tais nações se inserem nas Organizações Governamentais Internacionais (OGIs), que junto com as Organizações Não-Governamentais (ONGs),

---

<sup>357</sup> MANN, 2006, p. 101.

<sup>358</sup> Ibidem, p. 104.

<sup>359</sup> Ibidem, p. 106.

<sup>360</sup> Ibidem, p. 113.

<sup>361</sup> Ibidem, p. 124.

executam o multilateralismo na prática<sup>362</sup>. Todavia, conforme Mann dispõe, “alguns são mais iguais que os outros”<sup>363</sup>, tendo sido o multilateralismo global o responsável por camuflar a hegemonia norte-americana<sup>364</sup>.

No contexto global, as potências, principalmente os EUA, impõem restrições à soberania dos países menores. O Conselho de Segurança da ONU exprime bem essa lógica de desigualdade: somente cinco países possuem poder de veto: Estados Unidos, Rússia, China, Grã-Bretanha e França<sup>365</sup>. Como desde a Guerra Fria só existe apenas uma superpotência, os Estados Unidos, foram esses que praticamente direcionaram as sanções, intervenções militares e resoluções das Nações Unidas. Ademais, Washington foi o que mais utilizou seu poder de veto<sup>366</sup>.

Martin Shaw coloca os Estados Unidos como o cerne dos blocos de Estados ocidentais. Segundo ele, a violência dentro desses regimes fora eliminada e transferida para o exterior. Dessa forma, os Estados ocidentais puderam adquirir um aspecto global, e os Estados Unidos a liderança desse bloco, o que lhe permitiu exercer o domínio na ONU<sup>367</sup>, uma vez que eram os estadunidenses, e não as Nações Unidas, que garantiam a segurança da maioria das regiões do mundo. A supremacia norte-americana passou a ser executada também em outras organizações internacionais, como a OTAN<sup>368</sup>.

A aparente conjuntura multilateral do mundo começou a ser abalada pelos Estados Unidos com a crise do Iraque entre 2002 e 2003<sup>369</sup>, que teve como resultado a invasão da região, promovida quase que unilateralmente pelo governo Bush<sup>370</sup>. Essa alternância de posicionamentos, que ora era multilateral e outrora unilateral, fez com que Mann classificasse a política externa de Bush como “esquizofrênica”. Conforme o próprio analisa:

Os EUA pareciam confiantes em sua agressão, mas a sua política externa era agora esquizofrênica, oscilando entre o multilateralismo e o unilateralismo. No final de 2002, ela só emergiu na ambígua Resolução 1441, que, afirmavam, justificaria a guerra sem uma nova resolução caso Saddam não se desarmasse total e rapidamente. [...] seus aliados e o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, interpretaram-na como exigindo uma nova resolução da ONU em caso de invasão. [...] o governo Bush tentou a segunda resolução em 2003, mas fracassou. Retirou a proposta quando ficou claro que só tinha garantido quatro dos nove votos necessários dentre os 15 integrantes do Conselho de Segurança. A França e talvez também a Rússia e a China estavam, de qualquer modo, dispostas a vetá-la [...]. Uma invasão anglo-saxã avançou sem apoio explícito da ONU, envolvendo apenas soldados norte-

<sup>362</sup> MANN, 2006, p. 114.

<sup>363</sup> Ibidem, p. 114.

<sup>364</sup> Ibidem, p. 116.

<sup>365</sup> Ibidem, p. 114.

<sup>366</sup> Ibidem, p. 115.

<sup>367</sup> SHAW, 2000, apud MANN, 2006, p. 115.

<sup>368</sup> MANN, 2006, p. 116.

<sup>369</sup> Ibidem, p. 116.

<sup>370</sup> Ibidem, p. 117.

americanos, britânicos e australianos [...]. Isso era tão próximo do unilateralismo que quase não fazia diferença (MANN, 2006, p. 117).

Mann explica que essa falta de apoio internacional ao regime de Bush se deu por duas razões: (i) havia um ressentimento global, causado pelas práticas norte-americanas recorrentes de suborno e hostilidade, além do presidente ter retirado o país de diversos tratados internacionais; e (ii) a eficácia da hegemonia estadunidense em executar a sua função no período antecedente, uma vez que a maioria das nações passou a se sentir mais segura, e não mais ameaçada<sup>371</sup>.

Hoje a Europa é muito menos ameaçada por quem quer que seja. As bases norte-americanas no continente são meros vestígios do que já foram e os EUA estão pensando em fechar a maioria delas. A França e a Alemanha deram os primeiros passos para uma força de defesa coletiva [...]. No resto do mundo, a África continuou turbulenta, mas os EUA ficaram cada vez mais distantes dela, como no caso do Sul da Ásia quando o poder indiano cresceu. Não havia ameaça de guerra na América Latina. A maior parte do mundo sentiu que não precisava do Império Americano (MANN, 2006, p. 117).

Ainda que o mundo não precisasse mais da supremacia norte-americana, o contrário também era válido. Os EUA de Bush não necessitavam mais da Europa, nem de ninguém mais, para travar suas guerras e, conforme Mann ressalta, é por isso que seu unilateralismo funcionou e sua hegemonia fora capaz de lidar com tais desafios<sup>372</sup>.

O contexto político do imperialismo de Bush concentrou-se no propósito de mudar os regimes considerados párias, ditatoriais e agressivos, por regimes amigáveis, aos interesses norte-americanos, pelo menos. No período da Guerra Fria, os Estados Unidos conseguiram alcançar tal objetivo na América Latina mediante mecanismos políticos e econômicos e, em outras regiões, por meio de intervenções militares. Na era Bush, essa política provocou as invasões do Afeganistão e do Iraque. Ambas representaram um sucesso militar, porém não uma vitória, principalmente em questão de pacificação<sup>373</sup>, pois essa geralmente depende de certos requisitos. Como Mann salienta, Ignatieff possui um modelo de “construção leve da nação” que poderia ter sido aplicado nas situações em que se busca uma pacificação de uma região recém-invadida<sup>374</sup>, mas nos casos estadunidenses da era Bush, isso não ocorreu:

Isso significa uma breve ocupação norte-americana, para treinar a força policial e o exército locais, reconstruir alguma infraestrutura, entregar o poder a um governante submisso e ir embora. Isso exige que o país já possua alguma coesão social e política e que o regime derrubado seja impopular, e o novo popular. [...] O Afeganistão ainda não é um caso assim [...]. Ali, os EUA e os seus vassalos são obrigados a dominar não pela “construção leve da nação”, mas pelo “dividir para governar” em termos étnicos. A construção leve da nação é, aqui, um disfarce para destruir o

<sup>371</sup> MANN, 2006, p. 117.

<sup>372</sup> Ibidem, p. 118.

<sup>373</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>374</sup> IGNATIEFF, 2002, apud MANN, 2006, p. 119.

inimigo e depois cair fora. Não produz um Estado efetivamente soberano. Uma sequência de várias intervenções deste tipo pelos EUA não traria mais ordem ao mundo, só mais desordem (MANN, 2006, p. 119-120).

Apesar do imperialismo de Bush ter pretendido ser benevolente com o mundo, Mann ressalta que esse também era o mesmo discurso dos nazistas, dos militaristas japoneses e dos soviéticos, que na prática, demonstraram não ser benevolentes. Da mesma forma, mesmo que não objetivem explicitamente estabelecer um império territorial, os Estados Unidos pós-11 de setembro poderiam ter seguido os mesmos passos da França, Grã-Bretanha ou Bélgica, que já estabeleceram em algum momento de suas histórias<sup>375</sup>.

Os confrontos militares estabelecidos pelo imperialismo estadunidense de Bush, como a Guerra ao Terror, que se desdobrou nas guerras no Afeganistão, no Iraque e no Paquistão, só reafirmam os pressupostos de Lenine: quando a fase imperialista emerge, suas contradições se intensificam e mais conflitos bélicos são gerados<sup>376</sup>. A Guerra no Noroeste do Paquistão iniciou-se em 2004 e fora promovida pelos EUA e o exército paquistanês contra a Al-Qaeda, e dura até hoje<sup>377</sup>. Outros conflitos armados menores ocorreram durante a presidência de Bush. Em 2001, os Estados Unidos empregaram ações militares no Timor-Leste, Kosovo/Iugoslávia e Bósnia<sup>378</sup>. Em 2002, o novo alvo das ações bélicas estadunidenses foi a Costa do Marfim<sup>379</sup>; em 2003, foi a Libéria<sup>380</sup>; em 2004, o Chifre da África, ou Nordeste Africano, e o Haiti<sup>381</sup>; e em 2006, o Líbano. As empreitadas militares no Timor-Leste duraram até 2002<sup>382</sup>, na Bósnia duraram até 2006<sup>383</sup>, e no Kosovo/Iugoslávia perduraram por todo o governo Bush, assim como a Guerra ao Terror e os conflitos no Iraque e no Afeganistão<sup>384</sup>. Os últimos investimentos militares feitos por Bush no Chifre da África foram em 2006<sup>385</sup>.

Devido ao fato de um império territorial demandar excessivos recursos militares para conseguir se sustentar, Mann acredita que não fora isso que o imperialismo de Bush buscara<sup>386</sup>, pois, segundo o autor, o que importava era manter uma presença territorial

---

<sup>375</sup> MANN, 2006, p. 120.

<sup>376</sup> LENINE, 2005, apud FERREIRA, 2013, p. 53.

<sup>377</sup> ABBAS, 2004. WASHINGTON POST, 2006. TELLIS, 2008.

<sup>378</sup> GRIMMETT, 2010, p. 22-24.

<sup>379</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>380</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>381</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>382</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>383</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>384</sup> Ibidem, p. 23-29.

<sup>385</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>386</sup> MANN, 2006, p. 120-121.

suficiente para garantir um Estado leal, mas que permanecesse soberano. Isso já havia acontecido com o Japão e a Alemanha no pós-Segunda Guerra Mundial<sup>387</sup>:

Em 1945, os EUA ocuparam o Japão e os seus aliados ocuparam a Alemanha. As tropas ficaram nos países durante vários anos antes de se retirar para bases de onde continuaram a irradiar força contra o suposto inimigo externo. Então o Japão e a Alemanha construíram as suas próprias forças armadas. A partir de 1945, os governantes civis trabalharam ao lado dos americanos e logo se encarregaram de toda a administração civil. Os novos regimes também foram generosamente dotados de dólares, o que ajudou a recuperação econômica. A estratégia política na Alemanha e no Japão foi culpar pelo passado, de forma bem estrita, os militaristas e os fascistas [...]. Os aliados então criaram a reforma trabalhista e de bem-estar social para conciliar e acalmar os conflitos de classe que tinham, em princípio, levado ao poder os fascistas e militaristas. [...] Os novos governos eram populares, os países se democratizaram e desenvolveram os partidos políticos e as relações trabalhistas das democracias ocidentais. Tornaram-se aliados leais dos EUA (MANN, 2006, p. 121).

O êxito obtido com a pacificação da Alemanha e do Japão não foi replicado durante o governo Bush, em relação ao Afeganistão e ao Iraque, pois, de acordo com Mann, tratava-se de regimes que não possuíam soberania efetiva, nem era fácil de manter a ordem. Ademais, os Estados Unidos falharam em conseguir aliados locais que pudessem facilitar o domínio norte-americano<sup>388</sup>.

Mann ressalta ainda que aliados locais são difíceis de serem encontrados em democracias, uma vez que a maioria dos cidadãos de uma democracia geralmente não simpatiza com o imperialismo e lhe oferece resistência. Logo, a alternativa torna-se procurar em regimes autoritários, tendo em vista que o apoio desses regimes aos Estados Unidos necessita ser reforçado com a repressão<sup>389</sup>.

[...] os EUA podem jogar os grupos contrários uns contra os outros. No Iraque, isso seria pôr em disputa muçulmanos xiitas, muçulmanos sunitas e curdos. A invasão norte-americana visava a derrubar os clãs sunitas que dominavam o regime de Saddam. Mas dividir para governar, à moda imperial tradicional, enfraquece a ordem social. É melhor conciliar todos os grupos importantes e os EUA admitiram isso [...]. Mas os EUA não têm experiência de conciliação étnica/religiosa. Muito pelo contrário. Em 1945, os aliados ocidentais já sabiam como conciliar os conflitos de classe (MANN, 2006, p. 125).

Como discorrido no capítulo anterior, o Oriente Médio era uma região foco das políticas de Bush, portanto, tornou-se necessário que Washington encontrasse aliados por lá. Entretanto, tal região encontrava-se afastada dos Estados Unidos, e pouco de seus países se sentiam ameaçados pelos mesmos inimigos do regime norte-americano, o que tornava a tarefa estadunidense mais difícil. Entretanto, Israel provou ser um aliado dos EUA<sup>390</sup>, e durante seus mandatos presidenciais, Bush acabou se aproximando do primeiro-ministro israelense, Ariel

---

<sup>387</sup> MANN, 2006, p. 121.

<sup>388</sup> Ibidem, p. 122.

<sup>389</sup> Ibidem, p. 124.

<sup>390</sup> Ibidem, p. 126.

Sharon, por compartilharem da crença de que o terrorismo deveria ser combatido urgentemente<sup>391</sup>. Contudo, essa relação não se iniciou dessa forma:

A princípio, fizeram algumas críticas a Sharon. Em 7 de março de 2002, Colin Powell disse-lhe: “Se o senhor declarar guerra aos palestinos pensando que consegue resolver os problemas vendo quantos palestinos podem ser mortos, não sei como isso vai nos levar a algum lugar”. Um mês depois, após as primeiras invasões de blindados na Cisjordânia e do saque do quartel-general de Arafat, o próprio Bush disse: “Peço a Israel que pare com as incursões em áreas controladas pelos palestinos e comece a retirar-se das cidades que ocupou recentemente”. [...] Isso pegou Sharon de surpresa, pois veio depois de semanas de declarações que pareciam lhe dar luz verde para esmagar os palestinos com todos os meios necessários (MANN, 2006, p. 128).

Em junho de 2002, o governo Bush retornou com o seu posicionamento favorável a Israel, alegando que a Palestina estava apoiando organizações terroristas, sendo necessário, portanto, uma mudança de liderança no regime palestino<sup>392</sup>. O presidente, inclusive, voltara a apoiar os ataques israelenses nos territórios da Palestina, afirmando tratar-se de autodefesa<sup>393</sup>.

Assim como Israel, a Palestina também recebia ajuda dos norte-americanos, apesar de menor, podendo ser considerada, portanto, um vassalo dos Estados Unidos. Todavia, a ajuda concedida ao primeiro era maior, enquanto que o segundo recebia mais pressão e ameaças de suspensão da ajuda caso continuassem a apoiar os terroristas, mas caso deixassem, a desordem emergiria<sup>394</sup>. Tanto Israel quanto a Palestina são dominadas pelo nacionalismo, e por isso buscam defender seus próprios interesses, antes de tudo. Os Estados Unidos possuem pouco controle sobre ambos os lados e, mesmo boicotando a Palestina, conseguiram fortalecer o regime palestino de Arafat<sup>395</sup>.

A Arábia Saudita também era um parceiro estratégico, e de longa data, dos Estados Unidos. Entre 2001 e 2008, ambos os países cooperavam em relação ao petróleo, e o regime saudita era responsável por estabilizar o seu preço de acordo com os parâmetros estabelecidos pela OPEP. Todavia, assim como Israel e Palestina, a Arábia Saudita prezava primeiramente pelos seus próprios interesses. Apesar de ser algo que satisfazia os Estados Unidos, essa questão com o petróleo condizia também com os objetivos sauditas, e por isso ocorreu a cooperação. A Arábia Saudita, entretanto, executou ações que também contrariavam os estadunidenses<sup>396</sup>:

[...] contra a vontade dos EUA, compraram da China mísseis balísticos de longo alcance e chegaram a procurar material nuclear para carregá-los. Também financiaram islamitas e *jihadis*, hoje definidos pelos EUA como a maior ameaça na

<sup>391</sup> MANN, 2006, p. 127.

<sup>392</sup> Ibidem, p. 129.

<sup>393</sup> Ibidem, p. 130.

<sup>394</sup> Ibidem, p. 132.

<sup>395</sup> Ibidem, p. 133.

<sup>396</sup> Ibidem, p. 134.

região. O dinheiro saudita financia escolas religiosas (madrças) e mesquitas. As escolas ensinam a versão saudita waabita de islamismo sunita, purista e intolerante, e o seu equivalente deobandi no Paquistão e na Caxemira. Desta rede saíram muitos combatentes *ihadis*, o que os transformou em terroristas internacionais. Um deles foi Osama Bin Laden e outros 15 estavam entre os 19 responsáveis pelo atentado de 11 de setembro. Mesmo depois que os sauditas perceberam a barbaridade das suas ações, não pararam de custear as escolas e mesquitas nem passaram a agir vigorosamente contra o financiamento saudita das redes terroristas (MANN, 2006, p. 134).

Diante do exposto, Mann considera o poder político dos Estados Unidos como “esquizofrênico”, pois apesar de constituírem uma superpotência, oscilam entre o multilateralismo e o unilateralismo no cenário internacional, e para o autor, quando buscam interferir em Estados-nações, não conseguem exercer de fato o seu imperialismo<sup>397</sup>.

### 3.5. O PODER IDEOLÓGICO

O poder ideológico estadunidense baseia-se na propagação da liberdade, democracia e direitos humanos pelo mundo<sup>398</sup>. Em termos gramscianos, a disseminação desses valores só é possível quando a hegemonia se consolida domesticamente, mediante a formação de uma ideologia, que no caso dos Estados Unidos é o neoliberalismo. A ideologia é amparada geralmente pelos meios de comunicação e os partidos políticos, compondo o principal aparelho privado da hegemonia<sup>399</sup>. Logo, quanto mais coeso os meios de comunicação e os partidos políticos dos Estados Unidos forem com o neoliberalismo, mais forte a hegemonia estadunidense será.

Quando Mann analisa o contexto interno do país, surge uma contradição da conjuntura com os valores que são disseminados. Segundo o mesmo, a democracia dos Estados Unidos encontrava-se fragilizada durante a era Bush. Como exemplos, ele cita que nas eleições nacionais só participam cerca de um terço de toda a população e os congressistas precisam geralmente arrecadar em conjunto com as empresas mais de um milhão de dólares para conseguir se elegerem<sup>400</sup>.

Os meios de comunicação sofreram com a censura, que os deixavam submetidos às autoridades estatais, criticando raramente seus líderes em assuntos internacionais. Os jornalistas Phil Donahue e Peter Arnett foram demitidos pela NBC, pois se opuseram à invasão do Iraque. Quando o conflito iraquiano começou, a televisão e o rádio priorizaram a

---

<sup>397</sup> MANN, 2006, p. 136.

<sup>398</sup> Ibidem, p. 139.

<sup>399</sup> GRAMSCI, 2000, apud CAMARGO, 2013, p. 24-25.

<sup>400</sup> MANN, 2006, p. 140.

emissão da opinião do Pentágono sobre a situação. Nas coletivas de imprensa estadunidense, durante o governo Bush, geralmente os jornalistas faziam uma única pergunta ao presidente, e se a resposta fosse evasiva, eles não voltavam a repeti-la<sup>401</sup>.

O francês Emmanuel Todd constatou também a contradição entre as políticas norte-americanas e o seu universalismo de valores, requisito essencial para a constituição de um império<sup>402</sup>. Uma pesquisa do *German Marshall Fund of The United States* apurou que:

[...] a maioria dos Americanos quer levar ao mundo paz, democracia, direitos humanos e desenvolvimento econômico. A maioria diz que os EUA deveriam ajudar os países pobres a escapar da pobreza e das doenças, que a força só deveria ser usada moderadamente e como último recurso e que os EUA só deveriam exercer um papel de liderança multilateral. A maioria deseja fortalecer a ONU, nega que os norte-americanos estejam envolvidos numa guerra ao islamismo e concorda que a verdadeira mensagem do Islã, como a de todas as religiões, é pacífica (MANN, 2006, p. 142).

A priori, os cidadãos estadunidenses não se sentem confortáveis com o imperialismo, mas isso se deve também a falta de interesse dos próprios pelo mundo<sup>403</sup>:

Em 2002, uma pesquisa da *National Geographic Society* e da *Roper* fez várias perguntas sobre o mundo a jovens de nove países entre 18 e 24 anos. Quando lhes apresentaram um mapa-múndi, apenas 13% dos jovens americanos conseguiram encontrar o Iraque e o Irã, somente 17% acharam o Afeganistão e meros 24% encontraram a Arábia Saudita. [...] Em seu nível de conhecimento, os americanos ficaram em penúltimo lugar entre os países pesquisados, um pouco acima do México (MANN, 2006, p. 142).

Mann indaga que a ignorância causa medo, e esse medo é reforçado pelas produções cinematográficas de Hollywood. Durante os mandatos de Bush, os Estados Unidos lidaram com diversos momentos de paranoia, como por exemplo: (i) em 2001, com a onda de medo do antraz; (ii) em 2002, com a onda de medo da varíola, e (iii) em 2003, com as ondas de medo da bomba suja e da fita isolante<sup>404</sup>.

Cerca de um em cada seis estadunidenses possuíam passaporte e, depois dos ataques terroristas de 2001, passaram a viajar bem menos para outros países. Apesar de os Estados Unidos possuírem uma taxa de homicídio mais elevada, os civis norte-americanos consideravam o México perigoso<sup>405</sup>.

Para Mann, o presidente Bush especializou-se na disseminação da paranoia em seu próprio povo, uma vez que fora responsável pelas “prisões em massa de procedentes do Oriente Médio, [...] conclamações à perpétua vigilância, [...] afirmações repetidas de que o

---

<sup>401</sup> MANN, 2006, p. 140.

<sup>402</sup> TODD, 2002, apud MANN, 2006, p. 141.

<sup>403</sup> MANN, 2006, p. 142.

<sup>404</sup> Ibidem, p. 143.

<sup>405</sup> Ibidem, p. 143.

Iraque [...] constituía uma ‘ameaça iminente’ aos Estados Unidos”<sup>406</sup>. Para o autor, a guerra contra o terrorismo nos Estados Unidos não apresentou muita intensidade. Apesar de ter causado cerca de 3 mil mortes, nos 20 meses posteriores ao 11 de setembro, não houve mais baixas civis<sup>407</sup>. Todavia, no mesmo ano, os Estados Unidos apresentaram “30 mil mortes por arma de fogo, 38 mil mortes em acidentes automobilísticos, 150 mil mortes de câncer de pulmão e 250 mil vítimas de estupro”<sup>408</sup>.

O sociólogo ressalta ainda que existiram duas guerras de caráter ideológico nos Estados Unidos pós-11 de setembro. A primeira ocorria no âmbito doméstico: existia uma divergência de crenças entre os cidadãos estadunidenses. Apesar da maioria, a priori, ter concordado que o Iraque deveria ser disciplinado por meio da ONU, após a invasão, cresceu a aprovação popular em relação à Guerra ao Terror e à própria intervenção militar na região. Até mesmo o Congresso expressava apoio quase que total às políticas intervencionistas de Bush<sup>409</sup>, suporte esse que fora consolidado pelo Ato Patriótico.

A segunda guerra ideológica se dava no cenário internacional, pois havia uma divergência entre os meios de comunicação estadunidenses com os do resto do mundo. Enquanto que internamente, a televisão norte-americana amparava as ações de Bush no Iraque, o resto do mundo as condenava<sup>410</sup>.

Como Gramsci previa, a atuação internacional de um Estado depende de sua sociedade civil, na qual se consolida a hegemonia<sup>411</sup>. Devido ao apoio ideológico inicial da população estadunidense, principal componente da sociedade civil, Bush pôde executar suas políticas intervencionistas no Afeganistão e no Iraque com mais facilidade. Fora justamente essa atuação no âmbito doméstico que permitiu o processamento da hegemonia norte-americana<sup>412</sup>. Todavia, a execução da hegemonia no âmbito internacional foi dificultada pela falta de suporte externo, expressa pelas críticas recebidas por Bush da comunidade internacional em relação às suas intervenções militares.

Até mesmo o prestígio de Hollywood e das redes de televisão, que outrora garantiam uma grande liderança global, começara a declinar, uma vez que as produções locais passaram a ser mais valorizadas pelos consumidores. Uma pesquisa de 2001, feita em cerca de 60

---

<sup>406</sup> MANN, 2006, p. 143.

<sup>407</sup> Ibidem, p. 143.

<sup>408</sup> Ibidem, p. 144.

<sup>409</sup> Ibidem, p. 144.

<sup>410</sup> Ibidem, p. 144.

<sup>411</sup> GRAMSCI, 2000, apud CAMARGO, 2013, p. 33.

<sup>412</sup> Ibidem, p. 25.

países, apontara que 71% dos principais programas eram constituídos de produções locais<sup>413</sup>. A participação estadunidense na internet seguiu o mesmo caminho: em 2003, 26% dos sites na internet eram asiáticos, 28% europeus e 32% estadunidenses<sup>414</sup>.

Para Mann, os mecanismos de comunicação estadunidenses na era Bush apresentavam uma irregularidade, pois priorizavam o lucro comercial em detrimento da legitimidade imperial e da propagação do poder brando, conceitualizado por Nye<sup>415</sup>. Isso resultou na seguinte conjuntura:

[...] o mundo admira a ciência e a tecnologia americanas, ama os valores gerais da democracia, da liberdade e dos direitos humanos e aprecia a versão americana deles, embora cada vez menos [...]. Gosta mais dos “americanos” do que dos “Estados Unidos”. Consume a cultura popular americana, embora muitos dentre os mais instruídos e os muçulmanos se queixem do “imperialismo cultural”. [...] Mas o nível de aprovação [...] está diminuindo e há críticas crescentes às políticas do governo norte-americano, principalmente por encorajar o aumento da desigualdade no mundo. Muitos acreditam que os EUA não ajudam a resolver os problemas mais urgentes do planeta e lamentam o unilateralismo e o militarismo norte-americanos (MANN, 2006, p. 146-147).

O Estado-nação pauta-se principalmente pela ideologia do nacionalismo, que pressupõe que as sociedades do mundo, que constituem os Estados, são as responsáveis pelos seus próprios destinos<sup>416</sup>, mas essa ideologia também apresenta a capacidade de gerar conflitos<sup>417</sup>, principalmente em sua variação, o etnonacionalismo.

Segundo Mann, qualquer pretensão imperialista de Bush necessitava contrapor todas as ideologias etnonacionalistas que contrariassem seus interesses, principalmente quando motivavam cidadãos comuns a se definirem em termos étnicos ou religiosos, para tornarem-se combatentes do povo<sup>418</sup>, que mediante o sentimento patriota que sentissem, passavam a lutar pelo seu país e povo<sup>419</sup>.

Em Estados fracassados e vulneráveis, as lutas etnonacionalistas provocam o terrorismo local, que raramente é direcionado ao exterior. Assim como o fundamentalismo religioso<sup>420</sup>, o etnonacionalismo criava muitos combatentes anti-imperialistas no Oriente Médio e África<sup>421</sup> durante a presidência de Bush, e isso, para Mann, explicitava os limites do poder do Império Estadunidense.

---

<sup>413</sup> MANN, 2006, p. 145.

<sup>414</sup> Ibidem, p. 146.

<sup>415</sup> Ibidem, p. 146.

<sup>416</sup> Ibidem, p. 166.

<sup>417</sup> Ibidem, p. 147.

<sup>418</sup> Ibidem, p. 149.

<sup>419</sup> Ibidem, p. 151.

<sup>420</sup> Ibidem, p. 156.

<sup>421</sup> Ibidem, p. 155.

Tanto o fundamentalismo e o etnonacionalismo atuam como movimentos contra-hegemônicos, pois se opõem ao domínio estadunidense. Do ponto de vista gramsciano, isso se justifica a partir do enfraquecimento do poder ideológico estadunidense. Se tal poder é fragilizado, como fora durante a administração Bush, a legitimidade da hegemonia vigente também será<sup>422</sup>. Todavia, tais movimentos não foram suficientes para romper o consenso que mantinha a hegemonia estadunidense de Bush.

O islamismo mantém-se há muito tempo resistente ao imperialismo estrangeiro. Mann avalia que os valores ideológicos de Bin Laden não são nacionalistas, mas profundamente anti-imperialistas, como a maior parte do islamismo e do arabismo, que apresentam a capacidade de reforçar a criação de seitas guerreiras<sup>423</sup>. A união dos fundamentalistas religiosos e dos etnonacionalistas representavam um perigo aos Estados Unidos, como reitera Mann:

Os islamitas, pan-arabistas e nacionalistas deveriam ter um pouco mais em comum entre si do que com os Estados Unidos. É mais provável que os seus conflitos com os EUA, mediados por Estados locais que lutam para conter toda a pressão que fazem, resultem em caos do que num conflito entre civilizações. [...] era isso que vinha acontecendo, mas agora os novos imperialistas norte-americanos estão unindo todos eles (MANN, 2006, p. 163).

Como Mann pondera, a conciliação seria a única solução possível para o conflito etnonacionalista. Logo, os Estados Unidos deveriam tornar-se conciliadores globais, para conseguir manter a *pax americana*, assim como a ordem e a paz mundial<sup>424</sup>.

A capacidade estadunidense de controlar os meios de comunicação de longa distância<sup>425</sup> lhe concedia o monopólio dos mesmos, o que impedia que os cidadãos das regiões atacadas pelos norte-americanos organizassem uma resistência coletiva fora do nível local. Eram necessárias divisões entre os próprios imperialistas para que as notícias fossem repassadas aos moradores locais<sup>426</sup>.

Segundo Mann, o imperialismo de Bush ainda adotou um modelo militar de fluxos de informações, que passavam por seu controle, e se estabelecia mediante a censura, hierarquia e confidencialidade. Nos seus conflitos bélicos, o presidente exerceu tal controle sobre a imprensa estadunidense, reduzindo a liberdade de locomoção dos repórteres. Caso os repórteres saíssem dos locais a eles designados, seriam deportados. No Iraque, a estratégia de assimilar os repórteres às suas tropas foi adotada pelo Pentágono, fazendo com que só

---

<sup>422</sup> PORTELLI, 1977, apud CAMARGO, 2013, p. 25-26.

<sup>423</sup> MANN, 2006, p. 157.

<sup>424</sup> Ibidem, p. 154.

<sup>425</sup> Ibidem, p. 163-164.

<sup>426</sup> Ibidem, p. 164.

presenciassem a guerra do ponto de vista dos soldados, o que os tornavam solidários aos mesmos, por estarem vivenciando as mesmas privações. Durante a invasão do Afeganistão e do Iraque, o Pentágono fornecia poucas informações sobre as baixas civis. Do lado oriental, a TV Al-Jazeera assumiu o papel de transmitir informações para quase todo o Oriente Médio no caso afegão, e para o resto do mundo no caso iraquiano. Isso representou um precedente histórico inovador em relação aos impérios estadunidenses anteriores, pois a comunidade internacional não estava acostumada a ter acesso ao outro lado da história, que não fosse a ocidental<sup>427</sup>.

Por fim, Mann conclui que essa contradição ideológica dos Estados Unidos fora algo que enfraquecia seu imperialismo:

Só que o mundo exterior tem total consciência das contradições do Império Americano. Vê que o Sonho Americano se transforma no Fantasma Americano. Ele dança diante dos olhos de todos, mas quando avança em sua direção ele pisca, se afasta e some. Os valores democráticos norte-americanos são flagrantemente contraditos por um imperialismo que é forte na ofensiva militar, mas fraco na capacidade de depois trazer a ordem, a paz e a democracia. Os programas econômicos americanos [...] também ajudam a manter a riqueza fora do alcance de boa parte do Sul (MANN, 2006, p. 166).

---

<sup>427</sup> MANN, 2006, p. 165.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a Guerra Fria, a unipolaridade tornou-se constante no cenário internacional, fazendo com que os Estados Unidos passassem a exercer perante o mundo sua liderança, que, de acordo com Jervis, mais se assemelhava a um projeto de império. Tal contexto perdurou durante todo o governo de George W. Bush, cujo imperialismo estabelecia-se em quatro áreas distintas: (i) militar; (ii) econômica, (iii) política e (iv) ideológica.

As medidas militares de Bush objetivavam evitar o surgimento de uma nova potência militar, que pudesse equiparar-se aos Estados Unidos. Tal objetivo apoiava-se no desmantelamento dos programas nucleares de outros países e nas intervenções militares. As políticas econômicas focavam-se na abertura comercial do mundo, com o intuito de beneficiar os mercados estadunidenses, que se encontravam amparados por um protecionismo. Tais propostas econômicas também buscavam estimular, por meio do neoliberalismo, a dependência dos países subdesenvolvidos em relação às instituições financeiras internacionais, que eram controladas pelos Estados Unidos. A área política focava-se no apoio aos aliados norte-americanos e no combate dos regimes considerados párias. Tais políticas se sustentavam a partir das ideologias propagadas pelo presidente Bush, como a Doutrina Bush e a Guerra ao Terror, que, segundo Kennedy-Pipe e Dunn, foram originadas após o 11 de setembro.

A partir das análises de Gramsci e Mann, pôde-se constatar que a hegemonia dos Estados Unidos de Bush se baseou tanto no consentimento quanto na coerção. Para Nye, entretanto, tal hegemonia deveria ter sido pautada apenas no primeiro, que para o autor, representa o poder brando, e não no segundo, que seria o poder duro. A priori, existia um consenso interno, a partir da coesão da sociedade civil e política estadunidense, e externo, em que as demais nações do mundo reconheciam a supremacia norte-americana, e até contribuía para sua manutenção. O consentimento expressou-se mediante a adesão de parte da comunidade internacional a determinadas políticas econômicas e ideológicas de Bush, como o estabelecimento do livre comércio e dos ideais neoliberais e os programas econômicos de desenvolvimento e de ajuste estrutural. Já a coerção ocorria por meio das sanções econômicas, intervenções militares e endividamento dos países subdesenvolvidos. A partir do consentimento e da coerção, a hegemonia estadunidense de Bush projetou-se perante o mundo e contribuiu para o estabelecimento do seu poder imperial.

Os prognósticos de Hobson e Lenine, quanto ao imperialismo, ainda demonstraram ser aplicáveis à realidade dos Estados Unidos de Bush, e complementares à análise de Mann. O

nível de militarismo avançou no país, assim como o desenvolvimento da indústria bélica. As políticas econômicas norte-americanas proporcionaram a manutenção do endividamento da maioria dos países subdesenvolvidos, bem como do parasitismo econômico mundial, expresso pela exploração dos países devedores pelos países credores. Ao longo da sua presidência, Bush ainda proporcionou um aumento dos gastos e das dívidas públicas, das receitas tributárias e dos déficits orçamentários. Também foi responsável por gerar no mundo mais desigualdades e conflitos militares, como a Guerra ao Terror principalmente, que se desdobrou nas guerras no Afeganistão, no Iraque e no Paquistão, além de ter incentivado outros conflitos menores. As práticas de favorecimento de determinados grupos, previstas por Hobson, também se fizeram presentes em tal governo.

De acordo com Mann, Nye e Krauthammer, o Império Estadunidense na era Bush detinha mais poder que qualquer outro jamais possuía. Nesse período, os Estados Unidos tornaram-se a maior potência militar e nuclear do mundo, pois tinham os maiores gastos militares e a maior quantidade de armas nucleares da comunidade internacional. Devido a sua ampla aptidão em impedir ataques de seus inimigos, sua capacidade ofensiva de mobilização global e seu alto poder de fogo, o poderio militar norte-americano estabeleceu-se em um nível em que nenhuma outra nação poderia equiparar-se.

O imperialismo hegemônico estadunidense de Bush esteve consolidado ainda por meio de seu unilateralismo e excepcionalismo, segundo LaFeber. Essa tendência unilateral expressava-se, inclusive, na imposição de sanções econômicas e em relação ao controle de armas de destruição em massa, que só era imposto aos rivais dos Estados Unidos, nunca a si mesmo ou aos seus aliados. Todavia, o unilateralismo não foi o suficiente para que o império de Bush conquistasse todos os seus objetivos, se fazendo necessário, em diversos momentos, o multilateralismo. Tal imperialismo ainda enfrentou diversos outros desafios, que enfraqueceram seus poderes.

Mesmo com seu poder militar permanecendo em crescimento, o militarismo da administração Bush teve de lidar com as ameaças do terrorismo, que passara a utilizar estratégias de guerrilha, do etnonacionalismo e do fundamentalismo religioso, que atuavam como movimentos contra-hegemônicos.

Apesar de ter contado inicialmente com o apoio da sociedade civil, as intervenções militares no Iraque e no Afeganistão fracassaram em termos de pacificação, pois não houve o restabelecimento de uma ordem social em nenhum dos dois casos, o que tornou o poder ideológico mais vulnerável. A falta de aliados locais foi uma variável que também contribuiu para o fracasso na guerra do Iraque.

Além disso, mesmo com o apoio dos meios de comunicação nacionais, o poder ideológico também foi atenuado pelas contradições das próprias ações do governo norte-americano, pois enquanto gerava mais conflitos e instabilidade no mundo, adotava um discurso em prol da paz mundial. Tais contradições geraram duas guerras ideológicas, uma acontecia nos limites domésticos do país e a outra fora. Para Mann, mesmo pretendendo ser, o Império de Bush não foi benevolente com o mundo.

Em razão do aumento do déficit fiscal, do decréscimo da receita tributária, da desvalorização do dólar e da diminuição dos valores das ações, Mann argumenta que o poder econômico também começara a enfraquecer. Ademais, o imperialismo econômico de Bush demonstrou não ser absoluto, pois não foi o suficiente para conseguir o apoio global às suas políticas intervencionistas.

Por fim, o novo tipo de guerra travada pelo imperialismo estadunidense, a Guerra ao Terror, não pôde ser vencida apenas com recursos militares, pois os ataques terroristas continuaram acontecendo nos Estados Unidos e no mundo, mesmo que em uma proporção muito menor que o 11 de setembro, mas os recursos econômicos, políticos e ideológicos empregados por Bush também não foram satisfatórios para alcançar tal vitória, pois contribuíram para estimular mais ainda o terrorismo.

## REFERÊNCIAS

17 MINIONU CTC CTED. **Entendendo o Ato Patriota**. Disponível em: <<https://17minionuctected2016.wordpress.com/2016/09/09/entendendo-o-ato-patriota>>. Acesso em: 25 junho 2018.

ABBAS, Zaffar. **Pakistan's undeclared war**. BBC, 2004. Disponível em: <[http://news.bbc.co.uk/2/hi/south\\_asia/3645114.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/3645114.stm)>. Acesso em: 10 junho 2018.

ALVAREZ, Luciana. **Saiba como cinco países definem o terrorismo**. Último Segundo, 2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2013-07-14/saiba-como-cinco-paises-definem-o-terrorismo.html>>. Acesso em: 25 junho 2018.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 562 p.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Anual de 2008 do Banco Mundial**. 2008. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/EXTANNREP2K8/Resources/5164353-1222371156065/Portuguese.pdf>>. Acesso em: 10 junho 2018.

BBC BRASIL. **EUA afirmam que 'ataques terroristas' diminuiram em 2002**. BBC, 2003. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2003/030430\\_terrorisodtl.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2003/030430_terrorisodtl.shtml)>. Acesso em: 10 junho 2018.

BBC NEWS. **Al-Qaeda around the world**. BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-13296443>>. Acesso em: 10 junho 2018.

\_\_\_\_\_. **Who are Hezbollah?**. BBC, 2010. Disponível em: <[http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle\\_east/4314423.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/4314423.stm)>. Acesso em: 10 junho 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As duas lógicas do Império. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, 2014, Volume 28, número 81, p. 263-268.

CNN LIBRARY. **2001 Anthrax Attacks Fast Facts**. CNN, 2018. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2013/08/23/health/anthrax-fast-facts/index.html>>. Acesso em: 10 junho 2018.

\_\_\_\_\_. **US Terrorist Attacks Fast Facts**. CNN, 2018. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2013/04/18/us/u-s-terrorist-attacks-fast-facts/index.html>>. Acesso em: 10 junho 2018.

CAMARGO, Adriane de S. **Globalização e Hegemonia nas Relações Internacionais: O caso da Via Campesina por uma perspectiva gramsciana**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. 117 p.

COLEMAN, David. **U.S. Military Personnel 1954-2014**. History in Pieces, 2015. Disponível em: <<https://historyinpieces.com/research/us-military-personnel-1954-2014>>. Acesso em: 10 junho 2018.

COLUMBIA UNIVERSITY. **Robert Jervis**. Columbia University. Disponível em: <<https://sipa.columbia.edu/faculty-research/faculty-directory/robert-jervis>>. Acesso em: 15 maio 2018.

CONSULTOR JURÍDICO. **Conceito para terrorismo ainda não está definido**. Consultor Jurídico, 2013. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-jul-15/terrorismo-ainda-conceito-definicao-comunidade-internacional>>. Acesso em: 25 junho 2018.

CORNELL CHRONICLE. **Walter LaFeber named scholar of distinction**. 2013. Disponível em: <<http://news.cornell.edu/stories/2013/11/walter-lafeber-named-scholar-distinction>>. Acesso em: 15 maio 2018.

DAVIES, Nicolas J.S. **The Record U.S. Military Budget**. Huffington Post, 2015. Disponível em: <[https://www.huffingtonpost.com/nicolas-j-s-davies/the-record-us-military-bu\\_b\\_8227820.html](https://www.huffingtonpost.com/nicolas-j-s-davies/the-record-us-military-bu_b_8227820.html)>. Acesso em: 10 junho 2018.

DE RUGY, Veronique. **Spending Under President George W. Bush**. Mercatus Center, 2009. Disponível em: <<https://www.mercatus.org/publication/spending-under-president-george-w-bush>>. Acesso em: 10 junho 2018.

DUNN, David H. Bush, 11 September and the conflicting strategies of the ‘War on Terrorism’. In: **Irish Studies in International Affairs**. Dublin: Royal Irish Academy, 2005, Volume 16, p. 11-33.

DW. **1983**: Reagan anuncia o programa de defesa Guerra nas Estrelas. DW. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/1983-reagan-anuncia-o-programa-de-defesa-guerra-nas-estrelas/a-484692>>. Acesso em: 10 junho 2018.

ESTRE, Felipe Bernardo. **Poder, Interdependência e Desigualdade**. 3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), São Paulo, 2011.

FERREIRA, Paulo Sérgio Souza. **O imperialismo**: os teóricos precursores e o debate contemporâneo. São Paulo: FFLCH/USP, 2013. 102 p.

FOLHA DE S. PAULO. **Leia na íntegra o discurso de Bush no Congresso dos EUA**. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u29639.shtml>>. Acesso em: 15 maio 2018.

GRIMMETT, Richard F. **Instances of Use of United States Armed Forces Abroad, 1798-2009**. Congressional Research Service, 2010. Disponível em: <<http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/crs/rl32170.pdf>>. Acesso em: 10 junho 2018.

HANSEN, Tommy. **The Carlyle Group**: The Presidents' Company – Worlds Largest War Industry. Free 21, 2014. Disponível em: <<http://www.free21.org/the-presidents-company-worlds-largest-war-industry/?lang=en>>. Acesso em: 10 junho 2018.

HORTON, Emily. **The Legacy of the 2001 and 2003 “Bush” Tax Cuts**. Center on Budget and Policy Priorities, 2017. Disponível em: <<https://www.cbpp.org/research/federal-tax/the-legacy-of-the-2001-and-2003-bush-tax-cuts>>. Acesso em: 10 junho 2018.

INFINITE UNKNOWN. **The record U.S. military budget**. Infinite Unknown, 2015. Disponível em: <<http://www.infiniteunknown.net/2015/10/12/the-record-u-s-military-budget>>. Acesso em: 10 junho 2018.

INFOPLEASE. **Terrorist Attacks in the U.S. or Against Americans**. Disponível em: <<https://www.infoplease.com/world/disasters/terrorist-attacks-us-or-against-americans>>. Acesso em: 10 junho 2018.

JACOBS, Ben. **America since 9/11: timeline of attacks linked to the 'war on terror'**. The Guardian, 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2017/nov/01/america-since-911-terrorist-attacks-linked-to-the-war-on-terror>>. Acesso em: 10 junho 2018.

JERVIS, Robert. Understanding the Bush Doctrine. In: **Political Science Quarterly**. New York: The Academy of Political Science, 2003, Volume 118, Number 3, p. 365-388.

JOHNSTON, Robert. **Terrorist attacks and related incidents in the United States.**

Johnston's Archive, 2018. Disponível em:

<<http://www.johnstonsarchive.net/terrorism/wrjp255a.html>>. Acesso em: 10 junho 2018.

KENNEDY-PIPE, Caroline. American foreign policy after 9/11. In: COX, Michael;

STOKES, Doug. **US Foreign Policy**. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 377-391.

KRISTENSEN, Hans M. **US Nuclear Weapons Stockpile Number Declassified: Only 309 Warheads Cut By Obama Administration.** Federation of American Scientists (FAS), 2014.

Disponível em: <<https://fas.org/blogs/security/2014/04/nuclearstockpile>>. Acesso em: 10 junho 2018.

LAFEBER, Walter. The Bush Doctrine. In: **Diplomatic History**. Oxford: Oxford University Press, 2002, Volume 26, Issue 4, p. 543-558.

LANDERS, Jackson. **The Anthrax Letters That Terrorized a Nation Are Now Decontaminated and on Public View.** Smithsonian, 2016. Disponível em:

<<https://www.smithsonianmag.com/smithsonian-institution/anthrax-letters-terrorized-nation-now-decontaminated-public-view-180960407>>. Acesso em: 10 junho 2018.

LILLY, Scott. **Bush's Weak Dollar.** Center for American Progress, 2008. Disponível em:

<<https://www.americanprogress.org/issues/economy/reports/2008/05/27/4472/bushs-weak-dollar>>. Acesso em: 10 junho 2018.

MANN, Michael. **O império da incoerência.** Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Formação do império americano:** da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MOORE, David W. **High Approval for Most People/Institutions Handling War on**

**Terrorism.** Gallup, 2001. Disponível em: <<http://news.gallup.com/poll/5062/high-approval-most-peopleinstitutions-handling-war-terrorism.aspx>>. Acesso em: 10 junho 2018.

NORRIS, Robert S.; KRISTENSEN, Hans M. **Russian nuclear forces, 2008.** Bulletin of The Atomic Scientists, 2008. Disponível em: <<http://www.nuclearfiles.org/menu/key-issues/nuclear->

[weapons/issues/capabilities/PDF%20files/Russian%20Nuclear%20Forces,%202008..pdf](http://www.nuclearfiles.org/menu/key-issues/nuclear-issues/capabilities/PDF%20files/Russian%20Nuclear%20Forces,%202008..pdf)>.

Acesso em: 10 junho 2018.

\_\_\_\_\_. **U.S. nuclear forces, 2008**. Bulletin of The Atomic Scientists, 2008. Disponível em: <[http://www.ploughshares.org/sites/default/files/resources/200804\\_bulletinofatomicscientists\\_usnuclearforces2008.pdf](http://www.ploughshares.org/sites/default/files/resources/200804_bulletinofatomicscientists_usnuclearforces2008.pdf)>. Acesso em: 10 junho 2018.

OFFICE OF MANAGEMENT AND BUDGET. **Historical Tables**. White House. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/omb/historical-tables>>. Acesso em: 10 junho 2018.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. **Gramsci e a Teoria Crítica das Relações Internacionais**. Revista Novos Rumos, São Paulo, v. 50, n. 2, 2013.

PINHEIRO DIAS, Caio Gracco. **Contra a Doutrina “Bush”**: Preempção, Prevenção e Direito Internacional. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007. 210 p.

PRESSE, France. **ONU convida nove países a ratificarem Tratado de Proibição de Testes Nucleares**. G1, 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/08/onu-convida-nove-paises-a-ratificarem-tratado-de-proibicao-de-testes-nucleares.html>>. Acesso em: 10 junho 2018.

SIGNIFICADOS. **Significado de Doutrina**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/doutrina>>. Acesso em: 25 junho 2018.

SOUZA, Isabela. **Talibã e sua atuação no mundo do terrorismo**. Politize!, 2017. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/taliba-terrorismo>>. Acesso em: 25 junho 2018.

SYMON, Fiona. **Análise**: a Aliança do Norte no Afeganistão. BBC Brasil, 2001. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2001/010924\\_aliancanorte.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2001/010924_aliancanorte.shtml)>. Acesso em: 10 junho 2018.

TELLIS, Ashley J. **Pakistan and the War on Terror**: Conflicted Goals, Compromised Performance. Carnegie Endowment for International Peace, 2008. Disponível em: <[http://carnegieendowment.org/files/tellis\\_pakistan\\_final.pdf](http://carnegieendowment.org/files/tellis_pakistan_final.pdf)>. Acesso em: 10 junho 2018.

THE ECONOMIST. **The global debt clock**. The Economist, 2016. Disponível em: <[https://www.economist.com/content/global\\_debt\\_clock](https://www.economist.com/content/global_debt_clock)>. Acesso em: 10 junho 2018.

THE WORLD BANK. **Data**. 2018. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/?locations=US-CN-RU-BR-JP-DE-GB-FR-IN-IT-CA>>. Acesso em: 10 junho 2018.

UNITED STATES CHAMBER OF COMMERCE. **Remarks by president George W. Bush at the 20th Anniversary of the National Endowment For Democracy**. National Endowment For Democracy. Disponível em: <<https://www.ned.org/remarks-by-president-george-w-bush-at-the-20th-anniversary>>. Acesso em: 15 maio 2018.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. **2004 (html format)**. White House, 2005. Disponível em: <<https://www.state.gov/j/ct/rls/crt/c14818.htm>>. Acesso em: 10 junho 2018.

\_\_\_\_\_. **2005 (html format)**. White House, 2006. Disponível em: <<https://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2005>>. Acesso em: 10 junho 2018.

\_\_\_\_\_. **Country Reports on Terrorism**. White House, 2017. Disponível em: <<https://www.state.gov/j/ct/rls/crt/index.htm>>. Acesso em: 10 junho 2018.

\_\_\_\_\_. **Country Reports on Terrorism 2006 (html format)**. White House, 2006. Disponível em: <<https://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2006>>. Acesso em: 10 junho 2018.

\_\_\_\_\_. **Country Reports on Terrorism 2007 (html format)**. White House, 2008. Disponível em: <<https://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2007/index.htm>>. Acesso em: 10 junho 2018.

\_\_\_\_\_. **Country Reports on Terrorism 2008**. White House, 2009. Disponível em: <<https://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2008/index.htm>>. Acesso em: 10 junho 2018.

\_\_\_\_\_. **Patterns of Global Terrorism 2001**. White House, 2002. Disponível em: <<https://www.state.gov/documents/organization/10319.pdf>>. Acesso em: 10 junho 2018.

\_\_\_\_\_. **Patterns of Global Terrorism 2002**. White House, 2003. Disponível em: <<https://www.state.gov/documents/organization/20177.pdf>>. Acesso em: 10 junho 2018.

\_\_\_\_\_. **Patterns of Global Terrorism 2003**. White House, 2004. Disponível em: <<https://www.state.gov/documents/organization/31912.pdf>>. Acesso em: 10 junho 2018.

UNITED STATES DEPARTMENT OF THE INTERIOR. **About Us**. Disponível em: <<https://www.doi.gov/intl/about-us>>. Acesso em: 10 junho 2018.

UNIVERSITY OF BIRMINGHAM. **Professor David Dunn**. University of Birmingham. Disponível em: <<https://www.birmingham.ac.uk/schools/government-society/departments/political-science-international-studies/staff/profiles/dunn-david.aspx>>. Acesso em: 15 maio 2018.

WASHINGTON POST. **The War in Pakistan**. Washington Post, 2006. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/01/24/AR2006012401528.html>>. Acesso em: 10 junho 2018.

WEISMAN, Steven R. **Dólar atinge baixa recorde em relação ao euro**. The New York Times, 2008. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2008/03/14/ult574u8287.jhtm>>. Acesso em: 10 junho 2018.